



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE TURISMO

ANA LUZ CHAVES CARVALHO GUERRA

**RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL DE MINAS GERAIS E  
SUAS RELAÇÕES COM O ECOTURISMO**

Ouro Preto  
2019

ANA LUZ CHAVES CARVALHO GUERRA

**RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL DE MINAS GERAIS E  
SUAS RELAÇÕES COM O ECOTURISMO**

Monografia apresentada ao curso de turismo da  
Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito  
parcial para a obtenção do título Bacharel em Turismo.

Orientadora: Professora Dr<sup>a</sup>. Isabela Barbosa Frederico

Ouro Preto  
2019

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

G934r Guerra, Ana Luz Chaves Carvalho .  
Reservas Particulares do Patrimônio Natural de Minas Gerais e suas relações  
com o Ecoturismo. [manuscrito] / Ana Luz Chaves Carvalho Guerra. - 2019.  
138 f.: il.: color., gráf., tab..

Orientadora: Profa. Dra. Isabela Barbosa Frederico.  
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de  
Direito, Turismo e Museologia.

1. Unidades de Conservação (UCs). 2. Ecoturismo. 3. Minas Gerais. 4. Meio  
ambiente - Conservação. 5. Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs).  
I. Frederico, Isabela Barbosa. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 338.48

Bibliotecário(a) Responsável: Maristela Sanches Lima Mesquita - CRB:1716



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
REITORIA  
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE TURISMO



**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**ANA LUZ CHAVES CARVALHO GUERRA**

RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL DE MINAS GERAIS E SUAS RELAÇÕES COM O ECOTURISMO

Membros da banca

Isabela Barbosa Frederico - Doutora - Universidade Federal de Ouro Preto (Orientadora)  
Ricardo Eustáquio Fonseca Filho - Doutor - Universidade Federal de Ouro Preto  
Carolina Lescura de Carvalho Castro Volta - Doutora - Universidade Federal de Ouro Preto

Versão final

Aprovado em 13 de dezembro de 2019

De acordo

Professora Orientadora: Dra. Isabela Barbosa Frederico



Documento assinado eletronicamente por **Isabela Barbosa Frederico, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 23/12/2019, às 18:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0030195** e o código CRC **83A80513**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.204267/2019-80

SEI nº 0030195

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000  
Telefone: 3135591447 - www.ufop.br

**ANA LUZ CHAVES CARVALHO GUERRA**

**RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL DE MINAS GERAIS E  
SUAS RELAÇÕES COM O ECOTURISMO**

Monografia apresentada ao curso de turismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para a obtenção do título Bacharel em Turismo.

---

Prof. Dra. Isabela Barbosa Frederico (Orientadora)  
Universidade Federal de Ouro Preto

---

Prof. Dra. Carolina Lescura de Carvalho Castro Volta  
Universidade Federal de Ouro Preto

---

Prof. Dr. Ricardo Eustáquio Fonseca Filho  
Universidade Federal de Ouro Preto

Ouro Preto 13 de dezembro de 2019.

*“ Beija-flor me chamou: olha  
Lua branca chegou na hora  
O Beija-Mar me deu prova:  
Uma estrela bem nova  
Na luminária da mata  
Força que vem e renova (...)*

*Minha Mamãe soberana  
Minha Floresta de jóia  
Tu que dás brilho na sombra  
Brilhas também lá na praia (...)*

*Estrela d'água me molha  
Tudo que ama e chora  
Some na curva do rio  
Tudo é dentro e fora  
Minha Floresta de jóia (...)*

*Tem a água  
Tem aquela imensidão  
Tem sombra da Floresta  
Tem a luz do coração (...)*

*Milton Nascimento*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, à natureza, por ser tão perfeita e nos propiciar a dádiva da Vida.

Aos meus pais por me ensinarem o poder do amor, pelo apoio incondicional e por serem minha maior inspiração.

À toda minha família pelo incentivo, e por todo amor compartilhado.

Aos amigos que fiz por tornarem tudo mais leve e pelas trocas sinceras.

À UFOP pelo ensino público de qualidade e oportunidades.

Aos professores pelo profissionalismo e por todo aprendizado, em especial Marcos, Carol e Kerley pelas oportunidades, pela confiança e carinho.

À todos os funcionários da EDTM por todo auxílio e pelos sorrisos.

Ao Ricardo pelo suporte e conhecimento transmitido.

Em especial, agradeço à Isabela pela orientação excepcional, pautada no respeito, por acreditar no meu potencial, pela motivação, paciência, empatia e por ser muito mais que uma orientadora, uma amiga. Gratidão!

## RESUMO

O Ecoturismo é um segmento turístico que integra os princípios da sustentabilidade, em todas as suas dimensões. Apresentando-se como o segmento mais adequado para as Unidades de Conservação. Dentre elas, as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), destacam-se por sua especificidade de propriedade privada. O ecoturismo tem se apresentado como um aliado para esta categoria, contudo os estudos na área são incipientes. Neste sentido, esta pesquisa tem como objetivo geral, realizar um diagnóstico sobre a relação do ecoturismo nas RPPNs de Minas Gerais. E como objetivos específicos, analisar a visão de especialistas renomados sobre a temática, contextualizar a situação atual das RPPNs de Minas Gerais, identificar se o ecoturismo é razão central para a criação das reservas e realizar um panorama de como o ecoturismo vem sendo desenvolvido e quais as perspectivas da atividade nas RPPNs. Para isso, utilizou-se de metodologia mista, quali-quantitativa, buscando a análise bibliográfica e documental, além de aplicação de entrevistas para quatro especialistas da temática e de questionário para os gestores das 348 reservas. Desse total, obteve-se uma amostra de 53 RPPNs. Os resultados da pesquisa apontam um cenário promissor em relação ao desenvolvimento do ecoturismo nessas reservas, porém ainda pouco aproveitado e articulado. Além das potencialidades da atividade como estratégia de aperfeiçoamento da conservação ambiental junto as RPPNs.

**Palavras Chave:** Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs); Unidades de Conservação (UCs); Ecoturismo; Conservação ambiental; Minas Gerais.



## ABSTRACT

Ecotourism is a tourism segment that integrates the principles of sustainability in all its dimensions. Presenting itself as the most suitable segment for Natural Protected Areas. Among them, Private Natural Heritage Reserves stand out for their specificity of private property. Ecotourism has been presented as an ally for this category, however studies in the area are incipient. In this sense, this research aims to make a diagnosis of the relationship of ecotourism in the Private Natural Heritage Reserves of Minas Gerais. And as specific objectives, contextualize the current situation of the Private Natural Heritage Reserves of Minas Gerais, provide an overview of how ecotourism has been developed and what are the perspectives of activity in the Private Natural Heritage Reserves, identify if ecotourism is a central reason for the creation of reserves and analyze the vision of renowned experts on the subject. For this, we used a mixed methodology, qualitative and quantitative, seeking bibliographic and documentary analysis, as well as interviews with subject matter experts and a questionnaire for the managers of these reserves. The research results point to a promising scenario regarding the development of ecotourism in these reserves, but still little used and articulated. In addition to the potential of the activity as a strategy for improving environmental conservation with the Private Natural Heritage Reserves.

**Keywords:** Private Natural Heritage Reserves; Natural Protected Areas; Ecotourism; Environmental Conservation; Minas Gerais.

## LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

**APA** Área de Proteção Ambiental

**ARPEMG** Associação de Reservas Particulares de Minas Gerais

**CDB** Convenção sobre a Diversidade Biológica

**CI** Conservação Internacional

**CNPq** Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica

**CNRPPN** Confederação Nacional das RPPNs

**CNUMAD** Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

**EE** Estação Ecológica

**EMATER MG** Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais

**FAO** Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

**FBCN** Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza

**Flona** Floresta Nacional

**FNMA** Fundo Nacional do Meio Ambiente

**Funbio** – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade

**IBAMA** Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**IBDF** Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

**ICMbio** Instituto Chico Mendes de Conservação da biodiversidade

**ICMS** Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

**IEF** Instituto Estadual Florestal de Minas Gerais

**INEA** Instituto Estadual do Ambiente

**ITR** Imposto Territorial Rural

**IUCN** World Conservation Union (União Internacional para a Conservação da Natureza)

**MMA** Ministério do Meio Ambiente

**OEMA** Órgão Estadual de Meio Ambiente

**OMT** Organização Mundial de Turismo

**ONG** Organização Não-Governamental

**ONU** Organização das Nações Unidas

**Parna** Parque Nacional

**PE** Parque Estadual

**PSA** Pagamentos por serviços ambientais

**Rebio** Reserva Biológica

**RPPN** Reserva Particular do Patrimônio Natural

**SENAC** Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

**SENAR** Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

**SNUC** Sistema Nacional de Unidades de Conservação

**SOSMA** SOS Mata Atlântica

**TNC** The Nature Conservancy

**UC** Unidade de Conservação

**UFMG** Universidade Federal de Minas Gerais

**UFOP** Universidade Federal de Ouro Preto

**UNCED** Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

**UNESCO** Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**WWF** World Wildlife Fund (Fundo Mundial para a Natureza)

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Esquema da proteção pública e privada no Brasil. ....	38
<b>Figura 2:</b> Painel de Unidades de Conservação Brasileiras .....	39
<b>Figura 3:</b> Painel de indicadores da CNRPPN. Fonte: CNRPPN, (2019). ....	566
<b>Figura 4:</b> Exemplos dos biomas nas RPPNs.....	732
<b>Figura 5:</b> RPPN Santuário do Caraça. ....	765
<b>Figura 6:</b> RPPN Ave Lavrinha I .....	776
<b>Figura 7:</b> Fotos aéreas do Alto da Boa Vista em 1993 e da RPPN Alto da Boa Vista em 2009 .....	809
<b>Figura 8:</b> Oficina de Educação Ambiental do Projeto Resgate de RPPNs .....	843
<b>Figura 9:</b> Soltura de Mutuns na RPPN Fazenda Macedônia.....	865
<b>Figura 10:</b> Localização das RPPNs estudadas. ....	909
<b>Figura 11:</b> Hora do Lobo na RPPN Santuário do Caraça.....	921
<b>Figura 12:</b> Atividades de educação ambiental na RPPN Fazenda Nascer .....	954
<b>Figura 13:</b> Pesquisa Científica na RPPN Fazenda Lagoa.....	965
<b>Figura 14:</b> Atividades desenvolvidas com a participação da comunidade do entorno da RPPN Alto da Boa Vista.....	998
<b>Figura 15:</b> Venda de produtos locais na RPPN Fazenda nascer.....	101
<b>Figura 16:</b> Mapa Circuito Ecoturístico de Ouro Preto.....	103
<b>Figura 17:</b> Nuvem de palavras.....	105

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1:</b> Distribuição de RPPNs por regiões administrativas de Minas Gerais...	7170
<b>Gráfico 2:</b> Distribuição de RPPNs por município.....	71
<b>Gráfico 3:</b> Porcentagem de RPPNs por Biomas.....	71
<b>Gráfico 4:</b> Área (há) das RPPNs .....	743
<b>Gráfico 5:</b> Porcentagem de RPPNs por instância de institucionalização .....	754
<b>Gráfico 6:</b> Plano de manejo.....	798
<b>Gráfico 7:</b> Parceria interinstitucional.....	810
<b>Gráfico 8:</b> Preocupações socioambientais da gestão da RPPN.....	81
<b>Gráfico 9:</b> Atividades desenvolvidas nas RPPNs.....	832
<b>Gráfico 10:</b> Motivação para a criação das RPPNs .....	876
<b>Gráfico 11:</b> Prática de ecoturismo nas RPPNs.....	898
<b>Gráfico 12:</b> Funções atribuídas a pessoas da comunidade local nas RPPNs.....	976
<b>Gráfico 13:</b> Principais dificuldades das RPPNs que realizam ecoturismo.....	99
<b>Gráfico 14:</b> Papel do ecoturismo para as RPPNs.....	104

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Fatores que contribuem para o estabelecimento de Reservas Privadas.	42
<b>Quadro 2:</b> Etapas da pesquisa .....	60
<b>Quadro 3:</b> RPPNs que desenvolvem ecoturismo .....	89
<b>Quadro 4:</b> Atividades desenvolvidas, infraestrutura e serviços .....	91

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO 1. O AMBIENTALISMO E O ECOTURISMO</b> .....	<b>19</b>
1.1 O despertar do Ambientalismo.....	19
1.2 O florescer do Ecoturismo.....	26
<b>CAPÍTULO 2. AS ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS E AS RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL (RPPNS)</b> .....	<b>32</b>
2.1. Um breve histórico das Áreas Naturais Protegidas.....	32
2.2. As Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs).....	40
<b>CAPÍTULO 3. PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	<b>57</b>
3.1. A abordagem metodológica e a escolha dos instrumentos de pesquisa.....	57
3.2. O caráter empírico investigativo: a aplicação dos instrumentos e a análise dos dados.....	59
<b>CAPÍTULO 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS</b> .....	<b>65</b>
4.1. O Ecoturismo e a conservação ambiental no contexto das RPPNs na visão de especialistas dessa temática.....	65
4.2. Diagnóstico sobre a situação atual das RPPNs e como o ecoturismo vem sendo desenvolvido nelas no contexto de Minas Gerais.....	70
4.2.1.A situação atual das RPPNs de Minas Gerais: Uma contextualização.....	71
4.2.2. Panorama do desenvolvimento do ecoturismo nas RPPNs.....	89
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>104</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>113</b>
<b>APÊNDICE A: Levantamento Bibliográfico sobre Ecoturismo em RPPNs</b> .....	<b>122</b>
<b>APÊNDICE B: Roteiro de entrevista semiestruturada</b> .....	<b>124</b>
<b>APÊNDICE C: Questionário estruturado</b> .....	<b>125</b>
<b>APÊNDICE D: Termo de consentimento livre e esclarecido</b> .....	<b>133</b>
<b>APÊNDICE E: Carta Convite</b> .....	<b>135</b>
<b>ANEXO 1: Resumo dos currículos dos entrevistados</b> .....	<b>136</b>
<b>ANEXO 2: Parecer do Comitê de Ética da UFOP</b> .....	<b>139</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi proposto a partir da inquietação da pesquisadora em relação a temática investigada, enquanto estudante de Turismo e também a partir da sua experiência de vida como filha de um proprietário de RPPN militante das causas ambientais. O que teve como desdobramento o desenvolvimento de uma pesquisa mais ampla de iniciação científica, sobre o papel do ecoturismo para as RPPNs do Estado de Minas Gerais.

O ecoturismo nasce na década de 1980 como uma alternativa ao turismo de massa que demonstrava impactos sociais, culturais e ecológicos em grande escala (CEBALLOS-LASCURAIN, 1996). A atividade tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável, sendo articulada com base na proteção dos recursos naturais, no desenvolvimento de atividades de educação ambiental e no envolvimento participativo das comunidades receptoras (PIRES, 1998).

Portanto, quando o ecoturismo é desenvolvido, realmente, de acordo com seus objetivos conceituais, ele se torna uma das atividades econômicas que mais favorece à proteção da natureza (WIEDMANN, 1997). Desta maneira, as Unidades de Conservação (UCs) ganham uma relevância importante, pois se configuram como espaços onde a prática do ecoturismo pode ser uma estratégia de aperfeiçoamento de conservação da natureza (NEIMAN; PATRÍCIO, 2010).

Nesse contexto, evidencia-se a viabilidade econômica que o turismo oferece para a efetivação de UCs, bem como a promoção do contato experiencial entre as pessoas e o meio ambiente (NEIMAN; PATRÍCIO, 2010). Um dos fenômenos mais frequentes e observados na sociedade contemporânea é o afastamento da natureza. Assim, iniciativas que promovam essa reconexão, através de atividades lúdicas e educativas, se apresentam como potencialidades bastante ricas para a questão ambiental na atualidade (NEIMAN; MENDONÇA, 2000).

Desta maneira, estudos que possibilitem uma melhor compreensão dessa atividade e suas potencialidades junto as UCs, possuem um papel importante para gerar um panorama que identifique como a atividade tem sido vista, organizada, valorizada, bem como quais são as dificuldades e as perspectivas, identificadas pelos



gestores/proprietários, que podem ser melhoradas e lapidadas desde a perspectiva científica e prática.

Dentre essas UCs, destaca-se as RPPNs, categorias singulares pois estruturam iniciativas privadas de proteção da natureza (WIEDMANN,1997), que ganham novas perspectivas mediante a possibilidade se acoplar na prática o desenvolvimento econômico e a conservação da área existente. O turismo, como supracitado, pode oferecer benefícios em ambos os sentidos, quando bem organizado e planejado.

Este trabalho, portanto, foi de encontro ao cenário estratégico de Minas Gerais no âmbito da presença dessa categoria de unidade de conservação. Todavia, os estudos sobre o tema no cenário mineiro ainda são bastante incipientes, revelando uma oportunidade de pesquisa que visou consagrar não apenas a dimensão científica do estudo, mas, principalmente, a sua integração com as demandas da sociedade.

Portanto, este trabalho tem como objetivo geral realizar um diagnóstico sobre a relação do ecoturismo nas RPPNs de Minas Gerais. Para tal, o estudo teve como objetivos específicos, 1) analisar a visão de especialistas renomados sobre a temática; 2) contextualizar a situação atual das RPPNs de Minas Gerais; 3) identificar se o ecoturismo é razão central para a criação das reservas; 4) realizar um panorama de como o ecoturismo vem sendo desenvolvido e quais as perspectivas da atividade nas RPPNs;

Assim, o trabalho ficou estruturado em 4 capítulos. No primeiro capítulo realizou-se uma abordagem histórica sobre o movimento ambientalista no mundo e também no Brasil, trazendo um olhar crítico ao modelo capitalista que vivenciamos em relação a degradação ambiental que o mesmo desencadeia. Essa parte inicial se faz necessária para esclarecer como surgiu o conceito do Ecoturismo, já que ele nasce dentro desse caldo intelectual e empírico advindo da questão ambiental. Além disso, realizou-se uma análise do histórico dessa modalidade turística, seus princípios e conceitos, baseados em autores destacados nessa área de estudo.

No segundo capítulo buscou-se contextualizar historicamente as áreas protegidas do Brasil e do mundo, discutir como aconteceu a implementação das unidades de conservação, expondo o contexto atual do Brasil. Em seguida, realizou-

se uma abordagem histórica das áreas protegidas privadas, expondo o conceito de RPPN e as suas características de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), seus aspectos gerais, técnicos e instrumentais.

No terceiro capítulo descreveu-se o percurso metodológico da pesquisa e os motivos para a escolha dos métodos utilizados. Para isso, inicialmente foi discutido a abordagem metodológica, a seleção dos instrumentos de pesquisa e suas justificativas, posteriormente, foi abordado o caráter empírico da pesquisa, onde relatou-se os processos de desenvolvimento da mesma, as dificuldades encontradas e os caminhos escolhidos para se alcançar os objetivos da investigação.

A pesquisa foi dividida em três fases, a primeira consistiu em uma fundamentação teórica sobre a conservação ambiental, ecoturismo, áreas protegidas e RPPNs, através de pesquisa bibliográfica e documental. A segunda em uma análise sobre o tema, embasadas na opinião de profissionais renomados dessa área, através da coleta de dados com entrevistas. E a terceira em um diagnóstico sobre a situação atual da RPPNs e como o ecoturismo vem sendo desenvolvido nelas no contexto de Minas Gerais, realizado a partir da análise dos dados coletados com a aplicação de questionários aos gestores dessas reservas.

O quarto capítulo foi destinado a descrição, análise e discussão acerca dos dados coletados a partir da aplicação dos instrumentos de coletas, relacionando-os com os autores abordados no referencial teórico, com o intuito de satisfazer os objetivos propostos. Para isso, o capítulo foi dividido em duas partes, na primeira foi discutido a visão de especialistas sobre o ecoturismo e a conservação ambiental no contexto das RPPNs e na segunda parte foi realizado um diagnóstico sobre a situação atual da RPPNs, como o ecoturismo vem sendo desenvolvido nelas e quais suas perspectivas no contexto de Minas Gerais, a partir da visão dos gestores dessas reservas.

Por fim, foi apresentado as considerações finais sobre o trabalho, articulando as fases da pesquisa, as diferentes visões, a realidade encontrada e as perspectivas futuras de estudos.

## **CAPÍTULO 1. O AMBIENTALISMO E O ECOTURISMO**

Este capítulo está dividido em duas partes, a primeira faz uma abordagem histórica sobre o movimento ambientalista no mundo e também no Brasil, tendo como intuito, delinear a trajetória percorrida pelo ambientalismo desde o seu surgimento até os dias atuais e fazer uma crítica ao modelo capitalista que vivenciamos em relação a degradação ambiental que o mesmo desencadeia. Essa parte inicial se faz necessária para esclarecer como surgiu o conceito do Ecoturismo, já que ele nasce dentro desse caldo intelectual e empírico advindo da questão ambiental. A segunda parte faz uma relação da trajetória do movimento ambientalista com o Ecoturismo, além de descrever o histórico dessa modalidade turística, seus princípios e conceitos, baseados em autores destacados nessa área de estudo.

### **1.1 O despertar do Ambientalismo**

O sistema econômico e social que estamos inseridos, denominado capitalismo, vem sendo fortalecido de maneira progressiva através da evolução da técnica e da ciência. A alta velocidade de produção e comercialização estimula cada vez mais o consumo excessivo. Essa velocidade se faz necessária na competitividade mundial, mas a exploração desenfreada dos recursos naturais para atender as necessidades do mercado, não pode ser suprida pela capacidade de reprodução dos sistemas naturais, nem pelas sociedades. Desse descompasso resulta uma crescente degradação do meio ambiente, em escala global (FARIA, 2002).

O desenvolvimento do capitalismo tem como alicerce central o lucro, o processo de acumulação, a escala de ação das empresas e sua influência no mundo. Impactando direta ou indiretamente todos os lugares, impondo uma lógica de acumulação mundial, algumas vezes fragmentando sociedades, culturas e desordenando seus espaços (FARIA, 2002).

Em sua obra “A modernidade insustentável”, Héctor Leis (2000) discorre sobre as principais consequências que permeiam as tendências socioeconômicas do nosso modelo desenvolvimentista, onde o aumento da população, a urbanização, a industrialização, as mudanças no uso da terra, a globalização e a tecnologia, conseqüentemente implicariam no aumento da pobreza, esgotamento dos recursos

naturais, mudanças climáticas globais, desflorestamento, desertificação, perda da biodiversidade, perda da diversidade cultural, contaminação do ar e da água.

A partir de reflexões sobre a capacidade do homem de se apropriar dos recursos naturais de forma irresponsável e destrutiva, permitindo a consolidação de um modelo de desenvolvimento que não leva em consideração as questões ambientais, o autor Michel Serres traz uma abordagem histórica sobre o tema. Serres (1990), disserta que esse modelo de desenvolvimento que trata a natureza apenas como fonte de recursos, mas não como limite da ação, vem de um contexto histórico ocidental, da concepção idealizada de uma dinâmica natural separada da história social, perdendo sua materialidade, dando a natureza um conceito abstrato e o resultado disso é uma tradição de isolamento dos fatores. Assim, o meio ambiente não é visto em sua totalidade, separando a sociedade de uma natureza ideal, que é vista de forma isolada da ação humana.

Nesse contexto, surgiram os “movimentos ambientalistas”, que buscavam reverter esse histórico de degradação ambiental, através de uma análise dos problemas ambientais a partir do seu lado social ligados ao modelo atual de desenvolvimento capitalista e não apenas ao seu lado biológico. Para eles “a natureza é um bem em si, acima dos interesses das sociedades de consumo” (NEIMAN, 2007).

Abordando os primórdios do ambientalismo, o autor McCormick (1992), aponta como pontapé inicial aos movimentos ambientalistas a formação dos primeiros grupos protecionistas na Grã-Bretanha, no século XIX. Foi um período de muitas descobertas científicas sobre as consequências da relação exploratória do homem com a natureza. McCormick (1992), trata da importância das teorias naturalistas da época, destacando a teoria da evolução, de Darwin, que “sugeriu que o homem era parte integrante de todas as outras espécies”, trazendo uma visão diferenciada do homem em relação a natureza, dando a luz a uma “consciência biocêntrica em contraposição a antropocêntrica”, onde se percebe a inter-relação do homem com o meio natural e sua responsabilidade sobre este, deixando de ser o centro de tudo, melhor e independente das demais espécies.

Neste sentido Marcondes (2005), destaca, nesta mesma época, a criação do termo “ecologia” pelo naturalista alemão Ernest Haeckel, trazendo uma nova forma de

estudo científico relacionado a interação dos seres vivos com o meio em que estão inseridos. Foi uma época onde o a compreensão sobre o meio ambiente, apresentava-se como uma necessidade para o progresso e para a sobrevivência do homem, além de crescer a percepção de ser essencial uma convivência harmônica entre homem e natureza.

O primeiro grupo ambientalista privado do mundo surgiu em 1865, na Inglaterra, denominado Commons, Open Spaces, and Footpaths Preservation Society, que buscava principalmente melhorias na qualidade de vida nos grandes polos industriais, e para isso a ressaltavam a importâncias das áreas verdes urbanas. O Estados Unidos seguiu os passos da Inglaterra e paralelo aos movimentos ambientalistas de lá, foi crescendo o protecionismo/preservacionismo na América do Norte, o que desencadeou, em 1872, a criação do primeiro parque nacional do mundo, o Parque Nacional de Yellowstone, uma área de 800 mil hectares, em território dos índios Crow, Blackfeet e Shoshone-Bannock, que se tornou referência para outros países (FERREIRA, 2008).

Em consonância com os autores já mencionados, Leis (2000), disserta que o ambientalismo surge no século XIX, a partir de indagações sobre a relação da sociedade com o meio natural, juntamente com um contexto de inseguranças relacionadas ao modelo de desenvolvimento econômico e social e nas consequências negativas que este modelo traria ao meio ambiente, a moral, ordem social e principalmente a saúde da população mundial.

Assim, a fase inicial do ambientalismo é marcada pela vertente protecionista, que nos EUA era chamada preservacionista, ambas com um ideal de natureza intocada, onde, para se preservar o meio ambiente, este deveria ficar isolado da ação humana, sendo permitidas apenas atividades recreativas e educacionais. Porém, contrapondo os protecionistas/preservacionistas surge, no final do século XIX o movimento conservacionista, trazendo uma visão menos radical, onde se defendia uma exploração mais racional dos recursos naturais, de forma consciente, buscando diminuir a degradação ambiental, vertente que foi precursora do desenvolvimento sustentável (FERREIRA, 2008; BRUMATTI, 2014).

No século XX o movimento ambientalista começa a se organizar de forma global. A criação da Organização das Nações Unidas (ONU) fortalece a estruturação dos movimentos. Outros fatos marcantes foram: a fundação da União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN) em 1948, criada por um grupo de cientistas vinculados à Organização das Nações Unidas (ONU), e a realização da Conferência Científica das Nações Unidas sobre Conservação e Utilização de Recursos (LEIS; D'MATO, 1994).

Todas essas questões embasaram discussões, juntamente com os movimentos contra - culturais dos anos 1960, que criticavam os padrões de consumo e propunham limites ao crescimento, pois o mundo vivenciava a percepção de uma crise ambiental. Essa crise afetaria todos os aspectos de nossa vida, sendo complexa e multidimensional, possuindo dimensões intelectuais, morais e espirituais; uma crise de escala e premência sem precedentes em toda a história da humanidade, assim pela primeira vez, defronta-se com a real ameaça de extinção da raça humana e de toda a vida no planeta. A crise ambiental traz a necessidade de mudanças que ressignificam o curso do pensamento social e com ela conceitos surgem, como capacidade de suporte em ecologia e sustentabilidade, que vinha para compatibilizar o crescimento populacional e o desenvolvimento econômico com a conservação da natureza (CAPRA, 1982; LEFF, 2000).

A formação das organizações não governamentais (ONG's), em 1960, com enfoque nos problemas ambientais, caracteriza o momento que o ambientalismo se amplia para toda a sociedade. Uma delas é a World Wildlife Fund (WWF), que seguia a vertente conservacionista, atuava em vários países e teve grande representatividade nas mudanças de valores da sociedade civil, na época (BRUMATTI, 2014).

No contexto brasileiro, um marco nas questões ambientais foi a criação Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), em 1958, que foi a principal organização da sociedade civil brasileira dedicada à preservação e à conservação da natureza até a década de 1990. Ela assumia a defesa do patrimônio natural e oferecia uma tribuna para os cientistas e técnicos que trabalhavam na burocracia do Estado. Dessa parceria resultaram as principais formulações de políticas ambientais do período, geralmente ligadas à administração de parques nacionais e reservas equivalentes – tipos de áreas protegidas que no Brasil ficaram

conhecidas como unidades de conservação - e a pesquisas sobre a biodiversidade. A FBCN, diferente de boa parte das ONGs, pautava a sua ação mais pela colaboração do que pela confrontação com o Estado. Buscava ampliar os seus espaços de atuação dentro dele. Entendia que a natureza, como conjunto de recursos econômicos, deveria ser explorada racionalmente no interesse das gerações presentes e futuras, e como diversidade biológica, objeto de ciência e contemplação estética, ela deveria ser protegida (URBAN, 1998; FRANCO, 2000; FRANCO; DRUMMOND, 2013).

Em 1968 nasce o Clube de Roma, fundado por Aurélio Peccei. O clube contava com cientistas, educadores, economistas, humanistas, industriais e funcionários públicos de níveis nacional e internacional. Seu principal objetivo era produzir diagnósticos da situação mundial e apontar alternativas para os líderes mundiais (MCCORMICK, 1992).

Segundo Leis (1999), a questão ambiental começa a ter mais visibilidade com o surgimento de diversas organizações não-governamentais que trazem uma renovação no ambientalismo e com o Dia da Terra, em 1970, onde cerca de meio milhão de americanos se reuniram em prol da causa ambiental. Em busca de uma combinação entre as preocupações estéticas e científicas com as sociais essas ONGs disseminavam a necessidade da mudança do modelo de desenvolvimento econômico e de estilos de vida em todo o mundo (BRUHNS, 2009).

Em conjunto com as ONGs, os setores públicos e privados começam a se estruturar para a formulação de uma nova estratégia de manejo dos recursos naturais. A questão ambiental passa a ser discutida no âmbito das políticas públicas. De acordo com Charlene Spretnak e Fritjof Capra, a política verde surge nos anos 1970 pautada por quatro princípios básicos: ecologia, responsabilidade ou justiça social, democracia direta ou participativa e não violência (*apud* LEIS, 2000). Esses princípios foram embasados pela ideologia da política verde que ocorreu a Conferência de Estocolmo, em 1972, responsável pela legitimação da política mundial para questões ambientais (BRUHNS, 2009).

A Conferência de Estocolmo, colocou em pauta o desenvolvimento humano e representou o ápice da revolução ambientalista, sendo o grande marco da história do movimento ambientalista no mundo, foi a primeira reunião de caráter oficial a tratar de

assuntos ambientais, organizada pela ONU, que reuniu representantes de 113 países e marcou a introdução definitiva do tema da proteção do meio ambiente na agenda governamental internacional (MCCORMICK, 1992).

A partir disso, a noção de ambientalismo se expande e novos questionamentos surgem e desafiam as práticas de proteção da natureza até então desenvolvidas. As iniciativas embasadas em uma lógica estanque e isoladas dos aspectos culturais existentes são criticadas, bem como a própria fragmentação do conhecimento que sustentava essas premissas também começam a ser reconsideradas no debate intelectual sobre o tema (CASCINO, 1998).

No contexto latino-americano, por exemplo, a presença fortalecida dos movimentos sociais, apresentam-se como um contraforte aos ideais de proteção da natureza, inferindo em reflexões sobre a participação dos povos tradicionais na gestão e no uso de seus territórios. O que mostrava a necessidade de se repensar a função dos parques nacionais e reservas, para que não excluíssem seus moradores tradicionais. Evidenciando um ambientalismo mais voltado para as questões sociais, que anteriormente foi denominado de ecologismo social, por Murray Bookchin em 1964, que entende a degradação ambiental como consequência da ação capitalista. Critica o poder baseado na noção de Estado, propondo uma sociedade democrática, descentralizada, baseada na propriedade comunitária de produção (DIEGUES, 1993; ALIER, 1997; BRUHNS, 2009).

Essas reflexões surtiram efeitos na visão sobre os acontecimentos naturais, socioculturais, político-econômicos, contribuindo para um entendimento mais esclarecido sobre homem como elemento corresponsável, fundamental, em tudo o que ocorre no âmbito da sobrevivência física do planeta e da própria qualidade de vida em um sentido amplo, renovado e diferenciado (CASCINO, 1998).

As décadas de 70 e 80, foram marcadas pela inserção do ambientalismo no meio político, através da criação de partidos verdes, de políticas públicas e de órgãos governamentais de meio ambiente. Brumatti (2014) destaca que:

(...) é principalmente nestas décadas que começa a perceber-se a problemática ambiental como uma “crise cultural” e, portanto, como uma oportunidade para a emancipação da racionalidade instrumental e dos



valores materialistas que dominam a sociedade moderna, para a formação de uma racionalidade ambiental (BRUMATTI, 2014, p 287).

Em 1987, aconteceu a reunião da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED – órgão da ONU), cujos resultados foram expressos no documento intitulado *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), popularmente chamado de Relatório *Brundtland*, já que os trabalhos desta comissão foram presididos pela norueguesa *Gro Harlem Brundtland*.

#### O Relatório *Brundtland*,

[...] parte de uma visão complexa das causas dos problemas socioeconômicos e ecológicos da sociedade global. Ele sublinha a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política e chama também atenção para uma nova postura ética, caracterizada pela responsabilidade tanto entre as gerações quanto entre os membros contemporâneos da sociedade atual (BRUSEKE, 1998, p. 33).

Assim, o relatório apresenta uma lista de medidas a serem tomadas no nível dos Estados nacionais e evidencia as metas a serem realizadas no nível internacional, tendo como agentes as diversas instituições internacionais.

Foi nesse relatório que surgiu o conceito de desenvolvimento sustentável, aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991). Baseado nos princípios de “equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica” (CAVALCANTI, 1994). Esse conceito foi embasado na definição de desenvolvimento com bases ecológicas e ecodesenvolvimento apresentados por Maurice Strong e Ignacy Sachs, respectivamente (AURÉLIO SOBRINHO, 2008).

Outra década importante na história do ambientalismo foi a década de 90, marcada pela realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), mais conhecida como Rio 92 ou Eco 92 e Cúpula da Terra (*Earth Summit*). Esses eventos trouxeram avanços significativos ao ambientalismo, pois integraram vários setores da sociedade mundial e diferentes culturas. A partir do conceito de desenvolvimento sustentável começa a surgir no mercado uma consciência ambiental e as empresas começam a buscar alternativas para minimizar os impactos negativos ao meio ambiente. O senso comum entre os

diversos setores da sociedade em relação a crise socioambiental global foi fundamental para o planejamento de ações conjuntas em prol da causa ambiental (LEIS, 2000).

Com o intuito de consolidar o conceito de desenvolvimento sustentável no mundo, e tratar de graves problemas, como aquecimento global e conservação da biodiversidade, a Rio 92 propiciou a instauração de acordos internacionais, a formulação de uma carta de princípios pela preservação da vida na Terra e da Declaração de Florestas, que evidencia a necessidade de se conservar as florestas no mundo e a criação da Agenda 21, um plano de ação para o século XXI que visa minimizar os problemas ambientais globais (MARCONDES, 2005).

Leis (2000) diserta, que a Agenda 21 foi uns dos mais importantes documentos produzidos pela ONU, pois simboliza um grande passo para acontecer uma governabilidade atenta as questões ambientais globais e voltada a processos participativos e democráticos em vários níveis. A partir disso, Leis e D'Mato (1994) afirmam:

(...) o ambientalismo adota um perfil complexo e multidimensional, de grande iniciativa e capacidade de ação ética e comunicativa, que o habilita para se constituir um eixo civilizatório fundamental, na direção de uma maior cooperação e solidariedade entre nações, povos, culturas, espécies e indivíduos (LEIS; D'MATO, 1994, p. 43).

Desta maneira, nasce a percepção de que se precisa reconhecer as diferentes culturas e a natureza como parte do processo de desenvolvimento, abandonando a valorização apenas do viés econômico, e valorizando o lado humano e ecológico para atender aos princípios do desenvolvimento sustentável. Com isso o modelo de exploração de recursos naturais tende a ir se modificando, levando em consideração sua durabilidade e importância para a sobrevivência das gerações futuras. Percebe-se essa tendência em alguns setores da economia, inclusive no turismo, o que será discutido a seguir.

## **1.2 O florescer do Ecoturismo**

A procura pelo entendimento do fenômeno do turismo vai além de discussões acerca do desenvolvimento econômico. A ascensão do setor, como área científica recente, tem estimulado a busca pela compreensão das suas diferentes

manifestações e inter-relações com variadas áreas do conhecimento humano. O turismo é identificado como um fenômeno moderno, complexo e dinâmico, que engloba um conjunto de relações sociais, culturais e ambientais, onde o ser humano desempenha um papel essencial para seu desenvolvimento (RUDZEWICZ, 2006).

Atualmente o turismo é considerado um fenômeno econômico e social em crescimento na sociedade. Mas, por um longo período ele era reconhecido apenas como uma atividade que proporcionava lucro, onde o lazer se torna um produto para a sociedade de consumo, seguindo a lógica de mercado capitalista (BRUMATTI, 2014).

### *Esclarecimentos históricos do Ecoturismo*

A consolidação da atividade turística, de maneira organizada, acontece apenas no século XIX, por influência das transformações econômicas e sociais e da inovação tecnológica. A partir da Revolução Industrial se deu a formação de uma classe média trabalhadora, o aumento do tempo livre e a busca por viagens (REJOWSKI *et. al.*, 2002). Porém, foi após a Segunda Guerra Mundial que o turismo começou a se consolidar e expandir, trilhando novos caminhos (BRUMATTI, 2014), concomitante ao período em que o movimento ambientalista começa a se organizar de forma global, ganhando mais visibilidade, como já foi mencionado anteriormente.

O período pós-guerras é marcado por grandes mudanças em toda sociedade, repercutidas no âmbito político, social, ambiental, cultural, econômico e espiritual (BRUMATTI, 2014). Portanto, pretende-se analisar a ligação entre a expansão dos movimentos ambientalistas, com as mudanças no desenvolvimento do turismo. A relação do homem com natureza está intimamente ligada a essas mudanças.

(...) o homem sempre apresentou um grande apreço à natureza, mas foi notadamente com a sua posição de dominação e a singularização do ser humano que a natureza passou a significar um momento e espaço de contemplação e de “fuga”, principalmente após a industrialização do mundo. Em face dos problemas decorrentes da urbanização e do crescimento populacional é que ocorre o desejo de evasão, descanso e recreação em ambientes próximos à natureza (BRUMATTI, 2014, p 289).

Nesse sentido, percebe-se como a perda da qualidade de vida desses grandes centros urbanos influenciou no aumento da demanda por experiências que propiciem maior contato com a natureza, o que representa a consolidação do turismo, uma vez

que o meio ambiente compreende sua matéria-prima (RUSCHMANN, 2001). Assim, os ambientes naturais são vistos como atrativos turísticos.

Porém, com a expansão desordenada do turismo, a partir da década de 1950, começa-se a perceber os impactos negativos que a atividade desencadeia, oriundos da falta de planejamento e operacionalização adequada, que são características de um turismo de massa. Inserido na lógica capitalista e por ser um setor econômico significativo, o turismo passou a explorar desenfreadamente os recursos naturais, sendo responsável por acumulação de riqueza, especulação, segregação de espaços, degradação do meio ambiente e exploração de trabalho (CORIOLANO, 2007).

Portanto, nesse período em que os impactos negativos advindos da forma como a atividade turística vinha sendo desenvolvida se evidenciaram, a problemática ambiental já estava repercutindo em todo o mundo e o movimento ambientalista ganhava cada vez mais visibilidade, assim o fenômeno do turismo foi inserido no cenário das discussões relacionadas ao desenvolvimento sustentável, surgindo a necessidade de se estabelecer a definição de um novo modelo de desenvolvimento turístico, que se propusesse a seguir “critérios ecológicos” adequados à ideia de “equilíbrio com o meio natural” e o envolvimento das populações locais (RIBEIRO; BARROS, 2000). Um modelo de desenvolvimento sustentável do turismo, definido pela *World Commission of Environment and Development* (1987 *apud* RUSCHMANN, 2001) como: “aquele que atende às necessidades dos turistas atuais, sem comprometer a possibilidade do usufruto dos recursos pelas gerações futuras”.

Nesse contexto, em 1995 foi realizada a primeira Conferência sobre Turismo Sustentável, em Lanzarote, nas Ilhas Canárias, por iniciativa da ONU (Organização das Nações Unidas), contando com a participação direta da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura) e da OMT (Organização Mundial do Turismo). Neste evento foi elaborado o conceito de Turismo Sustentável<sup>1</sup>, que passa a englobar a importância da participação das comunidades locais no

---

<sup>1</sup> O Turismo Sustentável é aquele que atende as necessidades dos turistas hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida (OMT, 2003, p. 24).

desenvolvimento da atividade (BRUMATTI, 2014).

Se bem planejado e organizado, o turismo pode promover o desenvolvimento das comunidades que têm potencial para tal, no âmbito cultural, social, econômico e ambiental. Esta atividade pode ser desenvolvida em diversos ambientes, com um destaque potencial para as áreas naturais. Entre eles estão as Unidades de Conservação (UCs) e o segmento do turismo de maior expressão nessas áreas é conhecido como Ecoturismo (RUSCHMANN, 2001; PIRES, 1998).

Este segmento turístico surgiu na década de 1980, com a proposta de se contrapor ao turismo de massa cujo histórico apontava para uma destruição do ambiente natural com forte impacto nas culturas receptoras (CEBALLOS-LASCURAIN, 1996; WEARING; NEIL, 2001). Com o seu amadurecimento no âmbito das questões ambientais, a atividade na década de 1990 passa também a integrar os princípios da sustentabilidade, em todas as suas dimensões (ecológica, econômica e sociocultural), bem como desenvolver estudos e enfoques centrado no seu potencial educativo e na experiência do visitante (NEIMAN; MENDONÇA, 2000).

#### *Esclarecimentos conceituais do Ecoturismo*

Para tanto, a atividade passa a centrar esforços e reflexões na integração e no desenvolvimento de mecanismos de sensibilização ambiental e também no engajamento participativo das comunidades locais e receptoras (PIRES, 1998). Desta maneira, o turismo e a ecologia passam a se integrar de uma forma onde a busca é por um “ponto de equilíbrio, a fim de que a atratividade dos recursos naturais não seja a causa da sua degradação” (RUSCHMANN, 2001).

Assim, destaca-se algumas das principais definições desse segmento, a da *The International Ecotourism Society*<sup>2</sup> define o ecoturismo como: “viagens responsáveis para áreas naturais que conservam o meio ambiente, sustentam o bem-estar da população local e envolvem interpretação e educação”.

Corroborando com tal definição, Ceballos-Lascurain (1987), aborda que:

(...) ecoturismo é a realização de uma viagem a áreas naturais que se encontram relativamente sem distúrbios ou contaminação com o objetivo

---

<sup>2</sup> Fundada em 1990, a Sociedade Internacional de Ecoturismo está na vanguarda do desenvolvimento do ecoturismo, fornecendo diretrizes e padrões, treinamento, assistência técnica e recursos educacionais. Disponível em: <<https://ecotourism.org/>> Acesso em: 28 out. 2019.

específico de estudar, admirar e desfrutar a paisagem juntamente com suas plantas e animais silvestres, assim como qualquer manifestação cultural (passada ou presente) que ocorra nestas áreas (CEBALLOS-LASCURAIN, 1987, p 14)

Sobre as potencialidades da atividade o autor disserta que:

(...) o ecoturismo é uma forma de ecodesenvolvimento que representa um meio prático e efetivo de atrair melhorias sociais e econômicas para todos os países, e é um poderoso instrumento para a conservação das heranças naturais e culturais pelo mundo (CEBALLOS-LASCURAIN, 1991, p.26).

Analisando suas definições percebe-se que o ecoturismo não foi criado para o seu próprio desenvolvimento, ele não contém um fim em si, mas sim como um instrumento para desenvolvimento sustentável de localidades dotadas de biodiversidade, com grande relevância ecológica, que muitas vezes são excluídas do desenvolvimento regional, além de ser uma estratégia de conservação das culturas tradicionais (NEIMAN; MENDONÇA, 2000)

#### *Conflitos do Ecoturismo*

Na prática o desenvolvimento do ecoturismo, respeitando seus princípios, é bem complexo. O modelo de ecoturismo aplicado no Brasil foi baseado nos modelos estadunidense e europeu, locais que possuem uma realidade e interesses bem diferentes. O que acarreta em diversos conflitos econômicos, sociais e culturais, onde essas localidades passam a representar “lugares para o turista ver” e acabam alterando os significados e valores locais atribuídos a eles (BRUMATTI, 2014).

Embora classifiquemos e ordenemos a oferta turística de determinadas localidades, não é possível esquecer que a relação território-natureza-sociedade é inseparável e que a dinâmica representada pela intervenção realizada pelo homem é capaz de criar e recriar significados no dia a dia de uma dada localidade (TELES, 2009, p. 12).

Desta forma, esse segmento turístico deve atender a demanda do turista, mas deve evitar causar impactos negativos e deve interferir o mínimo possível naquele ambiente e na cultura local, buscando sempre o desenvolvimento sustentável da localidade.

O ecoturismo genuíno deve ser encarado como um esforço cooperativo entre população local e visitantes conscientes e preocupados em preservar as áreas naturais e seus patrimônios culturais e biológicos, através do apoio ao desenvolvimento da comunidade local (GODFREY, 2001, p. 260).

Portanto, evidencia-se que o desenvolvimento local está baseado e fundamentado no aproveitamento dos recursos endógenos, sejam eles: humanos,

naturais e de infraestrutura. Não tem sentido mais pensar em soluções para os problemas a partir de propostas de agentes externos à localidade, mas sim através de participações e iniciativas dos agentes internos (BRUMATTI, 2014).

Assim, a efetividade de um desenvolvimento sustentável acontece a partir da evolução dos direitos da apropriação das comunidades, sobre os patrimônios naturais e culturais, do estabelecimento de relações horizontais e poder de decisões sobre o lugar onde vivem. Para assim, desenvolver o espírito e senso de responsabilidade comum, a capacidade de autogestão e de divisão das responsabilidades na construção coletiva. Essas medidas vão empoderar a comunidade para a construção de caminhos para uma nova realidade social frente à nova situação criada com o turismo (MENDONÇA; IRVING, 2004).

Todavia, diante das condições sociais brasileiras, que apresentam um quadro histórico de concentração de renda, e dado o potencial econômico desse segmento turístico e o poder de apropriação do sistema capitalista, deve-se ter cuidado, pois o desenvolvimento do ecoturismo pode representar uma estratégia política e econômica para atender o novo modelo desenvolvimentista, onde se tem o uso dessa tendência de busca pela natureza e sensibilização ambiental como instrumento mercadológico e publicitário (BRUMATTI, 2014). Levando isso em consideração, é necessária cautela ao se avaliar o desenvolvimento dessa atividade em determinados locais, pois não é sempre que o seu objetivo configura os princípios e valores dos conceitos de ecoturismo já mencionados (NEIMAN; MENDONÇA, 2000).

Contudo, quando o ecoturismo é desenvolvido, realmente, de acordo com seus princípios, ele se torna uma das atividades econômicas que mais favorece à proteção<sup>3</sup> da natureza e ao desenvolvimento sustentável (WIEDMANN, 1997). Desta maneira, as UCs ganham uma relevância importante, pois se configuram como espaços onde a prática do ecoturismo pode ser uma estratégia de aperfeiçoamento de conservação da natureza (NEIMAN; PATRÍCIO, 2010), o que será discutido no próximo capítulo.

---

<sup>3</sup>São comuns as dissonâncias no emprego dos termos “proteção”, “conservação” e “preservação” quando aplicados à questão das áreas protegidas. Enquanto “proteção” deve ser empregado como um conceito integrador e agrupador de diversas práticas e estratégias voltadas para a criação e implementação de espaços protegidos que gozam de um regime especial de uso e demarcação, “conservação” e “preservação” são entendidas como estratégias diferenciadas de proteção dos recursos naturais, visando exatamente estabelecer a práxis da proteção - (parcial, no primeiro caso e, integral, no segundo) (MEDEIROS; IRVING; GARAY, 2004, p. 87).

## **CAPÍTULO 2. AS ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS E AS RESERVAS PARTICULARES DO PATRIMÔNIO NATURAL (RPPNS)**

Este capítulo está dividido em duas partes. A primeira tem como objetivo contextualizar historicamente as áreas naturais protegidas do Brasil e do mundo, discutir como aconteceu a implementação das unidades de conservação, expondo o contexto atual do Brasil. Além de identificar as suas tipologias e regulamentação a partir do SNUC. Na segunda parte será abordada a história das áreas naturais protegidas privadas, o conceito de RPPN e as suas características de acordo com o SNUC, seus aspectos gerais, técnicos e instrumentais. Além apresentar a realidade das RPPNs no Estado de Minas Gerais.

### **2.1. Um breve histórico das Áreas Naturais Protegidas**

De acordo com Eagles *et al* (2002 *apud* RUDZEWICZ, 2006, p.31), as áreas destinadas a proteção são elementos culturais que tem origem há aproximadamente dois milênios, para a proteção dos recursos naturais na Índia, ou de lugares específicos, no caso das comunidades tradicionais do Pacífico e da África. Porém, o conceito de áreas naturais protegidas surgiu no século XIX, nos Estados Unidos, com a criação do primeiro Parque Nacional do mundo – *Yellowstone National Park*, em 1872.

Sua criação se deu baseada em uma visão antropocêntrica, que buscava garantir a intocabilidade daquela área, para que os visitantes tenham acesso a um local preservado, e assim suprir a necessidade humana de estar em contato com a natureza e a vivenciar as peculiaridades do meio natural. Mas as motivações e justificativas para a criação dessas áreas variaram de acordo com diferentes visões sobre a natureza e sobre a importância da sua proteção. Essas visões, por sua vez, refletem os contextos culturais, sociais, políticos e científicos vigentes em cada situação e época (FRANCO *et al.*, 2015).

Deste modo, diversos países começaram a criar parques influenciados pelo modelo norte americano. O Canadá criou o seu primeiro parque nacional em 1885, seguido por Nova Zelândia em 1894, África do Sul e Austrália em 1898, México em 1894, Argentina em 1903 e Chile em 1926. Todos tinham objetivos semelhantes aos



de Yellowstone, que era proteger áreas consideradas intocadas e de grande beleza cênica para que os visitantes pudessem admirá-las (DIEGUES, 1993; FRANCO, 2000; COSTA, 2002).

Nesse período, George Catlin (1796 -1872) e Henry David Thoreau (1817-1862), se destacaram como defensores da criação dessas áreas. Segundo eles, a principal justificativa para a criação dessas áreas foi o caráter inspirador que o contato com o ambiente natural tem para a sanidade da vida do homem civilizado. Porém, o fundamento moral para as suas preocupações com a natureza estava na atribuição de um valor intrínseco a ela, transcendental. Mesmo que as justificativas iniciais para a criação dos primeiros parques foram de caráter utilitarista, o valor intrínseco da natureza selvagem afirmou-se como um dos princípios orientadores para a gestão dessas áreas (NASH, 2014 *apud* FRANCO et al. 2015 p.237).

Neste sentido, criou-se a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN – *International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources*, hoje *World Conservation Union*), em 1948, como uma possibilidade global de unificação dos conceitos e das práticas referentes aos ambientes naturais protegidos, com o auxílio da ONU. A entidade estabeleceu, então, conceitos e categorias de manejo de áreas protegidas naturais que são hoje internacionalmente difundidos pela Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB)<sup>4</sup>, a qual dispõe sobre a importância da conservação *in situ*, focando as áreas protegidas como principal estratégia de conservação da biodiversidade nos países membros. Os conceitos da IUCN também integram outros sistemas de âmbito internacional, como os Patrimônios Mundiais, as áreas Ramsar e as Reservas da Biosfera e, ainda, alguns sistemas regionais existentes na Europa (EAGLES *et al.*, 2002 *apud* RUDZEWICZ, 2006, p.31).

Mais um nome que se evidencia nesse contexto das áreas protegidas é Kenton Miller. Ele trabalhou com o planejamento e a aplicação prática de ações de conservação, envolvendo-se diretamente com essas questões na América Latina, a partir de 1962. Segundo Miller (1978 *apud* FRANCO et al. 2015, p.249), a conservação da natureza só seria eficaz caso se aproximasse dos ideais fundamentais de

---

<sup>4</sup> Convenção sobre Diversidade Biológica: é um dos principais instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente, resultado da Rio 92. Representa um fórum mundial na definição do marco legal e político para questões relacionada à biodiversidade, com adesão de 188 países até o momento, dentre eles o Brasil (CDB, 2005).

desenvolvimento humano e caso se aproximasse institucionalmente de órgãos promotores de desenvolvimento. Ele defendia a adoção de elevado rigor técnico e científico na criação de áreas protegidas e trabalhou para a formulação de programas integrados de gestão, procurando ir além das ações pontuais e fragmentadas. Para isso, formulou o conceito de manejo biorregional, voltado para integrar a gestão de áreas protegidas com a região mais ampla do seu entorno (MILLER, 1978 *apud* FRANCO *et al.* 2015,p.250).

Além disso, Miller também influenciou a formulação de estratégias de proteção à natureza em muitos países da América Latina, como Cuba, Colômbia, Chile, Peru, Equador, Costa Rica e Brasil. No cenário brasileiro, orientados pelas propostas de Miller, os conservacionistas Gary Wetterberg, consultor da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), e Maria Tereza Jorge Pádua, técnica do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), elaboraram a primeira proposta de criação sistemática de áreas protegidas – unidades de conservação - que chamou a atenção especialmente pela coerência e solidez científica (DRUMMOND *et al.*, 2010).

No entanto, desenvolver um modelo padrão de áreas protegidas foi se tornando cada vez mais desafiador, visto a complexidade dos fatores que integram todo o processo. Diegues (2000), aborda que esse modelo inicial de áreas protegidas enfatizou a preservação dos atributos ecológicos em detrimento das populações tradicionais, que, sendo excluídas desses ambientes, revelaram a reprodução do mito moderno da natureza intocada. Nos países do Sul, marcados por uma situação social de pobreza, esse modelo de áreas protegidas trouxe diversos problemas, privando as populações de suas atividades tradicionais, por vezes as responsáveis pela preservação e manutenção dos ecossistemas ainda existentes (*idem*).

Contudo, apresenta-se a necessidade de construção de novos modelos de proteção mais viáveis, com base nas especificidades ambientais e culturais de suas sociedades, a exemplo da proteção de áreas, mantendo as populações residentes (iniciado na Europa) e as de proteção do meio ambiente marinho (EAGLES *et al.*, 2002 *apud* RUDZEWICZ, 2006, p.32) e, ainda, a crescente valorização dos modelos de áreas protegidas privadas no mundo (MORSELLO, 2001). As preocupações acerca do reconhecimento do papel das populações indígenas ou tradicionais e de uma maior

cooperação internacional, além das fronteiras dos países tem sido, portanto, alguns dos elementos contemporâneos acerca do tema (EAGLES *et al.*, 2002 *apud* RUDZEWICZ, 2006, p.32).

#### *As áreas naturais protegidas do Brasil*

No contexto brasileiro, as áreas protegidas também representam uma das principais estratégias para a conservação da natureza, apresentando categorias de manejo, características e objetivos diversos. Elas são reconhecidas pelo poder público, mediante a denominação de Unidades de Conservação (UCs), criadas em nível municipal, estadual e federal, e admitindo a posse e gestão, pública ou privada, conforme a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que instaurou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

O início da trajetória da criação de parques nacionais no Brasil foi em 1876, com André Rebouças (1838-1898). Inspirado no modelo estadunidense, levava em consideração uma dimensão caracterizada por valores de ordem estética e preocupava-se, sobretudo, com os aspectos mais pragmáticos. Ele propôs a criação de parques em Sete Quedas e na Ilha do Bananal, que tinham como motivação principal a potencialidade do desenvolvimento do turismo (PÁDUA, 2002; COSTA, 2002).

A partir do viés mais utilitarista e da relativa influência política dos primeiros críticos ambientais brasileiros, começaram a se estabelecer ações voltadas a conservação ambiental. Destaca-se, a recuperação e proteção da Floresta da Tijuca, no Rio de Janeiro. A iniciativa foi devida à necessidade de proteção e recuperação da cobertura florestal das serras da Carioca e da Tijuca, devastadas pela produção de carvão e plantio de café. De acordo com concepções contemporâneas de áreas protegidas, a Floresta da Tijuca pode ser considerada o primeiro caso de criação e manejo de uma área protegida no Brasil. Posteriormente, em 1961, a área foi oficialmente transformada no Parque Nacional da Tijuca (DEAN, 1996; PÁDUA, 2002; FRANCO, 2000).

No estado de São Paulo, inicialmente contratados para modernizar a produção agrícola local, técnicos e cientistas, a maioria de origem estrangeira, tiveram um importante papel na história de criação das primeiras áreas protegidas no Brasil. Por

influência dessa geração de cientistas e técnicos preocupados com a proteção da natureza, foram criadas a primeira reserva florestal estadual de São Paulo, na Serra da Cantareira, em 1896; a estação biológica do Alto da Serra, em Cubatão, doada ao Museu Paulista em 1909; e a reserva estadual de Itatiaia (DEAN, 1996; FRANCO; DRUMMOND, 2009).

Contudo, foi no governo de Getúlio Vargas que ocorreu a institucionalização de algumas propostas. Dentre elas o primeiro Código Florestal e o primeiro Código de Águas, que foram promulgados, entre 1933 e 1934. O Código Florestal foi especialmente importante para a história das áreas protegidas no país. Instituído pelo Decreto 23.793 de 23 de janeiro de 1934, ele definiu que as florestas nativas seriam consideradas de interesse comum a todos os habitantes do país e, por isso, sobre elas deveriam existir limitações aos direitos de propriedade. As florestas foram classificadas em quatro tipos: protetoras, remanescentes, modelo e de rendimento. As diferentes categorias de florestas e as finalidades atribuídas a elas refletem a visão integrada de natureza, tanto do ponto de vista estético, quanto científico e utilitarista (DEAN, 1996; DRUMMOND, 1999; FRANCO; DRUMMOND, 2009).

E foi com base no Código Florestal de 1934, que legitimou o conceito de parque nacional, que o País reconhece sua primeira unidade – o Parque Nacional do Itatiaia, criado em 1937 situado entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, com objetivos de pesquisa científica e lazer para as populações urbanas (COSTA, 2002).

Posteriormente, foram criados o Parque Nacional Iguaçu e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, em 1939, localizados nos estados do Paraná e Rio de Janeiro, respectivamente (FRANCO; DRUMMOND, 2009). O crescimento do número de parques nacionais e reservas biológicas foi lento até a década de 1960, quando, em decorrência da expansão das fronteiras agrícolas do País e da destruição das florestas, essas áreas expandiram-se sob o ideal de conservar áreas naturais contra os avanços da sociedade urbano-industrial (DIEGUES, 2000).

A tradição brasileira de criação de espaços protegidos seguindo a lógica da categorização em função dos objetivos e finalidades, resultou em uma variedade de dispositivos voltados a criação de tipologias distintas de espaços protegidos. Como consequência, instituiu-se no país até o início dos anos 90, um sistema de criação de

áreas protegidas complexo e desarticulado, cuja consequência mais perversa era a sua precária gestão, com enorme desperdício de recursos e oportunidades (MEDEIROS *et al.*, 2004). Esta situação fez com que, se iniciasse uma reflexão sobre a necessidade de concepção de um sistema mais integrado para a criação e o gerenciamento das áreas protegidas.

#### *O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)*

Os parques nacionais e as reservas biológicas eram estabelecidos e administrados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), criado em 1967, dependente do Ministério da Agricultura, que foi substituído pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), em 1989. Esse órgão encaminhou, em 1992, a proposta do SNUC ao Congresso Nacional, tratando de ampliar as categorias de UCs brasileiras. Porém, conforme Diegues (2000), ainda assim limitadas em uma proposta de ilhas de conservação, isoladas da realidade do espaço social e cultural brasileiro, distantes dos avanços que a IUCN começava a apresentar desde a década de 1980, no que tange à inserção da população na gestão e no manejo desses ambientes.

Aprovada em 2000, a lei 9.985 (do SNUC) determina normas e critérios para a criação, implantação e gestão das diferentes categorias de UCs brasileiras, sendo regulamentada por meio do Decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002. Esse instrumento instaura novas estratégias por uma relação mais clara e efetiva entre os órgãos públicos ambientais e a sociedade, buscando “[...] assegurar o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, conforme preconiza a Constituição de 1988” (BRASIL, 2004a, p.8). A partir desse documento, as UCs são entendidas como:

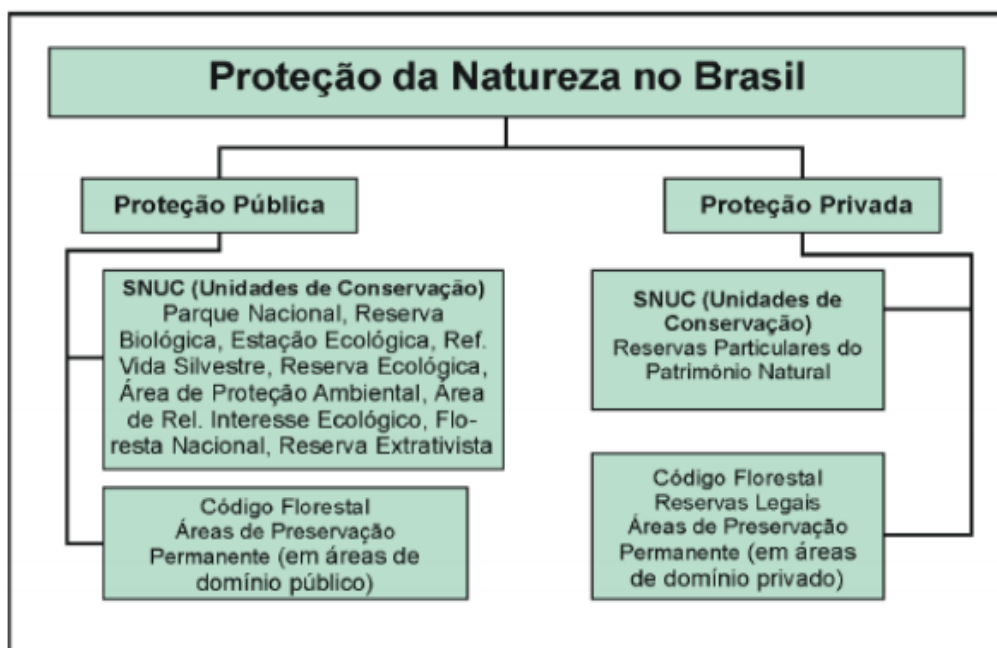
Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2004a).

Dentre os objetivos do SNUC (BRASIL, 2004a), estão previstas contribuições no sentido: Da manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos; da proteção das espécies ameaçadas de extinção; da preservação e restauração dos ecossistemas naturais; da promoção do desenvolvimento sustentável; da utilização dos princípios e das práticas de conservação da natureza; da proteção das paisagens

naturais de grande beleza cênica, de características relevantes (geológicas, geomorfológicas, espeleológicas, arqueológicas, paleontológicas e culturais) e dos recursos hídricos e edáficos; da recuperação ou restauração dos ecossistemas degradados; das atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; da valorização econômica e social da diversidade biológica; da promoção da educação e da interpretação ambiental, da recreação e do turismo ecológico, e da proteção dos recursos naturais necessários à subsistência das populações tradicionais.

Assim, o modelo atual de proteção da natureza, no Brasil, está centrado no SNUC (Lei 9985/2000) e no Código Florestal (Lei 4771/1965), conforme esquematizado na Figura 1.

**Figura 1:** Esquema da proteção pública e privada no Brasil.



. Fonte: Medeiros et al. (2004, p. 88)

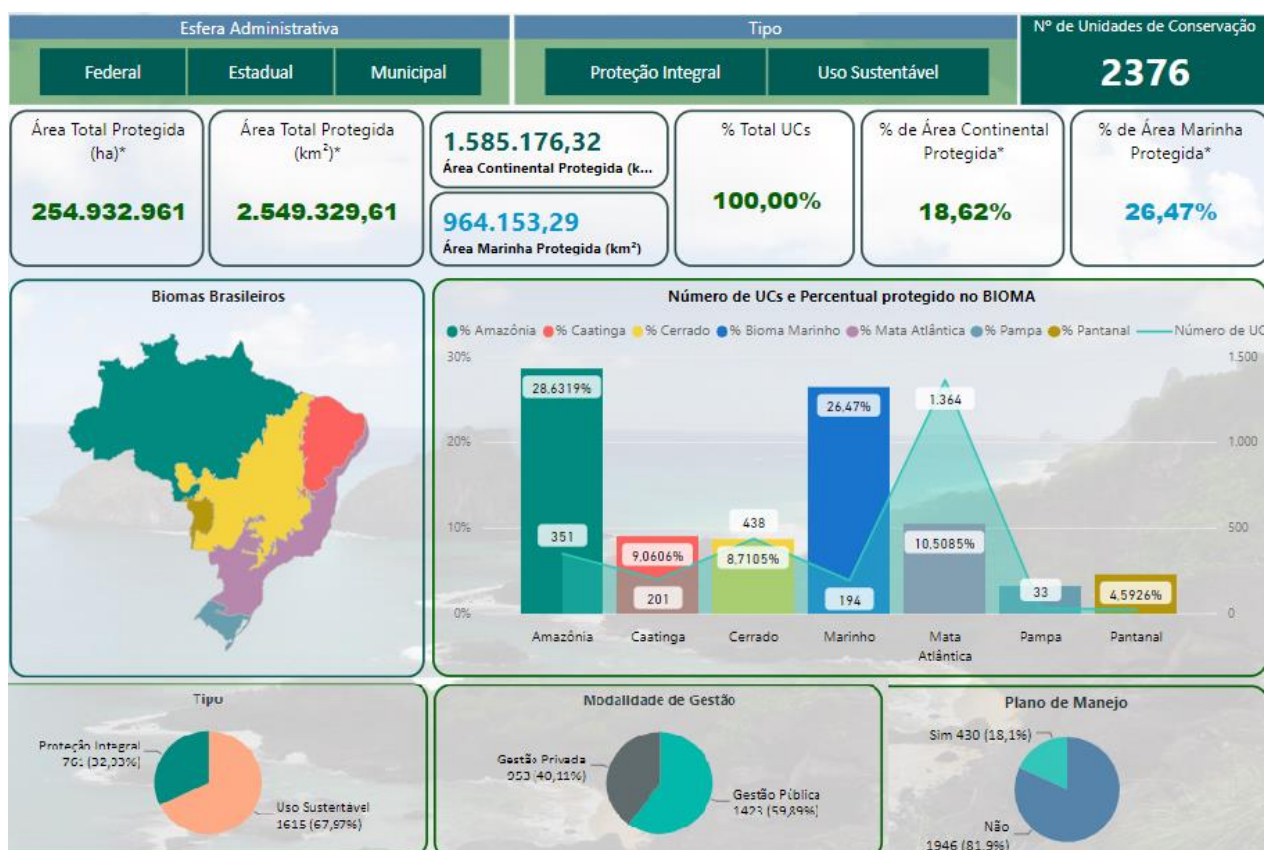
Portanto, o SNUC prevê dois grandes grupos, nos quais subdivide as 12 categorias de UCs reconhecidas no Brasil, apresentando prioridades e características diferenciadas conforme art. 7º da Lei 9.985 (BRASIL, 2004a). O grupo das Unidades de **Proteção Integral** tem, na preservação da natureza, seu principal objetivo, permitindo atividades de uso indireto. Esse grupo é formado pelas Estações Ecológicas (EEs), Reservas Biológicas (Rebios), pelos Parques Nacionais (Parnas), Monumentos Naturais e Refúgios de Vida Silvestre.

Já o grupo das Unidades de **Uso Sustentável** pretendem compatibilizar a conservação com o uso sustentável dos recursos naturais e inclui as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), as Áreas de Relevante Interesse Ecológico (Aries), as Florestas Nacionais (Flonas), as Reservas Extrativistas, as Reservas de Fauna, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável e as Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPNs) – este objeto do presente estudo.

### *As áreas naturais protegidas do Brasil no contexto atual*

Percebe-se, que a diversidade de categorias de proteção à natureza reflete a necessidade de adequar o sistema de áreas naturais protegidas à dimensão continental, pluricultural e megadiversa do Brasil. A Figura 2, a seguir, demonstra o contexto atual dessas áreas.

**Figura 2:** Painel de Unidades de Conservação Brasileiras.



Fonte: Ministério do Meio Ambiente.

Atualmente o Cadastro Nacional de UCs do MMA (2019a) demonstra um total de 2376 UCs no Brasil, totalizando 254.932.961ha protegidos, equivalente a 18,62% da área continental e (26,47)% da área marinha do País, conforme ilustrado na parte

superior da figura 2. Desse total, apenas 18,1% possuem plano de manejo, o que demonstra uma deficiência no planejamento dessas áreas.

Em relação aos distintos grupos de UCs, demonstra-se 761, 32,03%, UCs de Proteção Integral, e 1615, 67,97% UCs de Uso Sustentável. A maior representatividade de UCs de Uso Sustentável vai de encontro aos debates relacionados a necessidade de se atentar as especificidades de cada localidade e de se estabelecer usos compatíveis a conservação ambiental, evitando que as comunidades tradicionais sejam expulsas e possibilitando o desenvolvimento do ecoturismo nessas áreas.

Um fato inquietante demonstrado na Figura 2, é que mesmo o Cerrado e a Mata Atlântica sendo os dois biomas com maior quantidade de UCs, um total de 438 e 1364, respectivamente. Ainda é baixo o percentual protegido nos biomas, totalizando apenas 8,7% e 10,5%. O que indica a necessidade de se proteger ainda mais áreas, já que, segundo Myers *et al.* (2000), ambos são considerados *hotspots*<sup>5</sup> mundiais.

O autor Morsello (2001) manifesta críticas ao SNUC, no que se refere à pouca superfície protegida, comparativamente ao território nacional, e distribuição inadequada, no que tange a número e tamanho de UCs, entre as diferentes regiões e os biomas brasileiros. O cenário das UCs evidencia, ainda, a carência de levantamentos em nível estadual e municipal e aponta que a Caatinga e o Cerrado são os biomas com maior deficiência em conservação atualmente (*idem*).

Destaca-se também na figura 2, a representatividade das áreas com gestão privada, totalizando 40,11%, o que demonstra a importância da iniciativa privada para a conservação ambiental, temática que será discutida a seguir, a partir de uma análise sobre as Reservas Particulares do Patrimônios Natural (RPPNs).

## **2.2. As Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs)**

A atuação da sociedade civil na conservação da natureza, dentro de um caráter particular, tem sido vista como uma tendência no mundo. Embora a primeira referência

---

<sup>5</sup> Os *hotspots* caracterizam-se por abrigar um número enorme da diversidade biológica da Terra além de alto endemismo de espécies, são também as regiões mais devastadas do planeta. Sobre o fator endemismo é sumariamente importante se considerar que as espécies restritas a uma determinada área estão mais vulneráveis a extinção que outras (MITTERMEIER, 1999).



acadêmica ao tema ter ocorrido em 1962, durante o Primeiro Congresso Mundial de Parques Nacionais (LANGHOLZ, 2002), há pouco material sistematizado e levantamentos acerca das alternativas privadas de conservação. Segundo alguns autores, como Morsello (2001) e Kramer, Langholz e Salafsky (2002), esse representa um movimento crescente sob a urgente necessidade de uma investigação mais detalhada.

De acordo com Morsello (2001), as primeiras iniciativas privadas voltadas a conservação, são as *Nature Reserves* da Inglaterra, criadas pelo *National Trust* (Fundo Nacional). A pioneira delas foi a Wicken Fen, em 1899, estabelecida para conservar um grupo de plantas. Percebe-se que essas iniciativas surgiram em consonância com os debates mundiais sobre a conservação ambiental e a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos (1872), marco inicial do modelo de proteção predominante no mundo, como já mencionado, além de outros parques.

Os principais fatores que sustentam a expansão das áreas protegidas privadas são a redução nos investimentos públicos para criação e manejo de áreas protegidas frente às diversas ameaças à biodiversidade, crescente interesse da sociedade nas ações de conservação, e explosão do ecoturismo (LANGHOLZ, 2002). Elas representam uma alternativa para a proteção da biodiversidade, diante de outros usos da terra ou mesmo da insuficiência da iniciativa pública nesse sentido (LANGHOLZ, 2002; MORSELLO, 2001). Além de servirem como corredores ecológicos e zonas de amortecimento,<sup>6</sup> no sentido de ser um elemento “aditivo às iniciativas governamentais e não substitutivo a elas” (MORSELLO, 2001, p. 62). Essa conectividade de áreas naturais protegidas atende, segundo Langholz (2002), tanto aos proprietários privados, pela divulgação e maior proteção de suas áreas, quanto às áreas protegidas públicas, tornando-as mais eficientes pelo aumento das áreas contíguas e como apoio ao esforço nacional para a proteção da biodiversidade.

Neste sentido, Gressler (2004) aborda que uma justificativa para criação e apoio à instituição de reservas privadas, é que a maior parte das terras com relevância para conservação da biodiversidade está sob domínio privado e o orçamento governamental é escasso para o gerenciamento e criação de novas UCs públicas.

---

<sup>6</sup> Zonas de amortecimento: o entorno de uma UC, onde há normas e restrições para as atividades humanas de forma a minimizar os impactos à unidade (BRASIL, 2004a).

Dessa maneira, justifica-se a criação de reservas privadas, de acordo com premissas institucionais estabelecidas judicialmente para sua implementação e gestão, que condicionam ao estabelecimento de uma relação público-privado, haja vista a dificuldade econômica existente nos setores públicos (Quadro 1).

**Quadro 1:** Fatores que contribuem para o estabelecimento de Reservas Privadas

<b>Condicionantes econômicos</b>	<b>Consequências</b>
1. Dificuldades econômicas na maioria dos governos para manutenção das UC's públicas existentes.	1. Disputa por recursos escassos para a implantação e gerenciamento das áreas protegidas públicas.
2. Crescente demanda por terra em países pobres.	2. Limitação de áreas para estabelecimento de reservas com objetivo exclusivo de proteção da vida silvestre.
3. Indefinição da situação fundiária das reservas públicas já existentes.	3. Priorização em solucionar os problemas das reservas existentes, evitando a criação de novas unidades.
4. Desníveis salariais entre setor público e privado.	4. Dificuldade de manter pessoal qualificado nas reservas públicas.
5. Maior possibilidade de áreas privadas servirem como alternativa econômica, principalmente com a expansão do turismo.	5. Geração de divisas, contribuindo para a auto sustentação das reservas privadas.

Fonte: Fonseca (2004, p 38)

Ao constatar que a maioria das terras em ecossistemas mundialmente ameaçados encontram-se e em áreas produtivas e são de domínio privado, as áreas de conservação privadas são ainda mais relevantes, apresentando-se como alternativa para paisagens fragmentadas (SWIFT *et al.*, 2003). Porém, Langholz (2002) disserta sobre fraquezas ecológicas desse modelo conservacionista, tais como: propriedades de pequeno porte, na sua maioria, limitando o potencial de abrigar a biodiversidade; status informal em alguns países, levando a uma proteção temporária, e inexistência de monitoramento e avaliação pela esfera governamental.

Quando se trata de justificativas econômicas, principalmente para os países subdesenvolvidos com uma situação de recursos governamentais escassos, Morsello

(2001) expõe que as áreas protegidas privadas representam redução dos custos governamentais com implantação e gestão das áreas destinadas à conservação, principalmente naquelas onde perpetuam conflitos fundiários. Elas apresentam possibilidades de gestão mais dinâmica e flexível que as públicas, no que se refere à qualificação de pessoal e geração de divisas para o local, por meio de atividades de uso indireto, como o ecoturismo (MORSELLO, 2001). Mas Langholz (2002), apresenta preocupações nesse sentido econômico, como a dependência econômica do desenvolvimento do ecoturismo em algumas delas e prioridade nos resultados econômicos em detrimento dos ecológicos, diante da necessidade de auto-suficiência financeira.

Ao abordar uma perspectiva social na criação dessas áreas privadas, Langholz (2002) destaca a participação efetiva da sociedade na discussão acerca da conservação do meio ambiente e do controle sobre os recursos naturais. Mas, por outro lado, também pode gerar acesso e gestão restrita aos ricos (“ilhas de elite”), evidenciando desigualdades sociais e concentração de posse de terras (idem).

No âmbito político-institucional, Morsello (2001) discorre que as áreas privadas permitem a presença de populações humanas, ao contrário do modelo tradicional das UCs públicas, procurando soluções mais viáveis que a desapropriação das terras, além de incentivar os proprietários para que as estabeleçam. Elas apresentam, também, maiores possibilidades em inovação de processos e políticas de gestão, nas quais a forte atuação do movimento conservacionista tem demarcado uma relação mais estreita com o público (idem). E, ainda, representam alianças público-privadas pela conservação ambiental, incrementando o grau de proteção, pela colaboração mútua nos aspectos político, regulatório e na obtenção de fundos (SWIFT *et al.*, 2003).

Além disso, as áreas protegidas privadas ainda podem contribuir para a minimização dos conflitos relacionados ao acesso público e na promoção de usos mais sustentáveis, sob a forma de atividades economicamente viáveis, integradas à proteção do meio ambiente (SWIFT *et al.*, 2003). No entanto, isso é uma ferramenta ainda pouco conhecida, que não deve ser vista como uma “solução mágica” para as dificuldades enfrentadas em salvaguardar a biodiversidade mundial, mas, como “uma outra opção na caixa de ferramentas” (LANGHOLZ, 2002, p. 209). Portanto, a

necessidade de conhecer e caracterizar esse fenômeno mundial crescente deve ter foco na maximização dos pontos fortes apresentados e na busca de soluções aos problemas decorrentes, considerando a situação específica de cada país (RUDZEWICZ, 2006).

### *As RPPNs do Brasil*

Desde a década de 1990 o Brasil tem passado por mudanças significativas quando se trata da regularização da proteção da natureza. Com o advento do SNUC e com a crescente participação da sociedade nas causas ambientais, a proteção da biodiversidade ganha espaço e ultrapassa a barreira do exclusivismo do papel meramente governamental, o marco dessa conquista democrática foi o reconhecimento das RPPNs como UCs, posteriormente incluídas e regulamentadas pelo SNUC (INEA, 2018).

A regularização, a manutenção e a gestão das UCs exigem muitos recursos, políticas públicas e o apoio da sociedade (IBAMA/FUNBIO, s/d). Porém, por não serem tratadas como prioridade, as UCs ainda recebem pouca atenção dos governos, tanto no seu planejamento ambiental quanto turístico, apresentando, em alguns casos, infraestrutura incipiente e ausência de recursos financeiros e humanos para o seu bom funcionamento. Esse cenário acarreta em ameaças e riscos aos objetivos de criação das UCs. Assim, a implantação das RPPNs apresenta-se como um possível instrumento para minimizar tais ameaças (FONSECA *et al.*, 2018).

De acordo com Ojidos (2018), a ideia da criação de RPPNs foi relevante, pois constituem reservas criadas pela vontade e iniciativa de seu proprietário, apresentando possibilidades de preservação em caráter perpétuo<sup>7</sup>. Elas permitem que a sociedade civil contribua voluntariamente para a conservação da natureza e da biodiversidade, incluindo os seus serviços ecossistêmicos, cujo valor para humanidade foi ignorado até bem pouco tempo. Para tanto, se fez necessário o estabelecimento de legislações que regem a implementação dessas reservas.

---

<sup>7</sup> Giovanelli e Cantagallo (2006) também dissertam sobre outros benefícios acoplados à criação da reserva. Entre eles, o de exploração econômica através do turismo.

### *Aspectos legais das RPPNs*

No Brasil, segundo o MMA (2002 *apud* FREITAS, 2011, p 34), identifica-se as seguintes etapas de aperfeiçoamento da regulamentação das reservas privadas:

1934 - Lei Florestal: destinava espaços naturais para proteção por iniciativa do proprietário rural, denominados “Florestas Protetoras”. Estas áreas protegidas permaneciam com posse e domínio do proprietário e eram inalienáveis.

1977 - Uma portaria do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) determinou o reconhecimento de terras privadas como “Refúgios Particulares de animais nativos”, para proteger fazendas cujos proprietários não queiram permitir caças em suas terras.

1988 - A portaria nº 277, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), criou as “Reservas Particulares de fauna e flora”, que proibia a caça e também amparava aqueles proprietários com interesses conservacionistas.

1990 – O Decreto Federal nº 98.914, detalhou regras para a conservação da natureza em terras privadas. Nesse momento surgiu o conceito e os principais preceitos das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, válidos ainda hoje, tendo sido estabelecidas as atividades permitidas, a forma de incentivo e os benefícios oferecidos aos que destinassem suas terras para a proteção do patrimônio natural.

1996 – O Decreto Federal nº. 1.922: estabeleceu a possibilidade das RPPNs serem reconhecidas pelos órgãos ambientais estaduais e determinou seu caráter perpétuo, definiu os usos permitidos, sejam, atividades de cunho científico, cultural, educacional, recreativo de lazer, desde que assegurada à proteção dos recursos da reserva, e estabeleceu direitos e obrigações para os proprietários e para o próprio órgão credenciador (ICMBio).

2000 – A Lei 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Estabeleceu a categoria RPPN como unidade conservação do grupo uso sustentável.

Em função da necessidade de adequar os procedimentos de criação, gestão e manejo da categoria, foi publicado em **5 de abril de 2006, o Decreto no 5.746** regulamentando as RPPNs, tornando-a a primeira categoria de unidade de conservação regulamentada por decreto após a publicação do SNUC. É assegurada a conservação da área por perpetuidade, gravada em cartório, sem perda do direito de propriedade por parte do proprietário e nem ônus para o governo com a desapropriação de terras para a sua criação (MACHADO, 2007; FREITAS,2011; INEA, 2018; OJIDOS,2018).

Os autores Pellin e Ranieri (2009), a partir de uma análise a evolução e consolidação das RPPNs concluem que houve avanços nas normas relacionadas a essa categoria de UC, assim como, a consolidação de sua figura jurídica.

Já no âmbito estadual, o Decreto nº. 39.401/98 instituiu a categoria de UC RPPN em Minas Gerais, seguindo a norma federal até então vigente (Decreto Federal nº. 1.922/96). Essa descentralização ocorre em outros estados e é bastante positiva na medida em que pode ampliar o acesso e agilizar os procedimentos necessários à criação da reserva (BARRETO, 2012). Em Minas Gerais, a RPPN deve ser reconhecida pelo Poder Público, destinando a responsabilidade de cadastramento ao Instituto Estadual de Florestas (IEF), como órgão ambiental responsável.

Art. 2º - Define-se como Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN a área de domínio privado, a ser especialmente protegida por iniciativa de seu proprietário, instituída e considerada pelo Poder Público de relevante importância, pela sua biodiversidade ou aspecto paisagístico, ou, ainda, por outras características ou atributos ambientais que justifiquem ações de sua recuperação, conservação e manutenção.

Art. 3º - A RPPN será criada por expressa manifestação do proprietário, em caráter perpétuo, e averbada no Cartório de Registro de Imóveis da circunscrição imobiliária competente assim que aprovada sua criação (Decreto nº. 39.401/98) (MINAS GERAIS, 1998, p 2)

### *Incentivos à criação das RPPNs*

De acordo com Freitas (2011, p.45), na lei atual, o Decreto nº. 5.746/2006 prevê os seguintes incentivos à criação de RPPNs:

Isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR): o governo propicia a isenção do ITR sobre a área averbada como RPPN. Embora não seja considerado um incentivo estimulante para quem realmente deseja preservar sua área, várias consultas foram registradas pelo IBAMA por ocasião da proposta governamental de um aumento significativo do ITR para

áreas não produtivas. Este pode ser um reflexo de intenções de outra natureza, em que latifundiários buscam subterfúgios para a isenção do referido imposto.

Prioridade na análise da concessão de recursos pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA): Garante prioridade na análise da concessão de recursos do FNMA aos projetos destinados à implantação e gestão das RPPNs. Como o programa trata individualmente cada caso, cabe ao proprietário, que invariavelmente tem pouco acesso a orientação técnicas e informações específicas, buscar este incentivo.

Prioridade do pedido de concessão de crédito agrícola: Garante a preferência na análise do pedido de concessão de crédito agrícola junto a instituições de créditos agrícolas e outras instituições financeiras, quando da apresentação de projetos que beneficiem propriedades que contiver RPPN no seu perímetro, de tamanho superior a cinquenta por cento da área de reserva legal exigida por lei para a região onde se localiza, com plano de manejo da RPPN aprovado.

Garantia do direito de propriedade.

Possibilidades de cooperação com entidades privadas e públicas na proteção, gestão e manejo da RPPN.

ICMS Ecológico, denominado como conjunto de procedimentos que tratam do rateio de recursos financeiros do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - a que os municípios têm direito constitucional e legal para a utilização de critérios vinculados à área ambiental. É o repasse do ICMS de um estado, para financiar a gestão de Unidades de Conservação.

Servidão florestal ou servidão ambiental, importante instrumento criado pela Medida Provisória 2.166-67 de 24 de agosto de 2001, artigo 44-A, que possibilita a compensação de Reserva Legal em imóveis rurais, cujas áreas tenham sido suprimidas para limites inferiores ao estabelecido no Código Florestal, atendidas as condições do artigo 44-C. Desta forma, não há como negar a importância da Servidão Florestal, para assegurar a exploração econômica com equilíbrio ambiental, compensando erros cometidos no passado e evitando novos desmatamentos. E é neste contexto que a Servidão Florestal pode servir de incentivo aos proprietários de áreas particulares protegidas, para que nas áreas averbadas como RPPNs, sejam criadas e averbadas também as Servidões Florestais através de concessão onerosa. Desta forma têm-se a perpetuidade da preservação da área, restringindo os usos (FREITAS, 2011, p.45).

Além disso, no âmbito nacional foi aprovado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº. 5.487/2009, que instituiu a Política Nacional dos Serviços Ambientais, o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), formas de controle e financiamento desse Programa, e outras providências. Nesse projeto, há incentivo à criação de RPPN pelo subprograma RPPN.

São previstos pagamentos para serviços ambientais de propriedades com até quatro módulos fiscais, que sejam reconhecidas pelo órgão ambiental federal competente, excluídas as áreas de reserva legal, de área de preservação permanente, bem como as áreas destinadas para servidão florestal (PL 5.487/2009, Art. 8º). Este subprograma tem como diretrizes a manutenção ou recuperação de área de extrema relevância para fins de conservação da biodiversidade e a formação e melhoria de corredores ecológicos entre UCs de proteção integral (BECKER; SEEHUSEN, 2011, p.254).

Em Minas Gerais, há uma política pública de PSA: o Bolsa Verde. Criado com a Lei nº. 17.727, de 13 de agosto de 2008, o Bolsa Verde é um incentivo financeiro a proprietários e posseiros rurais para identificação, recuperação, preservação e conservação de áreas necessárias à proteção das formações ciliares e à recarga de aquíferos bem como de áreas necessárias à proteção da biodiversidade e ecossistemas especialmente sensíveis (MINAS GERAIS, 2008). No bioma Mata Atlântica existem projetos de PSA com RPPNs, como o projeto Carbono Muriqui da SOS Mata Atlântica, no estado de Minas Gerais, que envolve as RPPNs Feliciano Miguel Abdala e Mata do Sossego (MAY, 2011).

De acordo com o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) do Rio de Janeiro, em 2015, foi formado um grupo com membros da Confederação Nacional de Reservas Particulares do Patrimônio natural (CNRPPN), que congrega os proprietários de RPPNs no Brasil, além de consultores e membros da sociedade civil, para formalizar o Projeto de Lei no 1.548/2015 junto ao Congresso Nacional visando tornar as RPPNs uma UC de Proteção Integral de direito, revogando o art. 21 do SNUC, atualizando o Decreto Federal nº 5.746/2006 e aumentando significativamente os incentivos e benefícios aos proprietários de RPPNs. Na leitura desse Projeto de Lei, verificam-se os alguns avanços e novos benefícios aos proprietários.

As RPPNs passam a ser UCs de Proteção Integral, alterando os artigos correspondentes no SNUC. Também passam a ser consideradas de utilidade pública e de interesse social pela lei, o que demonstra mais segurança aos proprietários. Além disso, serão prioritárias na análise do processo, as RPPNs situadas em zonas de amortecimento de UCs e aquelas situadas em zonas prioritárias para conservação no interesse de proteção das próprias UCs que elas estão próximas. As reservas que abrangem mais de 30% do imóvel, ficam integralmente isentas de ITR e também serão beneficiárias de créditos bancários com taxas e juros menores e limites e prazos maiores que os praticados no mercado (INEA, 2018).

Ademais, essas reservas podem ser reconhecidas em área urbana ou rural, e a área da reserva, quando urbana, torna-se zona rural para efeitos fiscais, ficando isenta do ITR e do IPTU e as despesas com a RPPN serão dedutíveis no IR em valor duplicado (regulamento). Elas também serão beneficiárias de produtos apreendidos oriundos de infração ambiental, como madeira, equipamentos e outros, o que ajudaria



em muito os projetos de proteção, ecoturismo e segurança da reserva. Além disso na RPPN, fica facultada a criação de criadouro científico e viveiro de mudas, sendo permitida a comercialização das mudas ali produzidas, de acordo com plano de manejo, o que tornaria essas propriedades multiplicadoras de florestas (INEA, 2018).

O projeto também cria o Fundo RPPN, com receitas de compensação ambiental, doações internacionais e gestão por um Conselho específico. Uma vez que serão Unidades de Proteção Integral, caberá às RPPNs a mesma compensação devida às UCs públicas. A averbação cartorial de cada RPPN será gratuita junto ao cartório de registro do imóvel onde ela incide e os poderes públicos deverão adotar procedimentos simplificados para criação dessas reservas. Além disso, o proprietário deve ser ouvido em caso de empreendimento de alto ou médio impacto que afete direta ou indiretamente a RPPN, que será beneficiária da compensação na forma do art.36 do SNUC. E o PSA deve fixar critérios, priorizando RPPNs, a exemplo da Lei Estadual do Paraná, onde isso já acontece (INEA, 2018).

#### *Procedimentos para a criação de uma RPPN*

Em relação ao processo de requerimento, os proprietários que se interessarem em transformar sua propriedade em uma RPPN deverão requerer junto à Superintendência do IBAMA na Unidade de Federação onde estiver situado o imóvel ou junto ao Órgão Estadual do Meio Ambiente (OEMA), portando os seguintes documentos autenticados: informações pessoais, título de domínio do terreno e planta da área, e quitação do ITR. A partir de então, o pedido será apreciado pelo órgão responsável que analisará se a respectiva área pode ser considerada de relevante importância pela sua biodiversidade, ou pelo seu aspecto paisagístico, ou ainda por suas características ambientais que justifiquem ações de recuperação (FICAGNA, 2009; INEA, 2018; OJIDOS, 2018).

Portanto, a criação de uma RPPN é muito mais rápida do que a de qualquer outra UC. O prazo estipulado, é de aproximadamente 60 dias. Após o reconhecimento da área como RPPN, a propriedade estará submetida a uma série de regras e normas impostas pelo órgão ambiental responsável. Caso seja constatado o não cumprimento das mesmas, o proprietário como infrator estará sujeito às sanções administrativas na

legislação vigente, sem prejuízo da responsabilidade civil e penal (FICAGNA, 2009; INEA, 2018; OJIDOS, 2018).

### *Obrigações dos proprietários das RPPNs*

A partir do momento de criação da RPPNs os proprietários devem cumprir algumas obrigações legais para manter a reserva regulamentada. De acordo com o Decreto nº 1.922, de 5 junho de 1996. Artigo 8º, inciso I, II e III, algumas de suas atribuições são: “assegurar a manutenção dos atributos ambientais da RPPN e promover sua divulgação na região [...]”; “submeter à aprovação do órgão responsável pelo reconhecimento do zoneamento e do plano de utilização da Reserva [...]” e “encaminhar anualmente e sempre que solicitado, ao órgão responsável pelo reconhecimento, relatório de situação da Reserva e das atividades desenvolvidas”.

Ademais, toda RPPN deve possuir um Plano de Manejo, bem como, todas as outras Unidades de Conservação já mencionadas. Segundo o SNUC (BRASIL, 2000), “Plano de Manejo” é definido como um

Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento<sup>8</sup> e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (Art. 2º inciso XVII).

Assim, o Plano de Manejo é suma importância para o regimento dessas áreas quanto à conservação ambiental. As Unidades de Conservação precisam ser ativamente manejadas para evitar sua deterioração. Entretanto, as decisões sobre o manejo podem ser tomadas mais eficazmente quando as informações são fornecidas por um programa de pesquisas e quando há financiamento disponível para a implementação dos planos de manejo (PRIMACK; RODRIGUES, 2002).

São permitas diversos tipos de atividades nas RPPNs, desde que estas não provoquem algum desequilíbrio ecológico e degradação ambiental, elas podem ser de cunho científico, cultural, educacional, recreativo e de lazer (FICAGNA, 2009). Além

---

<sup>8</sup> Segundo o SNUC (BRASIL, 2000), Zoneamento é a definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz (Art. 2º inciso XVI).

disso, estas atividades deverão ser autorizadas ou licenciadas pelo órgão responsável pelo reconhecimento da RPPN. Obras de infra-estrutura no interior de RPPNs são permitidas desde que sejam compatíveis e necessárias as atividades previstas (FICAGNA, 2009; OJIDOS, 2018)

Sobre os incentivos e as vantagens em se criar uma RPPN, alguns autores (MACHADO, 2007; FICAGNA, 2009; FREITAS, 2011; OJIDOS, 2018) opinam que, ainda representam pouco diante das obrigações e dos custos envolvidos na criação e manutenção das mesmas. A legislação exige, para a sua criação, as coordenadas georeferenciadas da propriedade e da área de reserva, entre outros documentos. Isso tem um custo alto. E a manutenção das RPPNs — que implica, entre outras tarefas, em manter longe qualquer ameaça à biodiversidade — é responsabilidade do proprietário, que tem que arcar com todos os custos.

Assim, a busca pela sustentabilidade desses espaços, ultrapassa o aspecto meramente econômico, atingindo as esferas ambientais e socioculturais. Na dimensão ecológica do termo, Reed (2004) sugere que as RPPNs possuem um importante potencial de proteção da biodiversidade, bem como de sua função ecossistêmica de atenção às necessidades imediatas e de longo prazo das espécies, assegurando assim sua proteção contínua. Em relação à vertente econômica, pode-se destacar a sua habilidade em disponibilizar recursos adequados para o manejo a longo prazo e, na perspectiva sociocultural, vislumbra-se a contribuição para o desenvolvimento das comunidades do seu entorno.

### *As RPPNs e o Ecoturismo*

Diante do assunto abordado, percebe-se a necessidade de encontrar maneiras para fomentar a viabilidade econômica da RPPNs em sintonia com sua sustentabilidade ecológica. Nesse sentido, Salvati (2004) e Ojidos (2018) destacam o ecoturismo como a modalidade mais apropriada para se desenvolver nas RPPNs.

No contexto dessas reservas, a conservação ambiental representa seu objetivo primário, dispondo também da possibilidade de desenvolvimento de atividades de uso público específicas. Assim o ecoturismo se enquadra perfeitamente com as finalidades das RPPNs, como já abordado no capítulo anterior, ele abrange em sua

conceituação uma tríade bastante conhecida: proteção dos recursos naturais, desenvolvimento de atividades de educação ambiental e o envolvimento participativo das comunidades receptoras (PIRES, 1998). Pressupõe sempre uma utilização controlada da área com planejamento de uso sustentável de seus recursos naturais e culturais, por meio de estudos de impacto ambiental, estimativas da capacidade de carga e suporte local, monitoramento e avaliação constante, com plano de manejo e sistema de gestão responsável (BENI, 2003; KINKER, 2005).

Portanto, o principal foco do manejo dessas áreas deve ser controlar a interação homem/natureza, de modo que o meio ambiente não sofra impactos negativos e o turista tenha não só uma experiência agradável, mas seja levado, por meio da interpretação da natureza e do lazer dirigido, a incorporar mudanças de atitudes e comportamento (SEABRA, 2004). Nesse sentido, a oportunidade de fomentar a sensibilização ambiental, a conservação da natureza, juntamente com a viabilidade econômica através da realização dessas atividades específicas oferece às RPPNs maior eficiência, tanto na conservação quanto na otimização do uso dos recursos, trazendo melhorias na relação custo/benefício e maior visibilidade de resultados (MESQUITA, 2004).

Nesse contexto, Mesquita (1999), ao desenvolver um estudo em 118 reservas em 12 países da América Latina, dentre as quais 27 RPPNs brasileiras, verificou um cenário cujas dificuldades financeiras ainda são relevantes, diante de baixos níveis de rentabilidade e de retorno do investimento. Portanto, os resultados apontaram o ecoturismo como a principal atividade econômica (em 60% dos casos), gerando a maior capacidade de retorno financeiro comparativamente a outras atividades, além da disponibilidade de empregos à comunidade local (direta ou indiretamente), mesmo que ainda pouco significativos.

No entanto, a integração do ecoturismo a atividades, como: pecuária, agricultura, oferecimento de cursos de capacitação, educação ambiental, pesquisa científica ou venda de produtos, apareceu como uma tendência em Mesquita (1999). As reservas com maior êxito no manejo são aquelas com perfil diversificado de atividades, de maneira a não depender de uma única fonte de recursos, principalmente em função da sazonalidade (idem).

Ainda no que tange ao aspecto econômico, o incentivo ao ecoturismo em reservas privadas, tem o potencial de aumentar parcerias e também o acesso a fontes de financiamento (MORSELLO, 2001), já que o ecoturismo promove a imagem da reserva e divulga também suas outras atividades (MESQUITA, 1999).

De acordo com Fenell (2002), o simples fato do local ser identificado como área protegida e conseqüentemente, incluído no conceito de local de relevante beleza natural e de elevada preservação, já empresta ao lugar um caráter de atrativo, gerando demanda pelo seu uso recreativo. Desta maneira, o ecoturismo expõe interesses diversos e nem sempre compatíveis, como: pode ser implementado apenas como forma de garantir a sustentabilidade econômica da área e/ou com objetivos de garantir a conservação dos recursos, naturais e culturais, como propõe seu conceito. O desenvolvimento e a organização da prática é que vão definir a sustentabilidade da mesma e o alcance de ambas as metas.

Deste modo, o ecoturismo apresenta posição de destaque para a gestão das RPPNs, porém deve ocorrer permeado pelo planejamento, pela gestão ambiental e financeira e pela adoção de critérios técnicos de manejo e monitoramento dos impactos da visitação, imprescindíveis à permanência e à sustentabilidade das reservas privadas a longo prazo (MESQUITA, 1999).

Outros fatores importantes, condicionantes ao sucesso do ecoturismo em reservas, são enumerados por Eagles *et al.* (2002 *apud* RUDZEWICZ, 2006, p.61). Dentre eles destacam-se: a busca de consentimento entre os diferentes objetivos das partes envolvidas; a existência de uma estrutura legal que permita a retenção dos rendimentos advindos do ecoturismo no local; que a atividade seja suficientemente viável para o manejo da área, contribuindo com benefícios à conservação e ao local; ao comprometimento responsável dos administradores das áreas quanto à operação do ecoturismo e à adoção de mecanismos para contornar conflitos entre turistas e residentes. Ainda ressaltam que as iniciativas do ecoturismo, partindo da comunidade, mesmo que por suporte externo (ONGs ou órgãos governamentais), demonstram maior engajamento desses atores, desde o princípio do processo.

Portanto, o ecoturismo vem sendo considerado um instrumento para a viabilidade financeira das RPPNs, e elas consideradas locais propícios ao

desenvolvimento dessa atividade. A partir disso, amplia-se, quantitativa e qualitativamente, os espaços naturais potenciais para o ecoturismo, já que se trata de locais de grande valor ecológico. Além disso, dado ao caráter privado e as dimensões das RPPNs (em geral, bem menores que os parques, por exemplo), fatores como infraestrutura adequada, recursos humanos qualificados e gestão eficiente para a atividade são mais viáveis, visto que não passam pelos entraves burocráticos existentes nas UCs públicas (ALBERNAZ, 2003).

Nesse contexto, evidencia-se dois argumentos favoráveis ao desenvolvimento do ecoturismo nas RPPNs. O primeiro é em relação a viabilidade econômica que a atividade tem o potencial de proporcionar e o segundo é em relação a sensibilização ambiental a partir do contato experiencial entre os visitantes e a natureza (NEIMAN; PATRÍCIO, 2010). Diante dessas potencialidades, demonstra-se a importância da realização de estudos voltados a essa temática.

#### *A produção científica sobre o Ecoturismo em RPPNs*

A expansão das RPPNs tem sido justificada sob esses aspectos diversos, englobando a perspectiva das alianças público-privadas, para fins de conservação dos ecossistemas e pelos benefícios ecológicos, sociais, econômicos e político-institucionais que aportam. Porém, as RPPNs brasileiras, assim como os esforços de conservação privados no mundo, apresentam carência de informações sistematizadas dos órgãos ambientais competentes, além de um marco legal em evolução e muitos pontos (positivos e negativos) ainda em discussão (RUDZEWICZ, 2006).

Portanto, o potencial ecoturístico em reservas privadas representa, conforme Boo (1990), um fenômeno que merece maior atenção. A sistematização de informações e de dados acerca das práticas e dos preceitos do ecoturismo nesses espaços parece, assim, justificar-se também nas RPPNs brasileiras, uma vez que conjuga realidades em expansão e pouco conhecidas cientificamente: o ecoturismo como modalidade turística e as reservas privadas no contexto ambientalista mundial.

Neste sentido, demonstra-se a incipiência, no Brasil, de trabalhos científicos

relacionados ao ecoturismo em RPPNs (APENDICE A)<sup>9</sup>, que em sua maioria são estudos de casos, como por exemplo, as pesquisas de Albernaz (2003), Fonseca (2018), Souza (2008), entre outros. Contendo apenas alguns estudos de caráter mais amplo, Ficagna (2009), Ojidos (2008), Salvati (2004) e Rudzewicz (2006). Em relação ao Estado de Minas Gerais, essa incipiência destaca-se ainda mais, pois existem apenas alguns estudos de casos em RPPNs específicas, Beltrão (2007), Barreto (2012), Frederico; Bruhns (2012) e Platino *et al.* (2010). Isso demonstra a necessidade de estudos que contemplem a realidade de todo o Estado, visto a sua representatividade quando se trata da quantidade de RPPNs, o que será abordado a seguir.

#### *As RPPNs de Minas Gerais*

De acordo com os indicadores da CNRPPN, o Brasil possui um total de 1564 RPPNs, totalizando 890.459,34 ha de áreas preservadas. Onde o estado de Minas Gerais é o primeiro em relação ao número de reservas, com o total de 348, totalizando 235.196,51 ha de áreas preservadas. Dentre essa área 68,4% pertencem ao bioma Mata Atlântica e 30,2% pertencem ao Cerrado, ambos considerados *hotspots* mundiais (MYERS *et al.*, 2000). Onde 72,1% são estaduais, 26,4% federais e 1,4% municipais. Conforme apresentado na Figura 3.

---

<sup>9</sup> A busca por esses referenciais foi realizada nas plataformas: SciELO, Google Acadêmico, periódicos da Capes e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). As palavras chaves utilizadas na busca foram: Ecoturismo e RPPNs.

**Figura 3:** Painel de indicadores da CNRPPN



. Fonte: CNRPPN, (2019).

Percebe-se a importância do Estado de Minas Gerais no contexto das RPPNs, visto a sua representatividade em número de reservas, áreas preservadas e biomas. Além disso, o painel demonstra a forte atuação do IEF, órgão ambiental estadual, na institucionalização dessas áreas.



### **CAPÍTULO 3. PERCURSO METODOLÓGICO**

O presente trabalho, é resultado de reflexões empreendidas também durante da pesquisa de iniciação científica “O papel do ecoturismo para as RPPNs no contexto de Minas Gerais”<sup>10</sup>, realizada junto ao Departamento de Turismo da UFOP. Neste capítulo, será descrita a metodologia utilizada na pesquisa e os motivos para a escolha da mesma. Para isso, inicialmente será discutida a abordagem metodológica, a seleção dos instrumentos de pesquisa e suas justificativas, posteriormente, será abordado o caráter empírico da pesquisa, onde será descrito os processos de desenvolvimento da mesma, as dificuldades encontradas e os caminhos escolhidos para se alcançar os objetivos da investigação.

#### **3.1. A abordagem metodológica e a escolha dos instrumentos de pesquisa**

Diante do exposto nos capítulos anteriores, destaca-se que o ecoturismo ainda apresenta carência de estudos especializados, sob uma perspectiva ampla das variáveis que engloba (PIRES, 2002). Assim, estudos que possibilitem uma melhor compreensão desse fenômeno e de sua inserção nas UCs, possuem um potencial importante para a adequação da prática dessa atividade nessas áreas.

Assim, a pesquisa proposta pode ser classificada metodologicamente, segundo seus objetivos, em uma pesquisa exploratória e descritiva, pois tem como objetivo central realizar um diagnóstico sobre a relação do ecoturismo nas RPPNs de Minas Gerais.

Seu propósito exploratório se fez necessário para que se pudesse aproximar do universo pesquisado, através de um estudo aprofundado sobre a temática do ecoturismo em RPPNs, visto que existe uma carência de pesquisas voltadas a esse assunto, como foi descrito anteriormente e sistematizado no Apêndice A. Nesse sentido, Marconi e Lakatos (2002) enfatizam que esse caráter exploratório objetiva a descoberta de ideias e discernimentos, além de proporcionar a familiarização com o fenômeno estudado, obtendo assim uma nova concepção acerca do tema.

O fato de encontrarmos uma lacuna de investigação no tema, leva-nos a

---

<sup>10</sup> A pesquisa de IC foi desenvolvida sob a orientação do Prof. Dr. Ricardo Eustáquio Fonseca Filho e coorientação da Prof. Dra. Isabela Barbosa Frederico, teve início em março de 2019 e foi aprovada no edital 11/2018 - PIVIC-1S/UFOP-2019-20, Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica da UFOP - 1o semestre- PROPP/UFOP.

desenvolver também uma abordagem descritiva. Nesse ponto de vista, Marconi e Lakatos (2002) nos atentam para o fato de que a pesquisa descritiva pode congrega um viés qualitativo, mas é justamente o seu caráter quantitativo que nos permite observar, analisar e registrar os fatos e fenômenos, sem que haja margem para a manipulação dos dados.

Assim, a pesquisa foi desenvolvida através de uma abordagem quali-quantitativa com intuito de facilitar a percepção de pontos de convergência entre modelos diferentes, demonstrando como uma abordagem complementa a outra, resultando em um trabalho mais completo e aprofundado. Segundo Thomas *et al.* (2007), através da combinação desses dois métodos, gera-se informações significativas, extraindo dos dados o máximo de sentido possível.

A utilização dessa metodologia mista possibilitou a realização de um diagnóstico geral do ecoturismo nas RPPNs mineiras juntamente com uma análise aprofundada sobre o ecoturismo, as RPPNs e a conservação ambiental. Neste sentido, Davies (2003) defende a combinação dos dois métodos, pois considera que a complementaridade entre ambos é importante para o aprofundamento do conhecimento científico em turismo.

Para maiores esclarecimentos, Malhotra (2006, p. 138) conceitua pesquisa qualitativa como uma “metodologia de pesquisa não-estruturada e exploratória, baseada em pequenas amostras que proporcionam percepções e compreensão do contexto do problema” e a pesquisa quantitativa como uma “metodologia que procura quantificar os dados e, geralmente, aplica alguma forma de análise estatística”.

Para a realização do estudo, inicialmente os procedimentos utilizados foram pesquisa bibliográfica e documental, analisando dados primários e secundários, em sites, softwares, revistas, jornais, livros, relatórios e documentos legais. Conforme Santos (2016), a pesquisa bibliográfica é feita com base em documentos já elaborados. Ela abrange a leitura, análise e interpretação de obras escritas sobre o tema em estudo, como ecoturismo, conservação ambiental, UCs e RPPNs, que embasaram a fundamentação teórica do trabalho.

Além disso, optou-se pela utilização de uma entrevista semiestruturada dirigida a especialistas da temática investigada, com o intuito de atender, juntamente com a

análise bibliográfica e documental, o aspecto qualitativo da pesquisa, buscando um aprofundamento no assunto. Visto que, de acordo com Duarte (2002), as entrevistas permitem ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender o tema investigado, o que, em geral, é mais difícil obter com outros instrumentos de coleta de dados

Já para atender a perspectiva quantitativa da pesquisa, se fez necessário o uso de um questionário estruturado, destacando-o como uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, expectativas e situações vivenciadas, que possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa (GIL,1999). Sendo assim, o instrumento de coleta mais adequado para a realização do diagnóstico proposto, já que o mesmo foi dirigido aos gestores das 348 RPPNs de Minas Gerais.

A construção desse questionário teve como base Rudzewicz (2006), e foram feitas algumas alterações e acréscimos de perguntas para atender a demanda desse estudo.

Portanto, a pesquisa foi dividida em três fases, a primeira consiste em uma fundamentação teórica sobre a conservação ambiental, ecoturismo, áreas naturais protegidas e RPPNs. Além disso, nesta fase foi realizado um diagnóstico preliminar sobre o contexto atual da RPPNs mineiras, através de dados fornecidos por instituições e órgãos ambientais. A segunda fase consiste em uma análise sobre o tema, embasadas na opinião de profissionais renomados dessa área e a terceira em um diagnóstico sobre a situação atual da RPPNs e como o ecoturismo vem sendo desenvolvido nelas no contexto de Minas Gerais.

### **3.2. O caráter empírico investigativo: a aplicação dos instrumentos e a análise dos dados**

A proposta dessa pesquisa surgiu a partir da inquietação da pesquisadora em relação a temática investigada, enquanto estudante de Turismo e também a partir da sua experiência de vida como filha de um proprietário de RPPN militante das causas

ambientais, que teve como desdobramento o desenvolvimento de uma pesquisa mais ampla de iniciação científica, iniciada em março de 2019, sobre o papel do ecoturismo para as RPPNs do Estado de Minas Gerais.

Desde então, a pesquisa tem passado por diversas etapas ao longo desse ano, como será descrito no quadro 2, a seguir.

**Quadro 2: Etapas da pesquisa**

<b>Etapas</b>	<b>Datas</b>	<b>Atividades</b>
0	01/11/2018- 03/11/2018	Submissão de projeto de iniciação científica
1	01/03/2019 – 31/10/2019	Levantamento bibliográfico e documental
2	01/03/2019 – 15/03/2019	Elaboração dos instrumentos de coleta de dados
3	15/03/2019 – 25/03/2019	Encaminhamento do projeto de pesquisa e questionário para avaliação do Comitê de Ética
4	01/04/2019 – 31/10/2019	Construção da fundamentação teórica
5	03/06/2019 – 07/06/2019	Participação no XII Congresso Nacional de Ecoturismo e realização das entrevistas com especialistas
6	15/06/2019 – 30/06/2019	Contato com os órgãos ambientais ligados as RPPNs.
7	03/07/2019 – 03/10/2019	Contato e aplicação dos questionários com gestores das RPPNs mineiras
8	05/10/2019 – 05/11/2019	Tabulação, cruzamento e interpretação dos dados coletados
9	10/10/2019 – 20/11/2019	Elaboração da análise e discussão de dados
10	21/11/2019 – 30/11/2019	Finalização da pesquisa

Fonte: dados da pesquisa (2019).

A etapa 1, foi marcada por intensa pesquisa e leitura, através de pesquisa bibliográfica e documental, estudou-se alguns dos principais autores da temática ambiental, do ecoturismo, das áreas protegidas e das RPPNs, com o intuito de aprofundar-se nesses assuntos e assim compreender como foi o processo histórico da conservação ambiental até os dias atuais, para poder contextualizar a pesquisa.

As plataformas de pesquisa utilizadas foram SciELO, Google Acadêmico, periódicos da Capes, Academia.edu e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Além de consulta a livros próprios e da biblioteca da UFOP, sites oficiais, softwares, revistas, relatórios, dados estatísticos de órgãos ambientais e documentos legais.

Esta etapa, embasou a estruturação dos instrumentos de coletas de dados, etapa 2, que resultou em um roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice B), contendo 8 perguntas abertas e um questionário estruturado, (Apêndice C), contendo 34 questões objetivas (MESQUITA, 1999; BENI, 2003). Posteriormente, o projeto de pesquisa e o questionário foram enviados ao Comitê de Ética da UFOP, etapa 3, que alguns dias depois, forneceu parecer positivo para a continuidade da pesquisa (Anexo 2).

A partir daí, iniciou-se a construção da fundamentação teórica da pesquisa, etapa 4, que foi resultado do trabalho que vinha sendo desenvolvido desde o início da etapa 1. Onde, a partir de estudos já realizadas construiu-se um arcabouço teórico esquematizado em quatro eixos temáticos: o ambientalismo, o ecoturismo, as áreas protegidas e as RPPNs. As etapas 1 e 4 continuaram a se desenvolver durante todo o andamento da pesquisa.

Foi então, através da participação da pesquisadora no XII Congresso Nacional de Ecoturismo e VIII Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação, que aconteceu do dia 03 a 07 de junho de 2019, em Porto Nacional, Tocantins, que se teve a oportunidade de conversar e entrevistar alguns especialistas da área investigada, etapa 5, incluindo o atual presidente da CNRPPN.

O instrumento de coleta utilizado nessa etapa foi a entrevista semiestruturada (Apêndice B), que foi fundamentada pelos seguintes eixos de análise: RPPNs e conservação ambiental; o papel do ecoturismo para as RPPNs; o papel do ecoturismo para a conservação ambiental; as comunidades locais e as RPPNs; elitização do ecoturismo e como democratizar essa atividade; o ecoturismo, as RPPNs e a sensibilização ambiental; os desafios do ecoturismo no Brasil atualmente. Os dados foram coletados mediante o uso de gravador (Modelo Sony ICD-UX533) e posteriormente, literalmente transcritos.

No total foram 4 entrevistados, abordados pessoalmente, de maneira leve e informal, todos foram muito solícitos e prestativos, caracterizando uma amostra não probabilística por conveniência. Antes de começar a entrevistas assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice D). Foram eles: Profa. Dra. Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues (UFRJ); Prof. Dr. Lucio Flávio Marini Adorno (UFT);

Prof. Dr. Luiz Afonso Vaz de Figueiredo (FSA) e Prof. Dr Zysman Neiman (UNIFESP). Os currículos em versão resumida estão descritos no Anexo 1.

As entrevistas, que duraram cerca de 15 minutos, foram realizadas com intuito de mostrar a opinião de profissionais qualificados, pesquisadores renomados sobre a temática dessa pesquisa, visando aprofundar ainda mais o conhecimento sobre a questão ambiental, o ecoturismo e as RPPNs e vislumbrar possíveis oportunidades e desafios frente aos dados do diagnóstico que seriam coletados em etapa posterior. Convém ressaltar que, inicialmente, a entrevista semiestruturada foi apresentada a dois docentes, para proceder-se à validação do instrumento a fim de verificar se atenderiam ou não às expectativas da pesquisa.

Na etapa 6 do estudo, realizou-se uma busca em sites oficiais de órgãos ambientais, com o intuito de reunir dados sobre as RPPNs mineiras. Os principais sites foram o do ICMBIO, responsável pelas RPPNs federais, o do IEF, responsável pelas RPPNs estaduais, o da CNRPPN, onde se teve acesso a um banco de dados de RPPNs, incluindo o painel de indicadores que foi muito útil a essa pesquisa e também o da Associação de RPPNs e Reservas Privadas de Minas Gerais (ARPEMG).

A partir disso, entrou-se em contato por e-mail com essas instituições, que disponibilizaram planilhas de cadastros de RPPNs, com dados gerais, incluindo contatos de e-mail e alguns telefones de proprietários. Com esses dados realizou-se um diagnóstico preliminar sobre essas reservas, o que permitiu a demonstração de um primeiro cenário, que embasou a etapa posterior de seleção da amostra total das reservas existentes. Além disso, se teve acesso a um grupo de WhatsApp com alguns membros da ARPEMG.

Posteriormente, elaborou-se uma carta convite, explicando sobre a pesquisa, que foi enviada, etapa 7, para 310 e-mails de gestores e proprietários das RPPNs mineiras convidando-os a participar da pesquisa respondendo um questionário online, por meio da ferramenta formulários *Google*. Assim, o instrumento de coleta dessa etapa foi o questionário estruturado (Apêndice C).

Após alguns dias do primeiro contato com o envio da carta convite (Apêndice E), não se obteve retorno, e então foi enviado o link do questionário, porém apenas 3

e-mails foram respondidos. Então, se fez contato via app *WhatsApp*, através do grupo da ARPEMG, que possuía 20 participantes, a partir desse contato obteve-se mais 17 respostas. Além disso, tentou-se estabelecer contato a partir de grupos no *Facebook* da CNRPPN e ARPEMG, mas também não se obteve retorno.

Com a dificuldade de se conseguir respostas optou-se pelo contato por telefone, onde, com cerca de 200 ligações, se conseguiu apenas mais 30 respostas. Foram 3 meses de tentativas, mas embora a pesquisadora tenha buscado diferentes estratégias de abordagem com o total da amostra, infelizmente se teve baixa adesão e grau de participação. Portanto, das 348 RPPNs mineiras, conseguiu-se o contato de e-mail de 310 e de telefone de 208, porém apenas 53 participaram efetivamente da pesquisa, totalizando 15,3% da amostra total de reservas no estado.

As etapas 8 e 9, aconteceram quase que simultaneamente, elas resultaram na construção da análise e discussão de dados dessa pesquisa. Assim, a partir da transcrição das entrevistas, pode-se articular a visão dos especialistas entrevistados sobre o tema com os autores destacados na fundamentação teórica. O que permitiu aprofundar o estudo e atender o intuito da pesquisa de realizar um panorama de como o ecoturismo vem sendo desenvolvido e quais as perspectivas da atividade nas RPPNs. Além de propiciar uma análise sobre o ecoturismo ser a razão central para a criação das reservas e sobre a visão de especialistas sobre a temática.

Para a tabulação e análise dos dados dos questionários, utilizou-se o *software Microsoft Excel*, o que permitiu gerar relatórios tabulados e gráficos. Também foram utilizados os gráficos gerados pela ferramenta Formulários *Google*. Assim, realizou-se uma análise dos dados obtidos relacionando-os aos eixos temáticos abordados. O que possibilitou a realização do diagnóstico sobre as RPPNs de Minas gerais, contendo dados gerais, dados sobre a atividade ecoturística, dados de biodiversidade, entre outros, que serão abordados no próximo capítulo.

Além disso, em relação a pergunta “O que significa ecoturismo para essa RPPN?” O processo de tabulação foi realizado por meio do aplicativo *Wordclouds* que cria “nuvens de palavras”. Esta ferramenta permite o pesquisador apresentar de uma maneira bem interessante e didática as palavras mais frequentes nas respostas dos entrevistados. Cada palavra tem seu tamanho regido pela relevância em uma

pesquisa, ou seja, por meio de uma contagem simples das ocorrências de uma palavra ela poderá ganhar um tamanho maior, mais destacado na figura.



## CAPÍTULO 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

No presente capítulo será abordado a análise dos dados coletados a partir da aplicação dos instrumentos de coletas, relacionando-os com os autores abordados no referencial teórico, com o intuito de satisfazer aos objetivos propostos. Para isso, o capítulo foi dividido em duas partes, na primeira será discutida a visão de especialistas sobre o ecoturismo e a conservação ambiental no contexto das RPPNs e na segunda parte será realizado um diagnóstico sobre a situação atual da RPPNs e como o ecoturismo vem sendo desenvolvido nelas no contexto de Minas Gerais.

### 4.1. O Ecoturismo e a conservação ambiental no contexto das RPPNs na visão de especialistas dessa temática

Com o intuito de discutir o papel do ecoturismo e das RPPNs como estratégia de proteção ambiental e analisar como o ecoturismo vem sendo desenvolvido e quais as perspectivas da atividade para RPPNs, realizou-se entrevistas com especialistas dessa temática, mencionados anteriormente<sup>11</sup>.

O primeiro eixo de análise abordado na entrevista foi em relação ao **papel das RPPNs para a conservação ambiental**, nesse ínterim, destaca-se a importância de se integrar o setor privado em práticas conservacionistas. O Prof. Neiman relatou que:

*“As RPPNs são um modelo inovador, onde se estabelece a contribuição privada para a conservação”.*

Já o Prof. Adorno destacou que:

*“As RPPNs se constituem a partir de um parâmetro prático real aplicável de busca de coerência entre preservar e manter uma terra privada, tendo papel fundamental de ser referência de UC independente da obrigação do setor público”.*

Além disso, o Prof. Figueiredo contribuiu relatando que:

*“Elas ampliam as possibilidades de interesses dos proprietários, aumentando a diversidade de usos”.*

Nesse contexto, Ojidos (2018), discorre que a ideia da criação de RPPNs foi

---

<sup>11</sup> As transcrições das falas dos entrevistados serão todas descritas na seguinte formatação: fonte Arial em itálico, tamanho 10, com recuo 4cm e entre aspas.

relevante, pois elas permitem que a sociedade civil contribua voluntariamente para a conservação da natureza e da biodiversidade, incluindo os seus serviços ecossistêmicos, cujo valor para humanidade foi ignorado até bem pouco tempo. Complementando, o Prof. Neiman enfatizou que:

*“Ainda existe uma carência de incentivos para a criação dessas reservas pois acontecem muito mais pelo interesse pessoal dos proprietários, que recebem poucos os benefícios, diante da contribuição ambiental que proporcionam”.*

Segundo ele,

*“Os proprietários deveriam receber recursos pelos serviços ecossistêmicos prestados”.*

Quando se trata da análise sobre **o papel do ecoturismo para as RPPNs** a opinião dos entrevistados coincidem em uma visão da modalidade como uma alternativa de sustentabilidade econômica em sintonia com a conservação ambiental. Nesse sentido, Mesquita (2004) destaca o ecoturismo como uma oportunidade de fomentar a sensibilização ambiental, a conservação da natureza, juntamente com a viabilidade econômica através da realização dessas atividades específicas, o que oferece às RPPNs maior eficiência, tanto na conservação quanto na otimização do uso dos recursos, trazendo melhorias na relação custo/benefício e maior visibilidade de resultados.

O Prof. Figueiredo apontou:

*“O ecoturismo como uma forma de trazer mais visibilidade para a importância da existência dessas áreas”.*

A Profa. Rodrigues complementou relatando que:

*“O ecoturismo pode inclusive, ser um meio de divulgação de outras categorias de UCs, além de propiciar a facilidade de acesso a essas reservas”.*

Porém, o Prof. Neiman chamou a atenção sobre o fato de que:

*“A cadeia produtiva das RPPNs deve ser mais ampla do que apenas o ecoturismo, pois o público que se interessa por essa atividade turística ainda é minoria e como as RPPNs tem pouca visibilidade, comparado a outras*

*categorias, o sustento delas a partir dessa atividade se torna ainda mais difícil”.*

Em consonância, Mesquita (1999) diserta que as reservas com maior êxito no manejo são aquelas com perfil diversificado de atividades, de maneira a não depender de uma única fonte de recursos, principalmente em função da sazonalidade.

Partindo para o eixo de análise sobre **o papel do ecoturismo para a conservação ambiental**, destaca-se que o potencial do ecoturismo de contribuir com a proteção da natureza se evidencia desde as suas primeiras definições, sendo considerado, de acordo com Ceballos-Lascurain (1991), uma forma de ecodesenvolvimento que representa um meio prático e efetivo de atrair melhorias sociais, ambientais e econômicas, sendo um instrumento para a conservação dos patrimônios naturais e culturais do mundo.

Ao abordar sobre a efetividade do ecoturismo como um instrumento de conservação ambiental, os entrevistados destacam o grande potencial dessa modalidade para fomentar a conservação, que só é possível quando se tem o planejamento adequado para um bom desenvolvimento da atividade, respeitando seus princípios. No entanto, o Prof. Neiman enfatizou que:

*“Deve-se ter muito cuidado com o poder de resiliência do capitalismo, para que não se aproprie do ecoturismo e o torne apenas mais um produto para a busca incessante do lucro, desviando-o de seus ideais”.*

Em relação as **atividades de ecoturismo propícias a serem realizadas nas RPPNs**, Ficagna (2009) disserta que são permitas diversos tipos de atividades nas RPPNs, desde que estas não provoquem algum desequilíbrio ecológico e degradação ambiental, elas podem ser de cunho científico, cultural, educacional, recreativo e de lazer. Nesse sentido, o Prof. Adorno apontou:

*“A amplitude dessas atividades enquanto produtos incorporados a essas reservas, o que vai depender das características ambientais e culturais da localidade”.*

Já o Prof. Neiman enfatizou que:

*“Inicialmente deve-se estabelecer a vocação do local e qual público alvo, para assim entender quais serão as atividades mais pertinentes”.*

E a Profa. Rodrigues relatou que:

*“As RPPNs apresentam algumas vantagens em relação as outras categorias de UCs, pois abrangem mais facilidade de se estabelecer parcerias, mais flexibilidade de investimento e possuem menos burocracia”.*

Seguindo para o eixo de análise sobre **a participação da comunidade local no desenvolvimento do ecoturismo e nas RPPNs**, nota-se a importância do planejamento integrado a essas comunidades para que se atenda aos princípios do ecoturismo. Visto que, segundo Godfrey (2001, p. 260) “ o ecoturismo genuíno deve ser encarado como um esforço cooperativo entre população local e visitantes conscientes e preocupados em preservar as áreas naturais e seus patrimônios culturais e biológicos, através do apoio ao desenvolvimento da comunidade local”.

Porém, na prática existem algumas complicações, nesse sentido o Prof. Figueiredo destacou que:

*“Devido à complexidade das relações sociais, essa participação vai depender do interesse e da relação dos proprietários com a comunidade e que apesar do potencial das RPPNs para serem facilitadoras dessa relação integrada com a comunidade, ainda é difícil se estabelecer uma relação de igual para igual, geralmente se tem relações de empregador e empregado”.*

E o Prof. Adorno complementou ao relatar que:

*“Depende também do envolvimento dessas comunidades no que tange a identificar capacidades de geração de renda, inclusão, disseminação da cultura local e sensibilização ambiental”.*

Ao serem questionados sobre a **elitização do ecoturismo no Brasil**, os entrevistados concordaram que a forma como a atividade vem sendo desenvolvida é elitista. Pois, segundo o Prof. Figueiredo,

*“O ecoturismo é visto, predominantemente, como um negócio, que deve ser lucrativo, o que muitas vezes acarreta na exclusão de pessoas com menor poder aquisitivo e até da própria comunidade do entorno”.*

E o Prof. Neiman atentou sobre o

*“alto custo dos equipamentos e acessórios necessários para a realização de algumas atividades de ecoturismo”.*

Nesse contexto, as RPPNs podem contribuir para a minimização das pressões do acesso público, mediante a democratização de acesso e na promoção de usos mais sustentáveis, sob a forma de atividades economicamente viáveis, integradas à proteção do meio ambiente (SWIFT et al., 2003). Em relação a estratégias para que ocorra a democratização dessa atividade, o Prof. Adorno relatou que:

*“Para ocorrer a democratização, o poder público tem que agir, juntamente com os proprietários, com medidas para facilitar o acesso a UCs, com investimento em infraestrutura e desenvolvimento de políticas públicas inclusivas”.*

Quando se analisa **a educação ambiental através do ecoturismo em RPPNs**, evidencia-se o quanto o contato com natureza é importante para a sensibilização sobre a conservação do patrimônio natural e também que o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, juntamente com proteção dos recursos naturais e o envolvimento participativo das comunidades receptoras formam a tríade contida no conceito do ecoturismo fornecido por Pires (1998), sendo fundamental para que a atividade se desenvolva da forma correta.

Nesse sentido, o Prof. Figueiredo relatou que:

*“O ecoturismo, quando desenvolvido de acordo com seus princípios básicos, está intimamente ligado a educação ambiental, onde a sua prática tem por obrigação realizar atividades voltadas a educação ambiental. Na sociedade, não é a falta de informação que causa a degradação ambiental e sim a falta de sensibilidade das pessoas, que estão se tornando cada vez mais insensíveis no contexto social em que vivemos, assim a educação ambiental a partir do ecoturismo deve ir além da simples interpretação do ambiente natural, fugindo desse modelo atual conteudista e pontual, baseado no modelo educativo vigente em nossa sociedade. Ela deve provocar o lado sentimental, despertar emoções, trabalhar os valores, causar o brilho nos olhos dos visitantes, para que assim se crie uma relação de pertencimento com natureza”.*

Para o Prof. Neiman,

*“A educação ambiental é a perna mais fraca do ecoturismo, ainda é muito descuidada e há pouca preocupação nesse sentido, sendo pouco trabalhado o real papel do contato com a natureza. As RPPNs podem atuar nesse*

*sentido, pois possuem capacidade de gestão mais ágil, mais direta e eficiente, mas depende do interesse dos proprietários”.*

Por fim, no último eixo de análise abordou-se **os principais desafios apresentados ao ecoturismo no Brasil atualmente**, visto a complexidade desse fenômeno. Sobre isso, o Prof. Figueiredo destacou que os desafios são

*“As políticas públicas equivocadas, o pouco empoderamento das comunidades locais, falta de investimento em pesquisas, a necessidade de geração de publicações menos técnica que sejam didáticas e assim acessíveis a toda a população”.*

E o Prof. Neiman complementou ao apontar

*“A falta de recursos financeiros para os setores ambientais públicos, a quebra na continuidade das políticas públicas em andamento e o abandono das UCs públicas, que precisam de ações do poder público para garantir a efetividade em seu funcionamento”.*

Para o Prof. Adorno,

*“Outro grande desafio é a corrupção do poder público, processos licitatórios tendenciosos e recursos desviados. Além disso, o ecoturismo não deve ser consumido apenas pelo interesse comercial exploratório, fugindo do seu conceito, excluindo as comunidades locais e deve estar sempre em equilíbrio com a conservação ambiental”.*

Diante do exposto, percebe-se a complexidade da temática investigada, a abrangência das variáveis que engloba e como afeta a sociedade contemporânea no contexto social, cultural, político e ambiental. Desta maneira, se faz necessário compreender melhor esse fenômeno para assim potencializar seus aspectos positivos e criar estratégias para amenizar seus aspectos negativos.

#### **4.2. Diagnóstico sobre a situação atual das RPPNs e como o ecoturismo vem sendo desenvolvido nelas no contexto de Minas Gerais.**

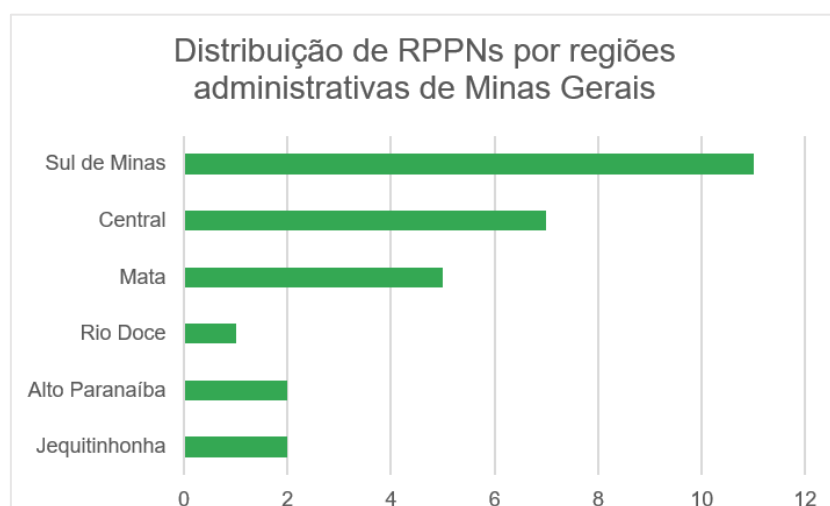
Essa fase da pesquisa foi realizada com o intuito de contextualizar a situação atual das RPPNs de Minas Gerais, realizar um panorama de como o ecoturismo vem sendo desenvolvido e quais as perspectivas da atividade nas RPPNs e analisar se ecoturismo fomenta uma ação de proteção da natureza, servindo como motivação

para a implementação dessas reservas, para assim, se desenvolver um diagnóstico sobre o ecoturismo nessas reservas.

#### 4.2.1.A situação atual das RPPNs de Minas Gerais: Uma contextualização

Após a aplicação de nosso instrumento de pesquisa, logramos realizar um banco de dados com uma amostra de 15,3% ( $n^{12}=53$ ) do total de 348 existentes em Minas Gerais. Desta maneira, o gráfico 1 e o gráfico 2 contextualizam as regiões administrativas e os municípios que abrigam o universo amostral de nossa pesquisa, com exceção de 25 reservas que não forneceram a localização onde estão situadas, e também não foram encontradas essas informações em outras fontes de dados.

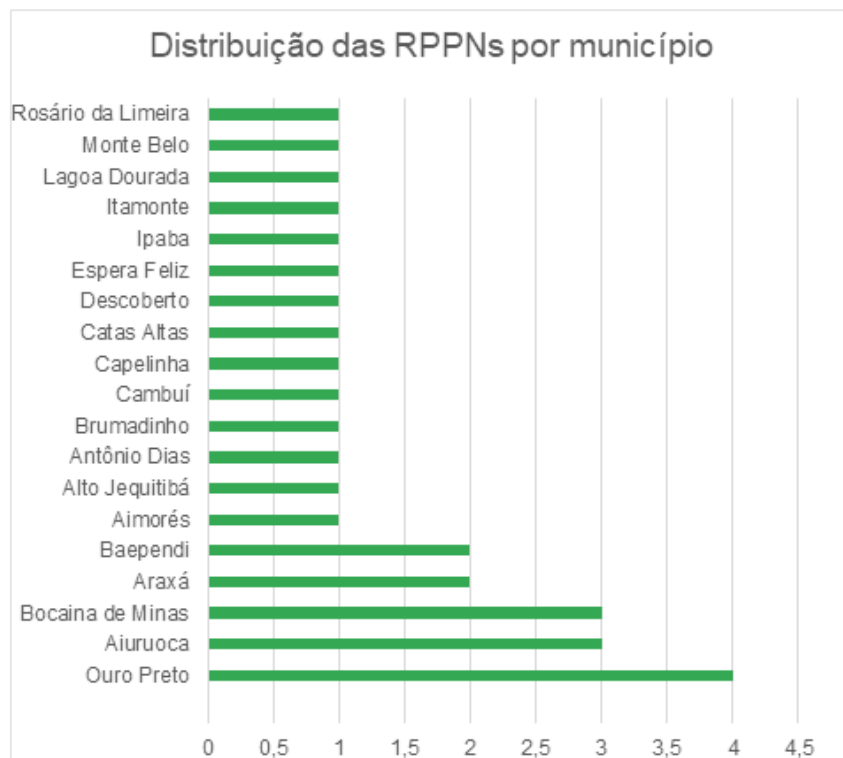
**Gráfico 1: Distribuição de RPPNs por regiões administrativas de Minas Gerais**



Fonte: dados da pesquisa (2019).

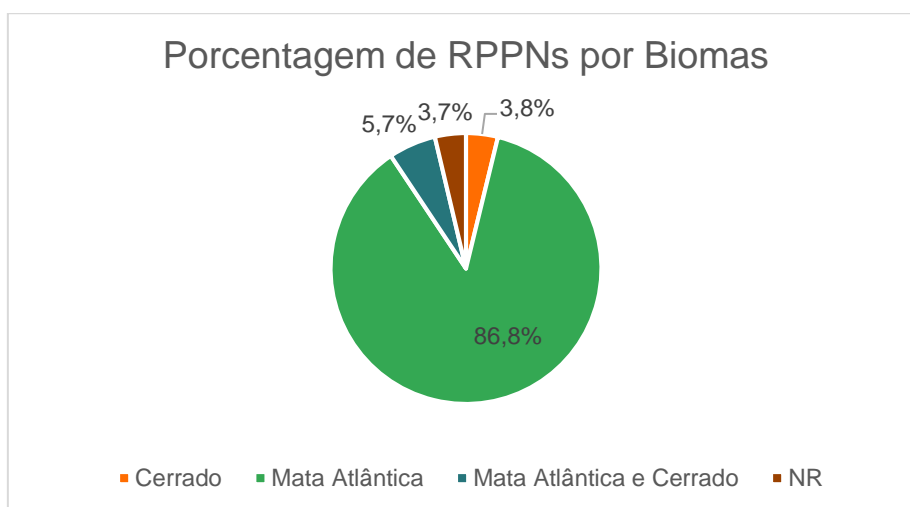
---

<sup>12</sup> Utilizou-se “n” para fazer referência ao número da amostra correspondente à porcentagem abordada nas respectivas apresentações dos dados.

**Gráfico 2: Distribuição de RPPNs por município**

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Dentre essas reservas, 86,8% (n=46) se reconhecem pertencentes ao bioma Mata Atlântica, 3,8% (n=2) ao Cerrado, 5,7% (n=3) a Mata Atlântica e Cerrado e 3,7% (n=2) não responderam a essa questão, como exposto no gráfico 3. Esses biomas serão exemplificados em algumas RPPNs da amostra na figura 4.

**Gráfico 3: Porcentagem de RPPNs por Biomas**

Fonte: dados da pesquisa (2019).



**Figura 4:** Exemplos dos biomas nas RPPNs. Foto 1 e 2: RPPN Fazenda Nascer, Mata Atlântica. Foto 3: RPPN São Sebastião, Cerrado. Foto 4: RPPN Santuário do Caraça, Mata Atlântica e Cerrado.



Fontes: Marcelo André, 2019. Rodrigo Gomes, 2016. Luana Guimarães, 2015.

A representatividade do bioma Mata Atlântica se evidencia também quando se analisa o total de RPPNs do Brasil e de Minas Gerais. De acordo com o painel de indicadores da CNRPPN (Figura 3), no contexto brasileiro, das 1567 reservas cadastradas, 72,8% (n=1140) são pertencentes a esse bioma e no contexto mineiro, das 348 reservas cadastradas, 68,4% (n=238) são pertencentes a esse bioma.

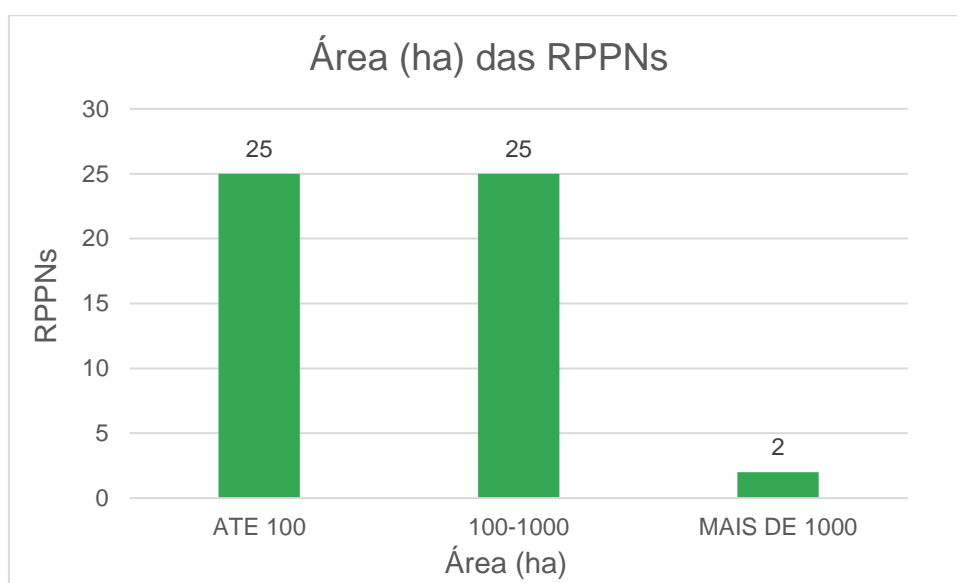
De acordo o Relatório anual da Fundação SOS Mata Atlântica (2018), a Mata Atlântica é um dos biomas mais ricos em diversidade de espécies, porém mais ameaçadas do planeta, é considerado um *hotspot* mundial, Patrimônio Nacional na Constituição Federal de 1988 e Reserva da Biosfera pela Unesco. Ela abrange uma área de cerca de 15% do total do território brasileiro, em 17 estados. Atualmente, restam apenas 12,4% da cobertura original do bioma, desses remanescentes, 80% estão em propriedades privadas. Diante dessa realidade, destaca-se o potencial das RPPNs para a conservação desse bioma.

Além disso, a Mata Atlântica é um dos biomas que mais recebe estímulo a expansão de RPPNs, a exemplo da atuação nesse sentido, de ONGs, como a Fundação SOS Mata Atlântica, a Conservação Internacional e *The Nature Conservancy*, com estratégias de apoio a essas reservas.

Uma dessas estratégias, foi a parceria entre essas ONGs para a realização do Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica, que teve início em 2003, com o objetivo de estimular a iniciativa de conservação dos proprietários de terras, oferecendo recursos financeiros, parcerias institucionais e orientação técnica. O Programa tem contribuído para aumentar em quase 50% o número de RPPNs no bioma, mostrando, por um lado, o interesse de proprietários de terra em conservação e, por outro, o grande potencial dessa categoria de UC para o fortalecimento de políticas de proteção da Mata Atlântica (SOS MATA ATLÂNTICA, 2007).

Em relação ao tamanho dessas reservas observou-se que um total de 47,2% (n=25) RPPNs, possuem cerca de 100ha a 1000ha, 47,2% (n=25) delas possuem até 100ha e apenas 3,8% (n=2) mais de 1000ha, conforme mostra o gráfico 4. Totalizando 22.350 ha, de área preservada em nosso universo amostral.

**Gráfico 4: Área (há) das RPPNs**

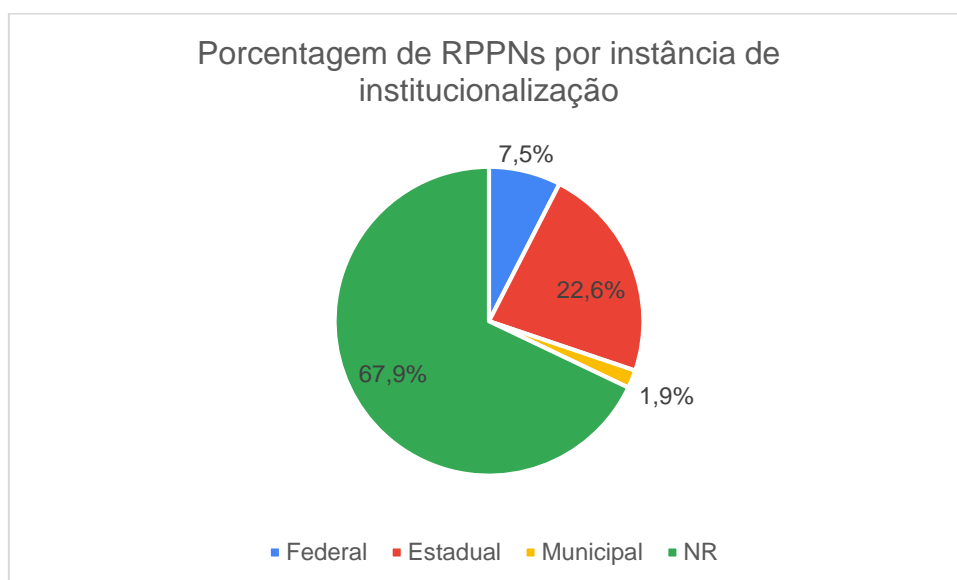


Fonte: dados da pesquisa (2019).

De acordo com o painel de indicadores da CNRPPN (Figura 3), Minas Gerais é o estado brasileiro com maior área total preservada via RPPN, um total de 26,4% (235.196,51 ha), da área total preservada via RPPN do Brasil. Em seguida vem os estados Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com 20,3% (180.715,19 ha) e 17,1% (152.241,89 ha), respectivamente. Os outros estados possuem uma área total preservada menos significativa quando comparado a esses três, variando de 53.408,91 ha até 38,01 ha.

Quanto a instância de institucionalização da amostra nota-se que 7,5% (n=4) são federais, 22,6% (n=12) são estaduais e 1,9% (n=1) são municipais,<sup>13</sup> porém 67,9% (n=36) não responderam a essa questão, o que deixou uma lacuna significativa nessa parte da análise, como mostra o gráfico 5. Destaca-se que, segundo o painel de indicadores da CNRPPN (Figura 3), do número total de reservas mineiras, 72,1% são estaduais, e devida a representatividade dessa instância em nosso contexto amostral, percebe-se a importância da atuação do governo estadual para a institucionalização dessas áreas.

**Gráfico 5: Porcentagem de RPPNs por instância de institucionalização**



Fonte: dados da pesquisa (2019).

Segundo Rudzewicz (2006), Minas Gerais, juntamente com os estados Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e Bahia foram os pioneiros quando se trata do desenvolvimento de instrumentos legais de reconhecimento em nível estadual e incentivos econômicos inovadores, como o ICMS Ecológico.

Quando questionados sobre o ano de criação das reservas a maioria dos gestores não responderam, 54,7% (n=29) deles. Dos que responderam, 20,7% (n=11) foram criadas nos anos de 2010 a 2019, 11,3% (n=6) foram criadas de 2000 a 2009 e

<sup>13</sup> Na instância federal o órgão ambiental responsável é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (*ICMbio*), e na instância estadual é o Instituto Estadual de Florestas (IEF).

13,2% (n=7) de 1990 a 1999. A mais antiga delas é a RPPN Santuário do Caraça (Figura 5), localizada nos municípios de Catas Altas e Santa Bárbara, criada em 1994. Sua criação se deu apenas 4 anos depois do Decreto Federal nº 98.914, que detalhou regras para a conservação da natureza em terras privadas. Foi quando surgiu o conceito e os principais preceitos das RPPNs (FREITAS, 2011). Já a reserva que foi criada mais recentemente, em 2018, é a RPPN Ave Lavrinha I (Figura 6), localizada no município de Bocaina de Minas.

**Figura 5:** RPPN Santuário do Caraça.



Fonte: Gestour Brasil, 2019<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Disponível em : <<https://www.gestour.com.br/flywayviagens/passeio/detalhes/487>> Acesso em 27 de novembro de 2019.

**Figura 6:** RPPN Ave Lavrinha I.



Fonte: Ave Lavrinha, 2019<sup>15</sup>.

Minas Gerais está entre os estados pioneiros quando se trata do estabelecimento dessas reservas no contexto nacional. Rudzewicz em sua pesquisa para dissertação de mestrado, intitulada “Ecoturismo em Reservas Particulares do Patrimônio Natural e seu papel na conservação dos ecossistemas brasileiros”, realizada em 2006, demonstrou que, na época, o estado ocupava a segunda colocação em relação ao número de reservas, com um total de 137 e a terceira em relação a área total preservada, 55.255,14 ha, quando comparado aos outros estados brasileiros. Atualmente Minas Gerais ocupa a primeira colocação em número de reservas e área total preservada, como já foi mencionado anteriormente.

Nesse sentido, Vieira (2004) aborda que essa representatividade do estado no contexto das RPPNs, é advinda também da grande atuação de empresas dos setores da mineração e siderurgia, que criam essas reservas como forma de compensação ambiental. Pois é exigido por lei que essas empresas estabeleçam medidas compensatórias, em decorrência do elevado impacto ambiental que causam. Esse fato, aponta para uma reflexão de que a implementação dessas reservas como medida de compensação é contraditória a característica da RPPN de criação por ato

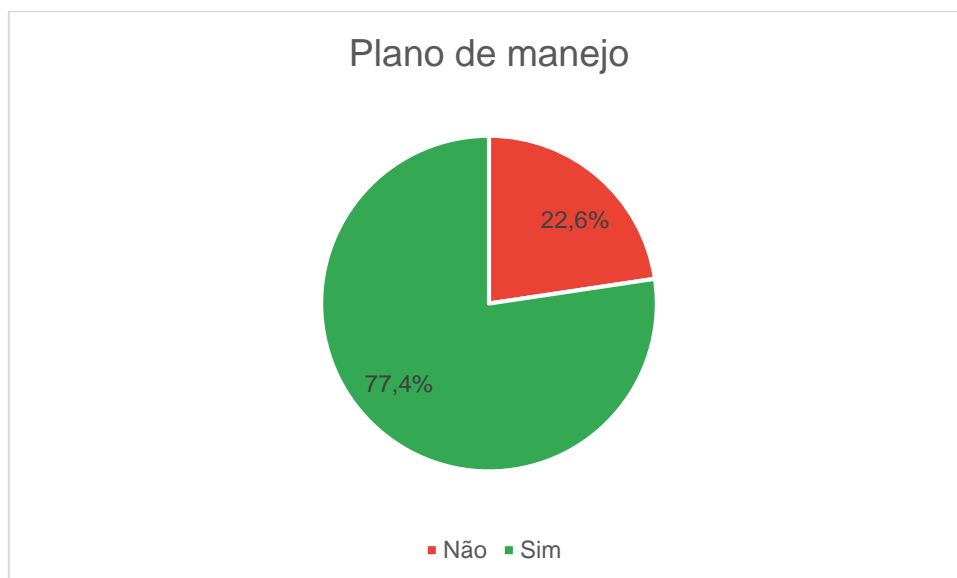
---

<sup>15</sup> Disponível em:< <http://www.avelavrinha.com.br/apresentacao.php>> Acesso em 30 de novembro de 2019.



voluntário. Desta forma, se essas medidas não fossem obrigatórias, talvez essas áreas não seriam transformadas em RPPNs. No universo amostral desse estudo, 47,2% (n=25) das reservas pertencem a empresas da mineração, entre elas a empresa *Anglo American*.

Em relação ao manejo dessas reservas, da amostra estudada, 77,4% (n=41) possuem plano de manejo e 22,6% (n=12) não possuem, como mostra o gráfico 6. Das que ainda não possuem o plano, 8 relataram que ele está sendo desenvolvido, 2 relatam não terem recursos para a realização e 2 relatam não terem interesse em fazê-lo. O fato de que quase todas as reservas já possuem o plano ou estão em processo de elaboração do mesmo é muito positivo, visto que toda UC deve realizá-lo, pois, de acordo com Primack e Rodrigues (2002), ele é um documento fundamental para o regimento dessas áreas quanto à conservação ambiental, já que elas precisam ser ativamente manejadas para evitar sua deterioração.

**Gráfico 6: Plano de manejo**

Fonte: dados da pesquisa (2019).

A atividade ecoturística desenvolvida em UCs, evidencia ainda mais a necessidade de planejamento para gestão desses espaços. Além disso, torna-se essencial a determinação e o monitoramento dos impactos produzidos pela prática do ecoturismo, bem como a definição de limites de uso dessas áreas. A partir disso, deve-se estabelecer diretrizes e normas de uso e estas devem constar no Plano de Manejo. Assim, sua elaboração acontece sob um enfoque multidisciplinar, com características particulares diante de cada objeto específico de estudo. Ele deve refletir um processo lógico de diagnóstico e planejamento. Ao longo do processo devem ser analisadas informações de diferentes naturezas, tais como dados bióticos e abióticos, socioeconômicos, históricos e culturais de interesse sobre a UC e como estes se relacionam (ICMBIO, 2019).

Para isso, se faz necessária uma equipe técnica especializada de diferentes áreas, como por exemplo, Biologia, Geografia, Geologia, Turismo, entre outras. Desta maneira, a reserva precisa dispor de recursos financeiros para elaborar o Plano de Manejo. O que, na maioria dos casos dificulta tal elaboração. Assim, a parceria com instituições, através da captação de recursos e/ou apoio técnico, vem como uma oportunidade de resolver essa dificuldade e viabilizar a realização do Plano.

A atuação conjunta de ONGs através programas de incentivo as RPPNs, também tem contribuído para a realização de Planos de Manejo, como é o caso da RPPN Alto da Boa Vista (Figura7), localizada no município de Descoberto, MG. Seu Plano de Manejo foi elaborado com apoio do Programa de Incentivo às RPPNs da Mata Atlântica, coordenado pelas ONGs Conservação Internacional (CI), Fundação SOS Mata Atlântica (SOSMA) e *The Nature Conservancy* (TNC). Nesse plano consta as informações gerais da área e seu entorno, o diagnóstico relacionado a fatores econômicos, sociais e ambientais, estudo da vegetação e da fauna, as atividades desenvolvidas e o monitoramento dos impactos gerados, planejamento, programas de manejo, projetos específicos, entre outros itens necessários para planejar e gerir a reserva de acordo com seu objetivo de criação.

**Figura 7:** Fotos aéreas do Alto da Boa Vista em 1993 e da RPPN Alto da Boa Vista em 2009



Fonte: Plano de Manejo da RPPN Alto da Boa Vista, 2013

A figura 7 evidencia como a criação da RPPN Alto da Boa Vista, em 1995, contribuiu para a recuperação da área e para a conservação da biodiversidade. Segundo o gestor da RPPN, a propriedade que antes desenvolvia a atividade pecuária, passou por uma mudança de atividades e de atitudes, adotando a sua vocação natural que é a conservação, pesquisa e o ecoturismo, atualmente a sua principal alternativa de renda.

Nessa pesquisa, quando questionados sobre parcerias interinstitucionais, se recebem apoio externo, a maioria dos gestores, 69,8% (n=37) alegaram não receber apoio de nenhuma instituição e 30,2% (n=16) relatam que recebem ou já receberam apoio. Como evidencia o gráfico 7.



**Gráfico 7: Parceria interinstitucional**

Fonte: dados da pesquisa (2019).

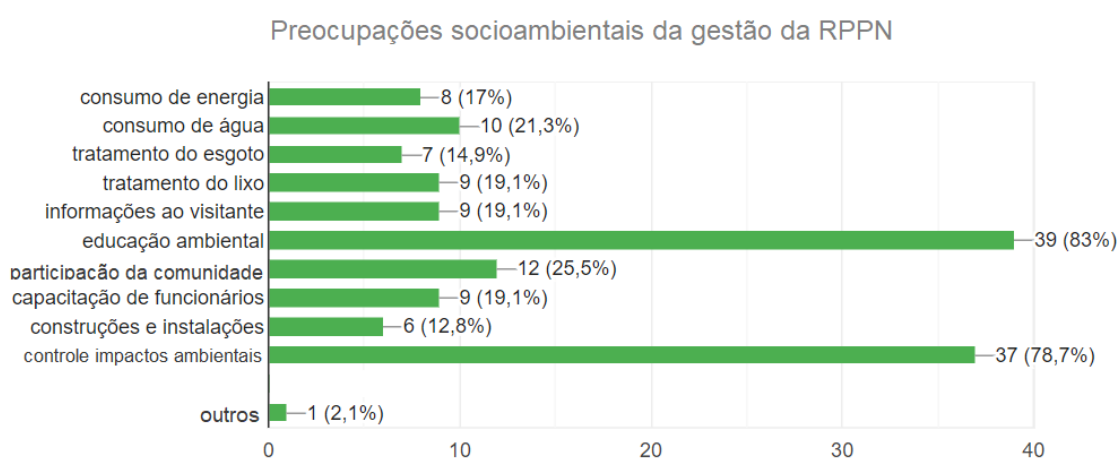
Melo (2004) em sua pesquisa sobre as RPPNs do município de Silva Jardim, Rio de Janeiro, avaliou problemas a partir da percepção dos proprietários e responsáveis, cuja falta de políticas de apoio e de recursos financeiros foram os itens mais expressivos. Nesse sentido, Mesquita (1999) e Morsello (2001) dissertam que o ecoturismo nas RPPNs contribui para o estabelecimento de parcerias, pois a atividade promove a imagem dessas reservas. Um exemplo disso é a RPPN Santuário do Caraça, que além da sua relevância em termos ecológicos, já tem a atividade turística consolidada e recebe apoio de diversas instituições, entre elas o ICMBio, IEF, UFMG, UFOP, Emater-MG, SENAC, SENAR, Instituto Estrada Real, Ministério Público do Estado de Minas Gerais, AngloGold Ashanti, etc.

Portando, o ecoturismo se enquadra como uma ferramenta para articular o enfoque de conservação dos recursos naturais com o desenvolvimento de estratégias econômicas de baixo impacto ambiental. Servindo de catalizador para parcerias e também para visitantes, assim, com a maior visibilidade dessas reservas, maior será a propagação sobre a importância da proteção da natureza. Desta maneira, a atividade pode servir até como uma motivação para a criação de RPPNs

Sobre as preocupações socioambientais, que são as medidas tomadas para minimizar os impactos ambientais e sociais gerados através das atividades

desenvolvidas na gestão das RPPNs, 83% (n=44) citaram a educação ambiental<sup>16</sup> como uma preocupação, 78,7% (n=42) o controle dos impactos ambientais, 25,5% (n=14) a participação da comunidade local, 21,3% (n=11) o consumo de água, 19,1% (n=10) o tratamento do lixo, informações aos visitantes e capacitação dos funcionários, 17% (n=9) o consumo de energia, 14,9% (n=8) o tratamento de esgoto, 12,8% (n=7) construções e instalações, e 2,1% (n=1) outros, como demonstra o gráfico 8.

**Gráfico 8: Preocupações socioambientais da gestão da RPPN**



Fonte: dados da pesquisa (2019).

A frequência elevada da educação ambiental e do controle dos impactos ambientais nas respostas remetem a ações da gestão dessas reservas voltadas a minimização dos impactos gerados pelas atividades desenvolvidas, através de seus usos internos e também através de terceiros, como por exemplo as queimadas propositalis, os desmatamentos para o fornecimento de lenha, a caça, entre outros. Tais práticas não são permitidas nessas UCs, por gerarem impactos negativos para a conservação da biodiversidade e que muitas vezes são causadas pela própria população do entorno. Para minimizar tais acontecimentos, a educação ambiental se

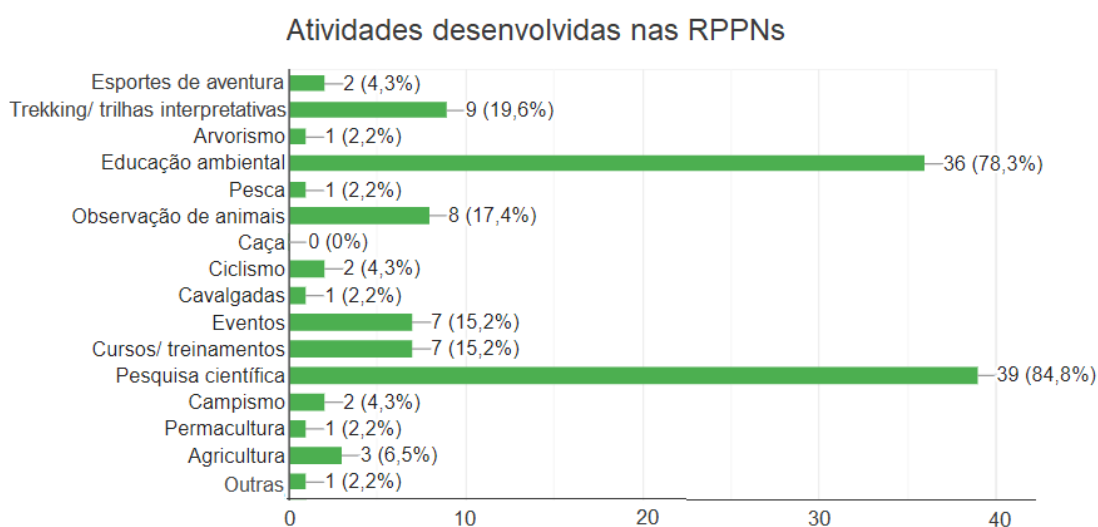
<sup>16</sup> De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), a Educação Ambiental é definida como os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

torna uma aliada, no sentido de sensibilizar e conscientizar os vizinhos e visitantes das RPPNs.

Outro instrumento para a minimização dos impactos negativos do meio externo para dentro da RPPN é incluir no seu zoneamento a chamada zona de transição. Tal zona está prevista no Roteiro Metodológico para Elaboração de Plano Manejo para RPPN do ICMBio, como uma faixa interna, envolvendo todo o perímetro da UC, de modo que, com as medidas adequadas de manejo, possa filtrar ainda mais os impactos negativos para áreas mais internas. O Roteiro indica, ainda, que a zona de transição pode receber toda a infraestrutura e serviços da RPPN, de modo a poupar outras áreas mais centrais, mais preservadas (ICMBIO, 2012).

Em relação as atividades que essas RPPNs desenvolvem, destacaram-se atividades relacionadas à educação ambiental, 78,3% (n=41), e pesquisa científica, 84,8% (n=45). Algumas desenvolvem atividades de trekking, 19,6% (n=10), observação de animais, 17,4% (n=9), eventos, cursos/treinamentos, 15,2% (n=8), conforme o gráfico 9.

**Gráfico 9: Atividades desenvolvidas nas RPPNs**



Fonte: dados da pesquisa (2019).

Os proprietários das RPPNs, diferente de outras categorias de UCs sob responsabilidade de órgãos públicos, os quais possuem a obrigação de realizar as atividades previstas nos seus objetivos de criação, só desenvolvem atividades se for da sua vontade. Desde que essas atividades estejam relacionadas a pesquisa

científica e a visitação com fins turísticos, recreativos ou educacionais, sempre em equilíbrio com a conservação da natureza (BRASIL, 2000).

Em alguns casos os proprietários não realizam nenhuma atividade, optando apenas por manter a área preservada, como acontece em grande parte das reservas criadas por empresas mineradoras. Já em outros casos optam por abrir para a visitação apenas para fins de pesquisa científica e educação ambiental, como é o caso do Projeto Resgate de RPPNs da Fundação Vida e Meio Ambiente (Figura 8), que engloba, a RPPN do Rato de Espinho, a RPPN Refúgio dos Sauás, a RPPN Mata dos Jacus, a RPPN Bosque dos Samambaias, a RPPN Vale das Arapongas, todas localizadas na Cabeceira da Vargem Grande, Alto Jequitibá.

**Figura 8:** Oficina de Educação Ambiental do Projeto Resgate de RPPNs.



Fonte: Carlos Monteiro, 2014<sup>17</sup>.

O projeto tem como objetivo propiciar a sensibilização ambiental a partir do contato do visitante com a natureza, com trilhas interpretativas, palestras e atividades de plantio de mudas nativas e está em andamento a construção da "Sala Verde". Ele

---

<sup>17</sup> Disponível em: <<https://www.altojequitiba.mg.gov.br/sec-de-meio-ambiente/educa%C3%A7%C3%A3o-ambiental-na-rppn-resgate-iii>> Acesso em 30 de nov. de 2019.

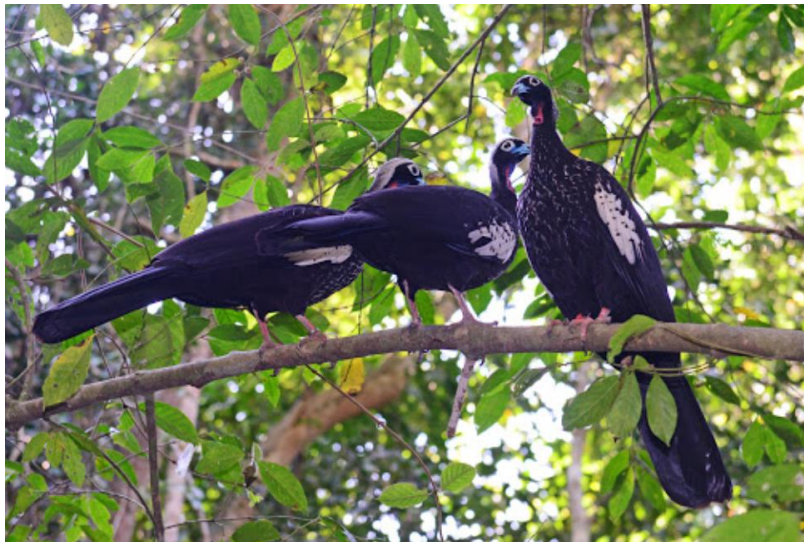
é direcionado a escolas, universidades e comunidade do entorno. Além disso, as reservas pertencentes a Fundação Vida e Meio Ambiente estão abertas para o desenvolvimento de pesquisas científicas.

O fato da educação ambiental ficar em evidência como uma preocupação socioambiental dos gestores e como uma atividade que se desenvolve na reserva, é um fator positivo tanto na perspectiva da conservação da natureza, já que a educação ambiental é um instrumento de sensibilização para a importância da proteção dos recursos naturais, quanto na perspectiva do ecoturismo, visto que, segundo Pires (1998) ela faz parte dos princípios que regem seu conceito.

No caso das pesquisas científicas, a maioria das RPPNs estudadas, relataram realizar tal atividade, porém na prática muitas delas não desenvolvem ações nesse sentido, colocando-se apenas a disposição para os pesquisadores. Um exemplo de reserva que criou uma estratégia para melhor desenvolver e aproveitar essas pesquisas foi a RPPN Santuário do Caraça. Ela conta com um programa de incentivo a pesquisa, com preços diferenciados para pesquisadores. Além disso, criou uma biblioteca virtual, em seu site, que disponibiliza as pesquisas já realizadas e as que estão em andamento. E existe um funcionário qualificado que fica responsável por atender as demandas das pesquisas.

Outro exemplo é a RPPN Fazenda Macedônia, propriedade da empresa Cenibra, localizada no município de Ipaba, onde é desenvolvido, desde 1990, o pioneiro projeto de reintrodução de aves silvestres ameaçadas de extinção, o Projeto Mutum (Figura 9). O Projeto é desenvolvido em parceria com a Sociedade de Pesquisa do Manejo e da Reprodução da Fauna Silvestre por meio de um acordo de cooperação técnico-científica. Os estudos e monitoramentos ambientais realizados na reserva já possibilitaram, o registro de 161 espécies de aves e 27 espécies de mamíferos de médio e grande porte, sendo que 6 espécies de aves e 3 de mamíferos encontram-se presentes em listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção (CENIBRA, 2017).

**Figura 9:** Soltura de Mutuns na RPPN Fazenda Macedônia.



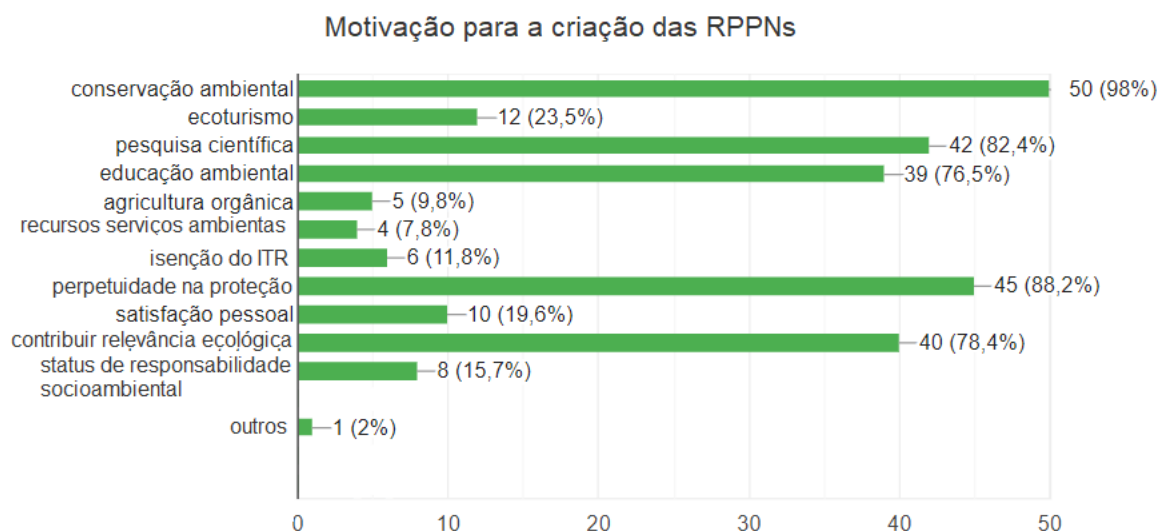
Fonte: Cenibra, 2017<sup>18</sup>.

A educação ambiental também se destaca quando se trata dos motivos para a criação das reservas estudadas, onde 76,5 % (n=40) das respostas apontaram a atividade como uma motivação. A conservação da natureza aparece como o principal motivo de criação com 98% (n=52), em seguida a garantia da perpetuidade da proteção da área 88,2% (n=47), pesquisa científica 82,4 % (n=44), contribuição para a relevância ecológica da área 78,4% (n=42), ecoturismo 23,5% (n=13), satisfação pessoal 19,6% (n=10), galgar status de responsabilidade socioambiental 15,7% (n=8), entre outros. Como demonstra o gráfico 10.

---

<sup>18</sup> Disponível em : <https://www.cenibra.com.br/rppn-fazenda-macedonia/> Acesso em 30 de nov 2019



**Gráfico 10: Motivação para a criação das RPPNs**

Fonte: dados da pesquisa (2019).

O fato da conservação da natureza apresentar-se como uma motivação por praticamente toda a amostra, vai ao encontro do objetivo primordial de criação das RPPNs, que é a conservação da biodiversidade (WIENDMANN, 2001). Isso evidencia os resultados encontrados por Mesquita (1999) e Melo (2004), em que os objetivos das reservas privadas brasileiras foram prioritariamente voltados para as questões conservacionistas, aliados a outras intenções secundárias, com destaque para o ecoturismo.

Outra motivação que se destacou entre as respostas foi a perpetuidade da proteção da área, que é um fator importante, pois é a partir disso que se estabelece a garantia que aquela área vai continuar sendo conservada. Tanto nas próximas gerações da família dos proprietários, quanto nas diferentes gestões das empresas e das ONGs, entre outras instituições que possuem essas reservas. Além disso, mesmo em casos de venda, a propriedade continua sendo uma RPPN. O caráter perpetuo garante que uma vez criada a RPPN, isso não poderá ser desfeito, possibilitando a proteção dessas áreas também no futuro.

O ecoturismo, nesse contexto amostral, aparece como uma motivação secundária, devido ao fato da maioria das reservas não estarem abertas à visita

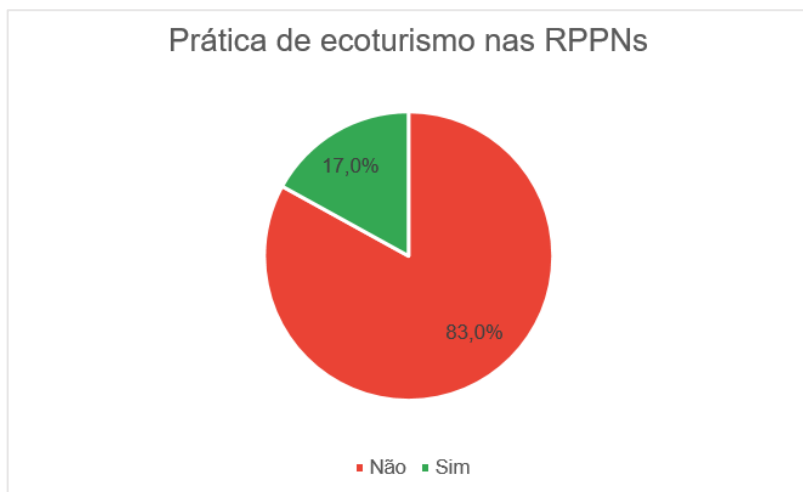
turística, como será demonstrado mais adiante. Porém as motivações que mais se evidenciam são tangenciais à atividade. A educação ambiental, por exemplo, que é um dos pilares do ecoturismo, aparece como motivação para grande parte dessas UCs. Tanto ela, quanto a pesquisa científica também dialogam com os estudos do meio, assim o ecoturismo pode ser considerado um instrumento para o fomento de uma ação de proteção da natureza via RPPN.

Além disso, a maioria das reservas estudadas estão em regiões que possuem outras UCs, o que proporciona a formação de corredores ecológicos, mitigando os efeitos da fragmentação dos ecossistemas por meio da conexão entre diferentes modalidades de áreas protegidas e outros espaços com diferentes usos do solo. E também pode propiciar a criação de Mosaicos de UCs, que é um modelo de gestão que busca a participação, integração e envolvimento dos gestores de UC e da população local na gestão das mesmas, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional (MMA,2019).

Como exemplo de áreas de proteção ambiental que estão na mesma região das RPPNs estudadas, temos a APA Serra de São José, APA de Caparaó, APA de Alto Jequitibá, APA Gameleira, APA Paz, Parque Nacional Serra do Gandarela, Parque Estadual do Rio Doce, Parque Estadual Serra do Papagaio, Floresta Estadual do Uaimii, Monumento Natural Serra da ferrugem, Monumento Natural Pedra do Picú, além de outras RPPNs.

Assim, quando questionadas se as reservas estão inseridas em uma região turística 60,4% responderam que sim e 39,6% responderam que não. Porém mesmo a maioria estando inseridas em regiões turísticas, apenas 17,0% delas realizam atividades de ecoturismo (gráfico11), o que significa que das 53 RPPNs estudadas apenas 9 estão abertas à visitação turística.



**Gráfico 11: Prática de ecoturismo nas RPPNs**

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Percebe-se que mesmo estando inseridas em áreas consideradas turísticas e apesar da proximidade de outras áreas protegidas com maior visibilidade, muitas RPPNs optam por não desenvolver o ecoturismo. Isso pode acontecer devido as diversas variáveis que tal atividade engloba, desde seu planejamento até sua operacionalizao.

Outro fator que dificulta o desenvolvimento da atividade  que apesar de ser uma atividade em expansão, o ecoturismo ainda não  acessível a grande parte da sociedade. A elitizao dessa modalidade acontece muitas vezes por que na prática, ela tem sido tratada apenas como um negócio, visando o lucro e deixando de lado os fatores ambientais e sociais que deveriam prevalecer. Além disso, as RPPNs não possuem tanta visibilidade quando comparadas  outras UCs, assim as dificuldades de se alcançar o pblico alvo aumentam, sendo necessário investir na promoo dessas áreas e em parcerias com as outras UCs, como forma de se fortalecer a visibilidade turística da região em que estão inseridas.

#### **4.2.2. Panorama do desenvolvimento do ecoturismo nas RPPNs**

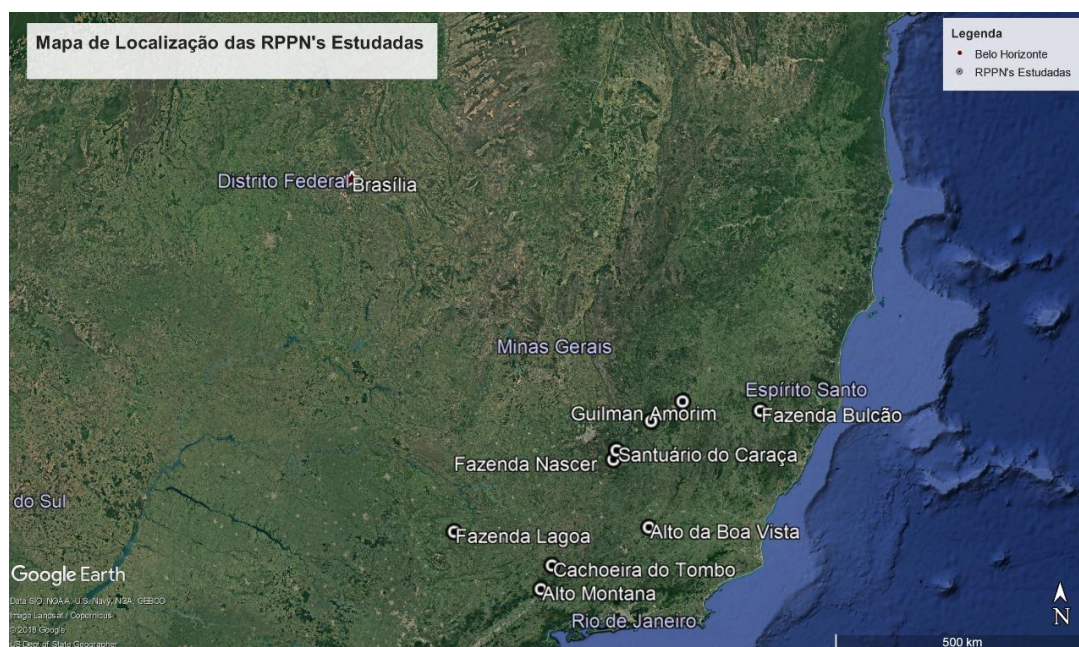
Com o intuito de realizar um panorama de como o ecoturismo vem sendo desenvolvido e quais as perspectivas da atividade nas RPPNs, será feita uma análise da atividade nessas 9 reservas que estão abertas ao turismo, elas estão listadas na tabela 3 e suas localizaes estão demonstradas na figura 10.

Quadro 3: RPPNs que desenvolvem ecoturismo

RPPN	ANO CRIAÇÃO	ANO ABERTURA AO TURISMO	MUNICÍPIO	BIOMA	INSTÂNCIA	PLANO DE MANEJO
1.Alto Montana	2012	2018	Itamonte	Mata Atlântica	municipal	Sim
2.Fazenda Lagoa	2005	2005	Monte Belo	Mata Atlântica	estadual	Sim
3.Guilman Amorim	1998	1998	Antônio Dias	Mata Atlântica	estadual	Sim
4.Fazenda Macedônia	1994	2002	Ipaba	Mata Atlântica	federal	Sim
5.Alto da boa vista	1995	1995	Descoberto	Mata Atlântica	estadual	Sim
6.Fazenda Nascer	2010	2015	Ouro Preto	Mata atlântica	estadual	Não
7.Cachoeira do tombo	1997	1997	Aiuruoca	Mata atlântica	estadual	Sim
8.Fazenda Bulcão	1998	1998	Aimorés	Mata Atlântica	estadual	Sim
9.Santuário do Caraça	1994	1970	Catas Altas e Santa Bárbara	Mata Atlântica e Cerrado	federal	Sim

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Figura 10: Localização das RPPNs estudadas.



Fonte: dados da pesquisa (2019).

Percebe-se que as RPPNs 1,2,3,5,7 e 8 foram criadas já com a intenção de se desenvolver o ecoturismo, pois logo após a criação, a maioria no mesmo ano, já estavam abertas para a visitação turística. Além disso, nas respostas do instrumento

de coleta de dados, elas apontaram o ecoturismo como um motivo para a sua criação. Outro fator interessante, é que a maioria delas foram criadas na década de 1990, período marcado pela ECO 92, realizada em 1992 no Rio de Janeiro, no qual a temática da conservação ambiental e do ecoturismo ganhou maior visibilidade e impulsionou um mercado com tendência de franco crescimento, propondo diretrizes e tratados com aplicação de âmbito mundial (PIRES, 2002).

Foi também nessa década que aconteceram as primeiras iniciativas de abertura de RPPNs para a visitação. Na mesma época em que as definições de ecoturismo, como uma das modalidades de visitação nessas áreas, apresentaram-se mais consolidadas, após a publicação das Diretrizes da Política Nacional de Ecoturismo (IBAMA/EMBRATUR, 1994).

As nove reservas estão inseridas no bioma Mata Atlântica o que evidencia mais uma vez a importância das RPPNs para a conservação desse bioma e também destaca o papel do ecoturismo como ferramenta de sensibilização para a importância da proteção da Mata Atlântica. Como já foi mencionado, tal bioma abriga uma grande diversidade de espécies de flora e fauna. Nesse sentido, a prática do ecoturismo nessas reservas propicia a propagação de conhecimento sobre essas espécies. Como o caso das espécies bandeiras, muitas vezes utilizadas na divulgação turística e em atividades de educação ambiental.

Nas respostas fornecidas pelas reservas desse estudo, identificou-se as espécies bandeiras: Sanhaço-frade, Pavó, Jequitibá-rei, Tamanduá-bandeira, Lobo-guará, Jaguatirica, Mutum-do-Sudeste, Gavião Pega Macaco, Barbado e Peroba. Algumas espécies são usadas para nomear trilhas interpretativas, como é o caso da Trilha da Jaguatirica na RPPN 3.

Em outras situações são usadas em atividades de contato com o animal, como é o caso da RPPN 9, que proporciona ao seu visitante a chamada “Hora do Lobo” (Figura 11). Essa atividade teve início a partir do hábito de colocar bandejas de carnes para alimentar os lobos nos portões da igreja contida na reserva e acabou virando atração turística. Essa prática de alimentar os lobos só persiste aos dias atuais porque o seu hábito de caça não foi comprometido. Por este motivo o lobo-guará não tem hora de aparecer e enquanto os visitantes esperam a aparição, o RPPN proporciona

um momento da informação e educação ambiental (SANTUÁRIO DO CARAÇA, 2019).

**Figura 11:** Hora do Lobo na RPPN Santuário do Caraça.



Fonte: Santuário do Caraça, 2019<sup>19</sup>.

Em relação às atividades realizadas e a infraestrutura e serviços dessas RPPNs, nota-se que elas estão de acordo com o que é permitido nessas áreas e também recomendado pelas definições do ecoturismo. Tais atividades e infraestrutura podem ser observadas no quadro 4, segundo dados de cada reserva pesquisada.

**Quadro 4: Atividades desenvolvidas, infraestrutura e serviços**

RPPN	ATIVIDADES	INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS
1	esportes de aventura, trekking/ trilhas interpretativas, educação ambiental, observação de animais, ciclismo, eventos, cursos/ treinamentos, pesquisa científica, permacultura.	hospedagem, restaurante/bar, serviços de guia ou condutores locais, monitores para atividades, centro de interpretação ambiental / centro de visitantes, centro de eventos, alojamento para pesquisadores, áreas de contemplação (mirantes, belvederes), comércio de produtos locais, estacionamento, sanitários
2	trekking/ trilhas interpretativas, educação ambiental, observação de animais, cursos/ treinamentos, pesquisa científica	serviços de hospedagem e recreação
3	educação ambiental, eventos, pesquisa científica	centro de eventos

<sup>19</sup> Disponível em <http://www.santuariodocaraca.com.br/site/lobo-guara/> Acesso em 30 de nov de 2019

4	trekking/ trilhas interpretativas, educação ambiental, observação de animais, pesquisa científica	serviços de guia ou condutores locais, monitores para atividades, centro de interpretação ambiental / centro de visitantes, alojamento para pesquisadores, estacionamento, sanitários
5	trekking/ trilhas interpretativas, educação ambiental, observação de animais, ciclismo, cavalgadas, eventos, cursos/ treinamentos, pesquisa científica, campismo, agricultura	hospedagem, restaurante/bar, área de camping, serviços de guia ou condutores locais, centro de interpretação ambiental / centro de visitantes, alojamento para pesquisadores, áreas de contemplação (mirantes, belvederes), sanitários, estrutura de acessos para deficientes
6	esportes de aventura , trekking/ trilhas interpretativas, educação ambiental, pesca, eventos, pesquisa científica, campismo	restaurante/bar, área de camping, centro de eventos, áreas de contemplação (mirantes, belvederes), comércio de produtos locais, estacionamento, sanitários, estrutura de acessos para deficientes
7	arvorismo, educação ambiental, observação de animais, cursos/ treinamentos, pesquisa científica	hospedagem, restaurante/bar, serviços de guia ou condutores locais, centro de interpretação ambiental / centro de visitantes, áreas de contemplação (mirantes, belvederes), área de recreação infantil, estacionamento, sanitários
8	educação ambiental, eventos, cursos/ treinamentos, pesquisa científica	hospedagem, restaurante/bar, monitores para atividades, centro de interpretação ambiental / centro de visitantes, centro de eventos, alojamento para pesquisadores, áreas de contemplação (mirantes, belvederes), comércio de produtos locais, estacionamento, sanitários
9	trekking/ trilhas interpretativas, educação ambiental, observação de animais, eventos, cursos/ treinamentos, pesquisa científica.	hospedagem, restaurante/bar, serviços de guia ou condutores locais, centro de interpretação ambiental / centro de visitantes, centro de eventos, alojamento para pesquisadores, áreas de contemplação (mirantes, belvederes), comércio de produtos locais, área de recreação infantil, estacionamento, sanitários

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Percebe-se que a maioria delas possuem a infraestrutura necessária para receber os visitantes e que as atividades realizadas e os equipamentos são semelhantes em RPPNs de diferentes regiões e períodos. Em um estudo sobre o contexto brasileiro Rudzewicz (2006) destacou como equipamentos e serviços mais frequentes sanitários e instalações de alimentação, centro de interpretação ambiental ou centro de visitantes, loja de artesanato, estacionamento, centro de eventos e equipamentos de hospedagem. E as atividades mais realizadas eram observação de animais, cursos/treinamentos e cavalgadas, trilhas interpretativas e programas de educação ambiental para visitantes, seguidas de atividades de aventura, pesca, cicloturismo e programas de educação ambiental para a comunidade local.

Além disso, essas reservas possuem plano de manejo, com exceção da 6, que demonstrou vontade em realizá-lo, porém declarou que ainda não conseguiu recursos financeiros para isso. O uso público nessas reservas acarreta na necessidade de se estruturar seu planejamento, no sentido de garantir que o objetivo prioritário da conservação, conforme descrito, seja alcançado. Em Melo (2004), a maioria das RPPNs em sua amostra no município de Silva Jardim (RJ), demonstraram inexistência de instrumentos de planejamento e monitoramento ambiental. Esses números significativos de ausência de planejamento levam a caracterizar grande parte das RPPNs ao que Melo (2004) chamou de “propriedades rurais com baixa intensidade de uso”, e não “reservas” propriamente ditas, nas quais a pesquisa científica, o ecoturismo e a educação ambiental são realizados de forma não sistemática e desordenada.

Ainda em relação ao planejamento da atividade turística, 77,8% (n=41) das reservas estudadas, declararam realizar estudos de capacidade de carga e o controle da visitação, apresentando grande variação no número de visitantes por ano. No ano de 2018 foram cerca de 100 a 350 nas RPPNs de pequeno porte, de 2115 a 9107 nas de médio porte e 52175 na de maior porte, que é a RPPN Santuário do Caraça. De acordo com Rudzewicz (2006), na maioria dos casos de seu estudo, o critério de delimitação da capacidade de carga no local, era de acordo com a sazonalidade da visitação, o que não está relacionado ao fator das limitações do meio ambiente, mas à baixa e à alta temporada da visitação. Segundo Schiavetti (2003), limitar o número de visitantes é uma estratégia que aumenta a oportunidade de sucesso do processo interpretativo na trilha, facilitando o controle da visitação e qualificando as atividades disponíveis ao visitante, principalmente na observação da fauna.

Quando se trata da educação ambiental, todas as nove reservas realizam atividades nesse sentido, cenário significativo quando consideramos tal atividade como pilar central para o ecoturismo. Dentre as atividades realizadas estão programas de interpretação da natureza, programas educacionais junto às escolas públicas, privadas e universidades, trilhas interpretativas, cursos de treinamento para monitores ambientais, palestras e contato controlado com animais.

Como exemplo, temos a RPPN 6 que realiza atividades de educação ambiental com crianças da sua região e também com outros visitantes (Figura 12). As atividades



são ministradas pelo proprietário, que inicialmente relata sua experiência de vida como ambientalista. Depois os visitantes são levados para a “Trilha da Onça”, onde ficam imersos em uma área de floresta nativa e chegam até uma nascente, ali também é trabalhado o valor da água para a sobrevivência humana e a importância das florestas. Segundo o proprietário, “a sensibilização ambiental acontece a partir do contato direto com a natureza, pois nós só amamos e cuidamos o que realmente conhecemos”.

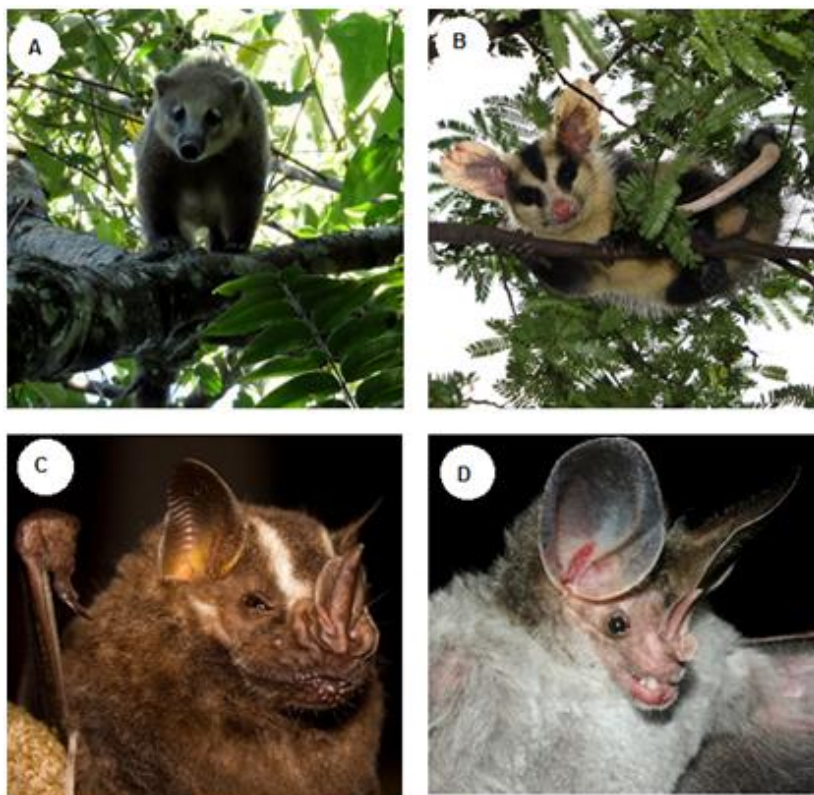
**Figura 12:** Atividades de educação ambiental na RPPN Fazenda Nascer.



Fonte: Ana Luz Guerra, 2019.

Outro exemplo é a RPPN 2, que possui um programa de educação ambiental que contribui para a formação de “Grupos Ecológicos Juvenis”. O programa educativo ambiental da RPPN, já recebeu mais de 20 escolas e 5000 participantes. No ano de 2005 além dos grupos costumeiros recebeu pela 1ª vez grupos de 3ª idade do Projeto Saúde Família e agentes jovens ambientais. Além disso, são desenvolvidas diversas pesquisas científicas na RPPN, que conta com um projeto permanente de acompanhamento da floração e frutificação de espécies arbóreas nativas e projetos relacionados a Zoologia e Ecologia animal (Figura 13).

**Figura 13:** Pesquisa Científica na RPPN Fazenda Lagoa. A -*Nasua nasua* (Quati); B- *Didelphis albiventris* (Gambá); C- *Artibeus lituratus*; D- *Chrotopterus auritus*.



Fonte: ARPEMG, 2015<sup>20</sup>.

Quanto à gestão dessas áreas e aos recursos humanos utilizados nessas reservas, observa-se que a maioria delas possuem um setor específico direcionado à gestão e conservação ambiental 66,7%, apenas três não possuem. Para a gestão do turismo, 55,6% delas declararam ter um funcionário específico para essa função, dentre essas, três possuem um profissional com graduação em Turismo e uma possui um profissional com graduação em Biologia.

Tendo em vista a complexidade do ecoturismo, e a necessidade do planejamento para sua realização, a atuação do turismólogo se torna fundamental para que a atividade seja desenvolvida da forma adequada, minimizando os impactos negativos, e ampliando os benefícios, nas suas diferentes dimensões (sociais, econômicos e ambientais). O pequeno número desses profissionais atuando nessas reservas evidencia a necessidade de que os gestores se atentem para a importância

---

<sup>20</sup> <sup>20</sup> Disponível em: <http://www.arpemg.com.br/modules/news/article.php?storyid=98>. Acesso em 30 de nov de 2019.



do papel dos turismólogos para uma gestão eficiente da atividade turística.

Em relação a comunidade local, apenas 22,3% (n=12) dessas reservas declararam a inexistência de comunidades no entorno da RPPN, 77,8% (n=41) delas afirmaram a existência e entre essas, apenas uma declarou que a comunidade participa dos processos decisórios da unidade e apenas uma declarou o não estabelecimento de relações com a comunidade. Além disso, 88,9% (n=47) das reservas declararam que possuem em seu quadro de funcionários pessoas das comunidades do entorno, com diversas funções como demonstrado no gráfico 12.

**Gráfico 12: Funções atribuídas a pessoas da comunidade local nas RPPNs**



Fonte: dados da pesquisa (2019).

O gráfico 12, mostra que dentre as reservas que possuem funcionários da comunidade local, todas afirmaram que estes realizam serviços gerais (manutenção, hospedagem, alimentação), cinco declararam que eles são monitores, quatro que eles são guias/ condutores locais, três que eles são técnicos de manejo, duas que eles são pesquisadores e uma que eles são voluntários e vendedores de produtos locais.

Percebe-se o destaque para uma relação de empregabilidade entre essas reservas e a comunidade do entorno, o que é positivo, pois assim atividade contribui para a geração de renda para a comunidade. Porém, essas relações deveriam ir muito mais além, visto que a participação integrada das populações locais no desenvolvimento do ecoturismo é um dos fatores que rege seu conceito e prática.

Assim, a inserção dessas comunidades nesses espaços deve ser feita de forma horizontal, para que se desperte o sentimento de vínculo, assim como uma possível vontade de conservar. As RPPNs devem desenvolver projetos em conjunto com a comunidade, envolve-la nos processos decisórios, além de atividades de educação ambiental direcionadas a essas comunidades.

Nesse contexto amostral, apenas a RPPN 5 declarou ser um compromisso de sua gestão integrar diferentes setores da comunidade local e regional nos projetos desenvolvidos, e também nos processos decisórios da reserva. De acordo com o plano de manejo da reserva, são realizadas atividades esportivas, culturais e de divulgação do conhecimento sobre biodiversidade e conservação dos recursos naturais para as pessoas das comunidades do entorno (Figura 14). Para isso, estão disponibilizadas as instalações físicas do Centro de Apoio aos Visitantes, para atividades pedagógicas e de socialização e intercâmbio com as comunidades, estudantes, pesquisadores e visitantes, além da quadra poliesportiva para lazer e práticas de esportes. Essas estruturas tem a finalidade de funcionar como núcleo de desenvolvimento do bem-estar social, com espaço para a realização de reuniões e atividades educacionais, além de divulgação do ensino e conhecimento das questões ambientais e do produto do ecoturismo na RPPN.

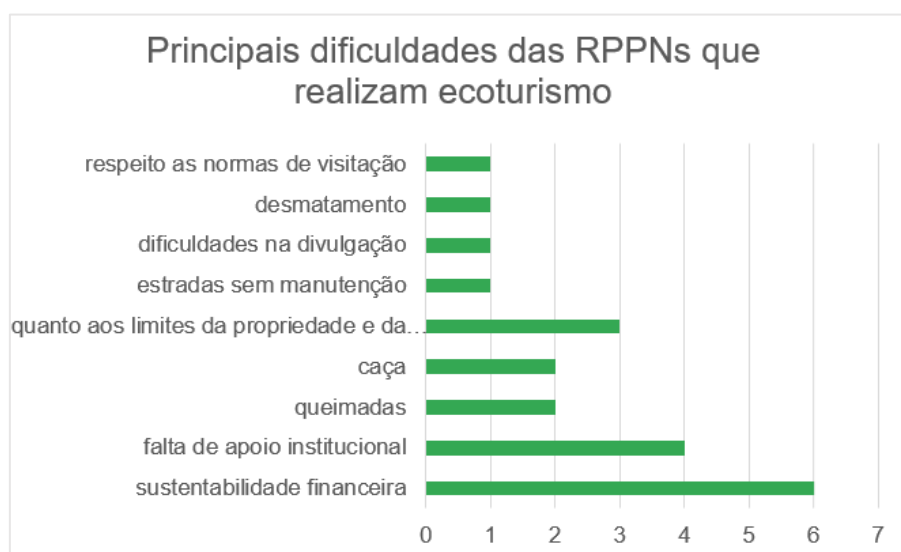
**Figura 14:** Atividades desenvolvidas com a participação da comunidade do entorno da RPPN Alto da Boa Vista.



Fonte: Plano de Manejo RPPN Alto da Boa Vista, 2013.

Os postos de trabalhos nas RPPNs estudadas são ocupados, na sua maioria, por uma média de dois a 9 funcionários, além de muitos terem quadro de funcionários variável conforme sazonalidade da visitação. Desta maneira, ainda apontam um baixo número de empregos oferecidos à comunidade local, na forma de benefício direto relacionado à atividade ecoturística. A exemplo disso, o Ecoparque de Una (BA) é citado por Mesquita e Leopoldino (2002) como um projeto de referência nacional pela qualidade de seus monitores e intérpretes ambientais, todos da comunidade vizinha à RPPN.

Em relação às principais dificuldades encontradas pelas RPPNs que praticam o ecoturismo, a questão econômica se destacou, assinalada por 6 dessas reservas. Em seguida vem a falta de apoio institucional, assinalada por 4 reservas, depois problemas quanto aos limites da propriedade e da reserva, assinalada por 3, caça e queimadas, por 2. Por fim apresentou-se as dificuldades em relação ao respeito à normas de visitas, desmatamento, divulgação e estradas sem manutenção apareceram apenas uma vez entre as respostas. Conforme mostra o gráfico 13.

**Gráfico 13: Principais dificuldades das RPPNs que realizam ecoturismo.**

Fonte: dados da pesquisa (2019).

As dificuldades relacionadas à viabilidade econômica dessas reservas sugerem a importância do ecoturismo como uma alternativa de minimização. No entanto, conforme indicou a bibliografia, faz-se fundamental uma diversificação de propostas e não uma dependência da atividade. O fato dessas reservas apontarem a sustentabilidade financeira, seguida da falta de apoio institucional fortalece o encontro com as observações apontadas pelos especialistas, já destacadas neste trabalho. Um dos entrevistados, Prof. Neiman, ressaltou durante a sua fala a importância de incentivos públicos mais estruturados para essas áreas, de forma a fortalecer não apenas a sua criação, mas contribuir para sua efetiva existência. Notadamente, este trabalho também já destacou a relevância do estabelecimento de parcerias para essas RPPNs. Tal empreitada tem maiores chances de diversificar as propostas para a mesma e contribuir nos processos criativos e econômicos para o alcance de seus objetivos de uso sustentável.

Além disso, quando questionadas se o ecoturismo estava sendo lucrativo para a reserva 55,6% (n=29) responderam que sim. E quando questionadas se a atividade se encontra em expansão ou grande expansão 88,9% (n=47) responderam que sim. Todas afirmaram que a RPPN é considerada um atrativo ecoturístico da região. Ainda sobre a diversificação de atividades econômicas, como estratégia para a não dependência exclusiva do ecoturismo, destaca-se o estudo de Rudzewicz (2006),

onde foram identificadas como atividades complementares, a venda de produtos naturais (fortalecida por práticas de agricultura orgânica), realização de cursos e treinamentos, silvicultura, dentre outras possibilidades.

Essas alternativas corroboram, inclusive, com a possibilidade de integrar a comunidade local, pensando nas possibilidades de sua inclusão, referendadas nas singularidades existentes nos territórios em que essas áreas estão inseridas. Desta maneira, as reservas podem promover ações de parceria e inclusão pensando, em conjunto, no desenvolvimento de produtos e serviços que estejam alinhados às tradições e costumes existentes. Tal estratégia segue uma tendência de consumo do mercado turístico em promover não apenas serviços dissociados dos ambientes em que estão inseridos, mas de construir e promover experiências para seus visitantes (BENI, 2004).

No entanto, algumas ressalvas precisam ser apontadas, embasadas inclusive na primeira parte dessa pesquisa, isto é, a visão dos especialistas. As reservas ao desempenharem atividades econômicas e, dentre elas, o ecoturismo, não podem perder de vista sua principal missão que é o fomento da conservação da biodiversidade existente, as práticas científicas correlacionadas e a educação ambiental. O ecoturismo tem demonstrado uma perda de sua essência e dos já apontados pilares de seus ideais (PIRES, 1998) quando direciona todos os seus esforços unicamente para os ganhos econômicos. A atividade desde seus primórdios, enquanto segmento, traz uma crítica aos padrões tradicionais economicistas do turismo, cujo foco central se sustenta no lucro. Este, embora importante, quando visto como único objetivo pode desencadear uma série de impactos socioculturais e ambientais nos destinos turísticos, não desejados pela prática aqui estudada.

Sobre a cobrança de taxa de visitação, a maioria das reservas pesquisadas, 66,7 % (n=35), demonstrou solicitar e os valores ficaram em um intervalo de R\$5,00 a R\$20,00. Em algumas situações, relataram a prática de tarifas especiais para públicos específicos, como estudantes de escola e universidades, pesquisadores, famílias, crianças e idosos. Relataram também, conforme relevância já apontada, complementar a economia com a venda de produtos locais, agricultura orgânica e piscicultura.

O caso da RPPN 6 pode ilustrar tal prática ao incorporar nas suas atividades, a comercialização de doces tradicionais fabricados por uma produtora local. A referida reserva está localizada em São Bartolomeu, distrito de Ouro Preto, conhecido pela tradição histórica de seus moradores de fabricar doces artesanais. Tal prática é considerada Patrimônio Cultural Imaterial do município. Tal iniciativa do proprietário da reserva (Figura 15), além ser uma alternativa de complementação de renda, pode ser apontada como um exemplo de estratégia de inserção das tradições culturais do território onde se encontra, durante o desenvolvimento do ecoturismo. A combinação dessas estratégias pode resultar no fomento da promoção e valorização da cultura local.

**Figura 15:** Venda de produtos locais na RPPN Fazenda nascer.



Fonte: Ana Luz Guerra, 2019.

Destaca-se também a importância de se estabelecer parcerias não apenas com órgãos e instituições que ajudem diretamente no âmbito ambiental da reserva, mas em um contexto mais regional de alianças para o próprio desenvolvimento de um turismo mais integrado, no qual as reservas podem encabeçar tal processo ou compor um *cluster* já desenvolvido.

Porém, a concepção de regional não deve ser compreendida apenas no seu aspecto geográfico, tampouco ao caráter político-administrativo. Mas também em

relação às afinidades e à conseqüente construção de identidades. Onde as regiões não sejam somente um aglomerado de características particulares a formar um produto turístico, mas sim, uma unidade em que os mais variados produtos turísticos sejam componentes de um destino turístico (RODRIGUES, 2003).

Desta maneira, a união de diferentes setores do trade turístico para promoção de uma região, apresenta-se como uma importante estratégia para a consolidação dessas reservas como um atrativo ecoturístico. Tais parcerias podem ser desenvolvidas de diferentes maneiras. A RPPN 6 vem desenvolvendo esforços nesse sentido, oferecendo exemplos qualitativos sobre essa estratégia.

A figura 16 traz a capa de um *folder* e as informações sobre a reserva, que estão reunidas em um material impresso, elaborado como estratégia para compor as estratégias de promoção turística da cidade de Ouro Preto e seus respectivos distritos. O material reúne, além de um mapa temático da região, informações sobre o trade da cidade, envolvendo não apenas atrativos naturais, mas também as agências, pousadas, restaurantes e os produtores locais que estão em suas nas adjacências. O material, intitulado “Mapa Circuito Ecoturístico de Ouro Preto”, teve como objetivo direcionar os olhares para os atrativos naturais do município, que ainda são pouco valorizados quando comparados aos atrativos históricos e arquitetônicos.

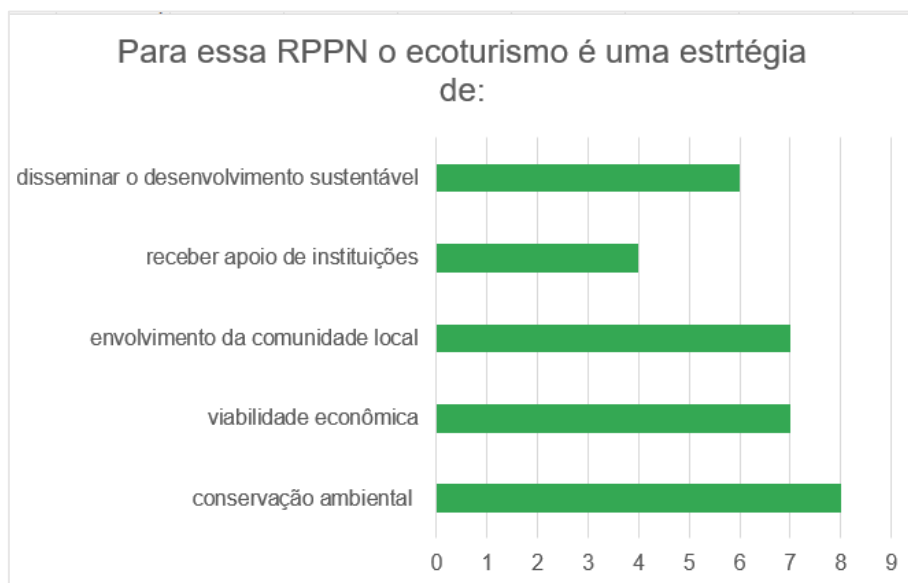


Figura 16: Mapa Circuito Ecoturístico de Ouro Preto.



Por fim, quando questionados sobre qual o papel do ecoturismo para suas respectivas RPPNs (gráfico 14), a conservação ambiental se destacou, aparecendo na resposta de 8 unidades. Em seguida, apareceram a viabilidade econômica e o envolvimento da comunidade local (7 reservas). Já o desenvolvimento sustentável e o receber apoio de instituições apareceram como respostas para 7 e 4 unidades, respectivamente.



**Gráfico 14: Papel do ecoturismo para as RPPNs**

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Certo equilíbrio das respostas obtidas para tal questão evidencia também a presença equilibrada das dimensões ambientais, econômicas e sociais, no que tange às compreensões sobre o ecoturismo e suas funções, na visão dos proprietários. Tal fato merece destaque quando confrontado com as intenções do referido segmento, já apresentadas neste trabalho. Destaca-se assim, já nas conclusivas, que para a amostra das reservas que desenvolvem tal atividade, a mesma é vislumbrada, de fato, como um importante instrumento de aperfeiçoamento da conservação da natureza. Tal dado corrobora e satisfaz, portanto, o objetivo principal das reservas, enquanto categoria de unidade de conservação de uso sustentável, conforme orientação de nossa legislação nacional.

Para complementar, a partir da questão “O que significa ecoturismo para essa RPPN?” gerou-se uma nuvem de palavras (Figura 17), onde as palavras que mais apareceram nas respostas foram: Viabilidade, financeira, conservação, natureza, educação ambiental, estratégia, alternativa, sensibilização e integração.

Figura 17: Nuvem de palavras.



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

## **. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os debates relacionados ao histórico da proteção da natureza, elencados nessa pesquisa, evidenciam a evolução de suas abordagens conceituais e práticas, em caráter global e nacional. Nesse contexto, as áreas naturais protegidas se destacaram como uma estratégia fundamental para a conservação e preservação dos recursos naturais. Tal fato desencadeou uma série de discussões relacionadas à gestão dessas áreas, evidenciando que não existe um modelo padrão único a ser seguido, pois deve-se levar em consideração as características e as peculiaridades de cada local.

No Brasil, as RPPNs surgiram como uma proposta inovadora de integração da sociedade nos esforços nacionais de conservação, possibilitando que propriedades privadas se tornem UCs, na modalidade de uso sustentável e em perpetuidade. Junto à sua implementação, vem a responsabilidade dos proprietários de manejar e gerir a área respeitando seu objetivo principal de criação, a conservação ambiental.

Nesse sentido, o ecoturismo apresenta-se como uma modalidade adequada aos princípios da sustentabilidade, que devem ser aplicados nessas reservas. Apresentando-se conceitualmente como uma atividade de mínimo impacto, quando comparado ao turismo de massa, este segmento é norteado pelos fatores de proteção dos recursos naturais, desenvolvimento de atividades de educação ambiental e o envolvimento participativo das comunidades receptoras.

Assim, a atividade ecoturística se evidencia como uma importante alternativa econômica para essas reservas, além de seu propósito educativo, social e ambiental. Portanto, buscou-se neste estudo um aprofundamento sobre o ecoturismo nessas áreas, no contexto de Minas Gerais, realizando-se de início um diagnóstico dessas áreas, com um posterior olhar para as que estivessem desenvolvendo o segmento.

O presente estudo, portanto, veio ao encontro do cenário estratégico de mineiro no âmbito da presença dessa categoria de UC. Todavia, os estudos sobre o tema no cenário deste estado ainda são bastante incipientes, revelando uma oportunidade de pesquisas que consagrem não apenas a dimensão científica do estudo, mas, principalmente, a sua integração com as demandas da sociedade.

Nesse sentido, por meio da análise dos dados coletados através da aplicação dos instrumentos de coleta, dirigidos aos especialistas nacionais da temática e, em específico, aos gestores e proprietários das RPPNs mineiros pode-se, substanciados por uma extensa pesquisa bibliográfica sobre o tema, desenhar o cenário do referido estado, atendendo ao objetivo central desta pesquisa, cujo foco estabeleceu-se em um diagnóstico sobre a relação do ecoturismo nas RPPNs de Minas Gerais.

Tal análise evidenciou, tanto na visão dos especialistas, quanto nas dos gestores, a importância dessas reservas no cenário da conservação da natureza e da integração do setor privado, como atores fundamentais para a proteção da biodiversidade. Nesse sentido, destacaram-se as práticas conservacionistas aplicadas à Mata Atlântica, bioma de grande relevância ecossistêmica. Demonstrou-se também a necessidade de mais incentivos para a criação de RPPNs, como por exemplo, pagamentos por serviços ecossistêmicos prestados.

As reservas contidas em nosso universo amostral (que participaram de nossa investigação, isto é, 53) estão localizadas em diversos municípios, concentradas principalmente nas regiões Sul e Central do estado, com maior expressividade no bioma Mata Atlântica. Juntas, elas totalizam 22.350 há de área conservada. Lembramos que, segundo fontes secundárias, todas as reservas de Minas Gerais cadastradas no banco de dados da Confederação Nacional de RPPNs (CNRPPN), totalizam 235.196,51 ha, a maior área quando comparado a outros estados. A instância de institucionalização que mais se destacou, em nosso conteúdo amostral, foi a estadual. Tal fato evidenciou o pioneirismo do estado, quando se trata do desenvolvimento de instrumentos legais e incentivos econômicos para essas estratégias.

Em relação ao ano de criação existe uma variação de 1994 a 2018, sendo historicamente um estado com forte representatividade no contexto a RPPNs. Isso se caracteriza pelo fato de ser um estado com grande concentração de mineradoras, que muitas vezes implementam essas reservas como forma de compensação ambiental. Tal fato acarreta em contradições relacionadas ao seu caráter voluntário de criação, já que a compensação ambiental é obrigatória, e também em seus usos, visto que a maioria delas são fechadas a visitação turística e não desenvolvem atividades de educação ambiental, apenas pesquisas científicas.

Este cenário sugere assim certo desinteresse e descaso dessas empresas, pois essas áreas poderiam ser melhor utilizadas, já que as mesmas possuem recursos financeiros necessários para isso, e que poderiam ser utilizados para iniciativas inovadoras e criativas de uso público (com mão de obra especializada, isto é, equipes interdisciplinares, formadas por turismólogos, biólogos, geógrafos e educadores).

Quando se trata do planejamento dessas áreas, demonstrou-se que a maioria já possui Plano de Manejo, nas que ainda não possuem a principal dificuldade elencada foi a falta de recursos financeiros. Nesse sentido a atuação de ONGs em programas de apoio à essas reservas demonstrou a relevância de se estabelecer parcerias interinstitucionais para aperfeiçoamento dessas práticas. Além disso, evidenciou-se a carência de ações dos órgãos públicos no sentido de auxiliar essas reservas para a efetivação do plano. Esses órgãos poderiam disponibilizar a equipe técnica necessária para a realização do plano, além de desenvolver programas de apoio financeiro para tal.

Sobre as preocupações socioambientais da gestão desses reservas e as atividades desenvolvidas, demonstrou-se maior expressividade para a educação ambiental, o controle dos impactos ambientais e pesquisas científicas. Essas preocupações estão interligadas, pois a partir da sensibilização ambiental ocorre a minimização dos impactos, gerados muitas vezes pela falta de consciência sobre a importância de se proteger a natureza. E a partir de pesquisas científicas pode-se monitorar melhor tais impactos. Porém, não se identificou na prática muitas medidas nesse sentido, apenas alguns casos específicos, apontando a necessidade de pesquisas nesse âmbito, que pudessem além de diagnosticar a existência de ações socioambientais, construir um marco reflexivo e empírico destas no âmbito das reservas privadas.

Em relação ao ecoturismo, demonstrou-se que a atividade ainda é pouco desenvolvida nessas áreas, apesar dos benefícios indicados pela literatura científica. No contexto amostral desse estudo apenas nove reservas desenvolvem ecoturismo. Na visão dos especialistas e dos autores estudados, o ecoturismo é um instrumento de viabilidade econômica, sensibilização ambiental, inserção da comunidade e conservação da natureza, o que poderia, a priori, oferecer às RPPNs maior eficiência e visibilidade. Evidenciou-se também a importância de se diversificar a cadeia

produtiva dessas UCs, o que foi demonstrado a partir do levantamento realizado com os gestores das reservas, onde exemplificou-se algumas atividades realizadas nessas áreas.

Para a conservação da natureza o ecoturismo, na visão dos especialistas e dos autores, evidenciou-se como uma ferramenta de fomento da conservação, desde que seja desenvolvido de acordo com seus princípios e de maneira planejada. Nas reservas estudadas, o ecoturismo acoplado a educação ambiental e ao desenvolvimento de pesquisas científicas, demonstrou ser uma das motivações para a criação das reservas e, assim, um instrumento de aperfeiçoamento da conservação ambiental. Portanto, o ecoturismo pode fomentar uma ação de proteção da natureza, através da institucionalização RPPNs, onde a prática e suas atividades relacionadas se configuram como razão central para tal.

Porém, para os especialistas a atividade é elitizada, pois a partir do modelo capitalista no qual estamos inseridos, o ecoturismo muitas vezes acaba por ser tratado apenas como um negócio. O que o torna mais um produto para a busca incessante de lucro, desviando-se dos seus objetos principais. Portanto a atividade enfrenta uma série de desafios em nosso contexto atual. Dentre eles, está a democratização de acesso, a descontinuidade e falta de investimento em políticas públicas, o descaso dos órgãos públicos com as UCs, a pouca integração das comunidades receptoras no desenvolvimento da atividade e a carência de práticas de educação ambiental mais integrativas.

A partir da análise das nove RPPNs que afirmaram desenvolver o ecoturismo, realizou-se um panorama de como a atividade vem sendo desenvolvida e quais as suas perspectivas nessas reservas. Assim, evidenciou-se a importância do ecoturismo para a sensibilização sobre a necessidade de se conservar a Mata Atlântica, atuando na propagação do conhecimento sobre a biodiversidade que o bioma abriga, especialmente suas espécies bandeiras.

A maioria das reservas demonstrou ter uma infraestrutura adequada para a visitação turística e realizar atividades que compõem o ecoturismo. Evidenciou-se a existência de atividades de educação ambiental voltadas à programas de interpretação da natureza, programas educacionais junto às escolas públicas,

privadas e universidades, trilhas interpretativas, cursos de treinamento para monitores ambientais, palestras e contato controlado com animais. A realização dessas atividades são um fator importante para caracterizar a atividade desenvolvida como ecoturismo.

Já os especialistas entrevistados, tiveram uma abordagem crítica em relação à Educação ambiental. Para eles, esta é ainda uma dimensão pouco explorada e que poderia ter resultados mais efetivos se baseadas em metodologias integrativas. Este cenário corrobora, inclusive, com a necessidade de se ter colaboradores para as reservas que possam auxiliar os proprietários na construção de medidas de gerenciamento de visitação, com metodologias específicas, e também de práticas mais destacadas e com embasamento científico de educação ambiental. Recordemos aqui que o ecoturismo pode se apresentar como uma excelente oportunidade para a efetivação dessa prática no âmbito não formal. Porém, para o desenvolvimento da mesma com os resultados desejados, faz-se necessário a combinação do conhecimento e dos saberes locais com o científico, identificando, inclusive, estratégias adequadas para o público diversificado.

A existência do profissional de Turismo atuando nessas reservas ainda é muito pequena, visto a complexidade de tal atividade e a necessidade de um planejamento adequado para desenvolvê-la. Evidencia-se assim, a urgência na valorização desses profissionais, a conscientização dos gestores para a importância da atuação do turismólogo, além da capacitação e direcionamento de recursos financeiros para tal contratação e formação de uma equipe de profissionais especializados para planejar e gerir o desenvolvimento do ecoturismo.

Quando se trata da relação com a comunidade do entorno, demonstrou-se que na maioria dos casos, a relação estabelecida é de empregabilidade. Foram minoria os casos em que a comunidade é realmente integrada à atividade de forma horizontal, valorizando a cultura local e buscando a gestão participativa e integrada. O que evidenciou a necessidade de se estabelecer estratégias nesse sentido, além de programas de educação ambiental voltados a comunidade. As populações locais devem se sentir integradas à essas áreas, pois assim também podem valorizá-las e colaborar na proteção e nas estratégias de gerenciamento das mesmas.

Em relação aos principais desafios e dificuldades do desenvolvimento do ecoturismo nessas reservas, destacou-se a sustentabilidade financeira e a falta de apoio institucional. Vários fatores estão relacionados à essas dificuldades. Dentre eles a elitização da atividade, a pouca visibilidade dessas áreas quando comparadas a outras categorias de UCs, a pouca articulação da gestão dessas reservas com o *cluster* turístico para o desenvolvimento de uma atividade integrada, a carência e descontinuidade de políticas públicas, a falta de recursos financeiros direcionados aos setores ambientais públicos para que possam atuar com mais eficácia nessas áreas. As parcerias são essenciais para a desenvolvimento da atividade turística e para a gestão das RPPNs.

Contudo, o papel do ecoturismo para essas reservas vai além da perspectiva econômica, vislumbrando uma oportunidade de integração das populações locais e a valorização de sua cultura. Além da propagação da sensibilização ambiental, sendo uma estratégia para o aperfeiçoamento da proteção da natureza. Diante desta realidade, isto é, da representatividade do estado de Minas Gerais em relação à existência das RPPNs e da carência de estudos sobre a temática, evidencia-se a necessidade da sistematização de dados sobre essas reservas e assim a possibilidade de pesquisas futuras afim de uma compreensão do ecoturismo e das RPPNs como fenômenos importantes no âmbito da conservação que podem oferecer alternativas relevantes para a educação e o uso turístico da natureza.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERNAZ, P. C. **O ecoturismo como instrumento de conservação ambiental e viabilidade econômica para RPPNs: Um estudo de caso no SVS Vagafogo**. 2003. 86 p. Monografia (Especialização em Ecoturismo) – Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, Brasília, 2003

ALIER, Juan Martínez. "**O ecologismo dos pobres.**" *Raega-O Espaço Geográfico em Análise* 1 (1997).

BARRETO, Clarissa de Araujo; MINEO, Marina Farcic. **Gestão de Reservas Particulares do Patrimônio Natural no Triângulo mineiro**. III Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Goiânia/GO, 2012.

BECKER, F.; SEEHUSEN, S. E. (orgs.) **Pagamentos por Serviços Ambientais na Mata Atlântica: lições aprendidas e desafios**. Brasília: MMA, 2011.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. Editora Senac São Paulo. 9ª edição, 2003.

\_\_\_\_\_. **Turismo: da economia de serviços à economia da experiência**. Turismo: Visão e Ação, v. 6, n. 3, p. 295-306, 2004.

BRASIL. **Lei 9.985, de 18 de julho de 2000**; Decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. 5. ed. Brasília: MMA/SBF, 2004a.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição Federal – Coletânea de Legislação de Direito Ambiental**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. 3.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006** – regulamenta o art. 21 (instituição de Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN) da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2006, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Casa Civil. Presidência da República. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. **Painel de indicadores da Confederação Nacional de RPPN**. Disponível em: <[https://datastudio.google.com/u/0/reporting/0B\\_Gpf05aV2RrNHRvR3kwX2ppSUE/page/J7k](https://datastudio.google.com/u/0/reporting/0B_Gpf05aV2RrNHRvR3kwX2ppSUE/page/J7k)>. Acesso em: 24 de outubro, 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.746**, de 05 de abril de 2006. Regulamenta o art. 21 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: . Acesso em: 10 outubro 2019.

BOO, E. **Ecoturismo: potenciales y escollos**. Washington, DC: Fondo Mundial para la Naturaleza y La Fundación de Conservación, 1990.

BRUMATTI, P. N. M. **Sociedade, cultura e natureza: influências do ambientalismo no desenvolvimento do ecoturismo**. Caderno Virtual de turismo. Rio de Janeiro, v. 14, n.3, p. 280-297, dez. 2014.

BRUHNS, H.T. **A busca pela natureza: turismo e aventura**: 1. Barueri, São Paulo: Manole, 2009. 191p.

BRUSEKE, F. J. **O problema do Desenvolvimento Sustentável**. In: CAVALCANTI, C. (org.). Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. 2. ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1998.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação**: A Ciência, a Sociedade e a Cultura emergente. Cultrix, 1982. 432p.

CASCINO, Fábio. **Ecolazer e educação ambiental**: uma inegável relação. In: PÁDUA, Suzana M.; TABANEZ, Marlene F. (Orgs.). Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil. Brasília: Ipê, 1997.

CASCINO, Fábio. **Pensando a relação entre educação ambiental e ecoturismo**. In: VASCONCELOS, Fábio P. (Org.) Turismo e meio ambiente. Fortaleza: Funece, 1998.

CAVALCANTI, C. **Sustentabilidade da Economia**: paradigmas alternativos de realização econômica. In: CAVALCANTI, C. (Org.). Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro, 1994. p. 262.

CEBALLOS-LASCURAIN, H. **Tourism, Ecotourism and Protected Areas**. Parks. v.2, n.3, p. 31-35, 1991.

\_\_\_\_\_. Tourism, Ecotourism and Protected Areas. IUCN/The World Conservation Union. U.K. 1996. 301p.

\_\_\_\_\_. The Future of Ecotourism. Mexico Journal. p. 13-14, 1987.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: [s.n], 1991

CORIOLOANO, L. N. M. T. **Turismo e meio ambiente: Interfaces e Perspectivas**. In: CORIOLOANO, L. N. M. T. O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências. Fortaleza, CE:UECE, 2007.

COSTA, P. C. **Unidades de Conservação**: matéria-prima do ecoturismo. São Paulo: Aleph, 2002.

CRESWELL, J. W. Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAVIES, B. (2003). "The role of quantitative and qualitative research in industrial studies of tourism". *International Journal of Tourism Research*. Vol. 5, N. 2, p. 97-111.

DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo: História e Devastação da Mata Atlântica Brasileira**. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

DEDINA, S.; YOUNG, E. **Local People and Gray Whale Tourism in Baja Califórnia Sur, México**. *Journal of The American Cetacean Society*. *Whale Watcher*, v.29, n.2, p.8-13, 1995.

DIAMANTIS, D. e LADKING, A. **The links between sustainable tourism and ecotourism: a definitional and operational perspective**. *The Journal of Tourism Studies*. v. 10, n. 2, 1999.

DIAS, R. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: CEMAR/USP/NUPAUB, 1993.

\_\_\_\_\_. **As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais**. In: SERRANO, C. M. T.; BRUHNS, H. T. (Orgs.). *Viagens à Natureza*. Campinas, SP: Papirus, 3ª edição, 2000.

DRUMMOND, José Augusto. **A Legislação Ambiental Brasileira de 1934 a 1988: Comentários de um Cientista Ambiental Simpático ao Conservacionismo**. *Ambiente & sociedade*, Campinas - SP, v. II, n. 3 e 4, p. 127-149, 1999.

DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade; OLIVEIRA, Daniela de. **Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil**. In: GANEM, Roseli Sena (Org.). *Conservação da Biodiversidade: Legislação e Políticas Públicas*. Brasília: Editora Câmara, 2010.

FARIA, Marcelo. **O mundo Globalizado e a Questão Ambiental**. In: NEIMAN, Zysman (org). *Meio ambiente, educação e ecoturismo: 1*. Barueri, São Paulo: Manole Ltda, 2002. 181 p.

FENNELL, David A. **Ecoturismo uma introdução**. Tradução de Inês Lohbauer. São Paulo: Contexto, 2002.

FERREIRA, A.R.P.G. **História do movimento ambientalista: a sua trajetória no Piauí**. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento e meio ambiente). Universidade Federal do Piauí. 2008.

FICAGNA, Alessandra Conci. **Reservas Particulares do Patrimônio Natural: Sustentabilidade pelo Turismo**. *Revista Itinerarium*, Rio de Janeiro, v.2, 2009.

FIGUEIREDO, L. A. V. de **Ecoturismo e participação popular no manejo de áreas protegidas: aspectos conceituais, educativos e reflexões**. In: RODRIGUES, A. B.

(Org.) Turismo e Ambiente: reflexões e propostas. 2ª edição. São Paulo, SP: Hucitec, 1999.

FONSECA, G.A.B; SILVA, J.M.C. The Everlasting Role of Protected Áreas in Biodiversity Conservation.. In: MILANO, M.S.; TAKAHASHI, L.Y.; NUNES, M.L.de (Orgs.). In: **Unidades de conservação: atualidades e tendências**. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção a Natureza, 2004.

FONSECA, J.M.A.A.; Melo, S.M.C. de; Carvalho, W.G. **O Ecoturismo como alternativa sustentável para gestão da RPPN Catedral do Jalapão (TO)**. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.11, n.1, fev/abr 2018, pp.09-31.

FRANCO, José Luiz de Andrade. **Natureza no Brasil: idéias, políticas, fronteiras (1930-1992)**. In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da (org.). Relações cidade-campo: fronteiras. Goiânia: Editora UFG, 2000. p. 71-111.

FRANCO, José Luiz de Andrade & DRUMMOND, José Augusto. **Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil: anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2009.

\_\_\_\_\_. **Nature Protection: the FBCN and Conservation Initiatives in Brazil, 1958-1992**. In: HALAC, Belo Horizonte, Volumen 2, numero 2, marzo-agosto 2013, pp. 338-367.

FRANCO, José Luiz de Andrade; SCHITTINI, Gilberto de Menezes; BRAZ, Vivian da Silva. **História da conservação da natureza e das áreas protegidas: Panorama geral**. Rio Grande: Historiae, 2015.

FREDERICO, I. B.; BRUHNS, H.T. **O Ecoturismo no Cerrado: reflexões e oportunidades na RPPN Santuário do Caraça (MG)**. Revista Brasileira de Ecoturismo, v. 5, p. 600, 2012.

FREITAS, Minéia Santana. **Cenários e oportunidades na gestão das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) federais da região metropolitana de Manaus/Amazonas**. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais e Ambientais). Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2011.

GODFREY, D.; HORWICH, R. H.; MURRAY, D.; SAQUI, E.; LYON, J. **O Ecoturismo e o desenvolvimento da comunidade: o caso de Belize**. In: HAWKINS, K. e LINDBERG, D. E. (Orgs.). Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão. 3ª edição. São Paulo, SP: SENAC, 2001.

GRESSLER, L. A. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. 2ª edição. São Paulo: Loyola, 2004

IBAMA. **Manual informativo do programa de Reservas Particulares do Patrimônio Natural**. Para saber mais. Projeto IBAMA/RPPN. Brasília; FUNBIO: IBAMA, s/d.

INEA. **Programa Estadual de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPNs: 10 anos de apoio à conservação da biodiversidade** / Instituto Estadual do Ambiente; organização: Roberta Guagliardi. – Rio de Janeiro, 2018.

IRVING, M. A. **Ecoturismo em áreas naturais: da natureza ao fenômeno social**. In: COSTA, N.M.C.; NEIMAN, Z.; COSTA, V.C. Pelas trilhas do ecoturismo. Rima: São Carlos, 2008.

KRAMER, R; LANGHOLZ, J; SALAFSKY, N. O papel do setor privado no estabelecimento e manejo de áreas protegidas. In: TERBORGH, J. et al. (Org.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Trad. de Maísa Guapyassu. Curitiba: UFPR/ Fundação O Boticário, 2002. p. 363-380.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e Conservação da Natureza em Parques Nacionais**. Coleção Turismo. Papyrus Editora. 2ª Edição. Campinas-SP, 2005.

LANGHOLZ, J. Parques de propriedade privada. In: TERBORGH, J. et al. (Org.). **Tornando os parques eficientes: Estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Trad. de Maísa Guapyassu. Curitiba: UFPR/ Fundação O Boticário, 2002. p. 197-212.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2000.

LEIS, H. **A modernidade insustentável**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.

\_\_\_\_\_. **Espiritualidade e Globalização na perspectiva do ambientalismo**. Ambiente e Sociedade, ano 1, n.2, 1º semestre 1998.

LEIS, H. R. e D'MATO, J. L. **O Ambientalismo como Movimento Vital: Análise de suas Dimensões Histórica, Ética e vivencial**. In: CAVALCANTI, C. (Org.). Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro, 1994. p. 262. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>

MACHADO, M. **Reservas particulares no estado de São Paulo: avaliação da efetividade na conservação da natureza**. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, 2007.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. Tradução Laura Bocco. 4. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2006.

MARCONDES, S. A. **Brasil, amor à primeira vista**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MAY, P. H. Iniciativas de PSA de Carbono Florestal na Mata Atlântica. In: BECKER, F.; SEEHUSEN, S. E. (orgs.) **Pagamentos por Serviços Ambientais na Mata Atlântica**: lições aprendidas e desafios. Brasília: MMA, 2011.

MCCORMICK, J. **Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.p.23.

MELO, A. L. de. **Reservas Particulares do Patrimônio Natural do município de Silva Jardim, Rio de Janeiro**: perfil e características do manejo. 2004. 105 p. Monografia (Engenharia Florestal) – Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2004.

MEDEIROS, R.; IRVING, M.; GARAY, I. **A proteção da natureza no Brasil**: Evolução e conflitos de um modelo em construção. Revista de Desenvolvimento Econômico. Salvador, BA. N. 9, 2004

MENDONÇA, T. C. de M. e IRVING, M. de A. **Turismo de base comunitária**: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turísticos no Brasil - Prainha do Canto Verde, Beberibe (CE). Caderno Virtual de Turismo. N. 14, 2004.

MESQUITA, C. A. B. **Caracterización de las reservas naturales privadas en América Latina**. 1999. 88 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Educación para el Desarrollo y la Conservación, Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza, Turrialba, Costa Rica, 1999.

MESQUITA, C. A. B.; VIEIRA, M. C. W. (org). **RPPN Reservas Particulares do Patrimônio Natural da Mata Atlântica**, São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2004. 56p.

MICT/MMA. **Diretrizes para uma política nacional do ecoturismo**. Brasília – DF, 1994.

MITTERMEIER, R. A. et al. **Hotspots**: earth's biologically richest and most endangered terrestrial ecoregions. Conservation International; Sierra Madre and Agropalma, 1999.

MINAS GERAIS. **Decreto nº. 39.401**, de 21 de janeiro de 1998. Dispõe sobre a instituição, no Estado de Minas Gerais, de Reservas Particulares do Patrimônio Natural-RPPN, por destinação do proprietário. Disponível em: <<http://servicos.meioambiente.mg.gov.br/legislacao/leisdec.asp>>. Acesso em: 10 outubro 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei Estadual nº. 17.727**, de 13 de agosto de 2008. Dispõe sobre a concessão de incentivo financeiro a proprietários e posseiros rurais, sob a denominação de Bolsa Verde, para os fins que especifica, e altera as Leis nºs 13.199, de 29 de janeiro de 1999, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, e 14.309, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado. Disponível em: <[http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=17727&comp=&ano=2008&aba=js\\_textoOriginal#texto](http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=17727&comp=&ano=2008&aba=js_textoOriginal#texto)>. Acesso em: 10 outubro 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC**. Lei nº 9985 de 18 de junho de 2002. 2ª edição. Brasília: MMA/SBF, 52 p.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2001.

MYERS, N.; Mittermeier, R. A.; Mittermeier, C. G.; Fonseca, G. A. B. & Kent, J. 2000. **Biodiversity hotspots for conservation priorities**. Nature 403: 853-858.

NEIMAN, Zysman. **A Educação através do contato dirigido com a natureza**. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo. 2007.

NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R.. **Ecoturismo: discurso, desejo e realidade**. Revista Turismo em Análise, v. 11, n. 2, p. 98-110, 2000.

NEIMAN, Z.; PATRÍCIO, R. F. **Ecoturismo e conservação dos recursos naturais**. Neiman, Z. & Rabinovicci, A. Turismo e meio ambiente no Brasil. Manole, Barueri, p. 84-104, 2010.

OJIDOS, Flávio. **Conservação em ciclo contínuo: Como gerar recursos com a natureza e garantir a sustentabilidade financeira de RPPNs**. São Paulo: Essencial Idea, 2018. 197 p.

OMT. **Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável**. Porto alegre: Bookman, 2003.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítico no Brasil escravista (1786-1888)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

PELLIN, A.; RANIERI, V. E. L. Evolução da conservação voluntária em terras privadas no Brasil e consolidação das RPPNs, **Áreas protegidas e inclusão social: tendências e perspectivas**, Belém, v.4, n.1, 2009.

PIRES, P. S. (1998). **A dimensão conceitual do ecoturismo**. Turismo-visão e ação, 1(1), 75-92.

PIRES, P.S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: SECAC, 2002

PRIMACK, Richard B; RODRIGUES, Efraim. **Biologia da Conservação**. Editora Planta. 3ª Edição. Londrina, 2002.

RABINOVICI, A. **Ambientalismo, Organizações Não Governamentais e a Busca pela Sustentabilidade no Turismo**. Turismo em Análise, v. 22, n.1, abril de 2011.

REED, P. **Pesquisa científica, educação ambiental e ecoturismo na sustentabilidade de RPPN**: pesquisa como incentivo a sustentabilidade: a experiência da RPPN Reserva Natural Serra das Almas na Caatinga do Ceará. In: BORGES, M. E.; CASTRO, R. (Org.). RPPN: conservação em terras privadas, desafios para a sustentabilidade. Planaltina do Paraná: Edições CNRPPN, 2004. p. 117-124

REJOWSKI, M., YASOSHIMA, J. R., STIGLIANO, B. V. e SILVEIRA, A. S. **Desenvolvimento do turismo moderno**. In: Turismo no percurso do tempo. REJOWSKI, M. (Org.). São Paulo: Aleph, 2002.

RIBEIRO, G. L.; BARROS, F. L. de **A corrida por paisagens autênticas**: turismo, meio ambiente e subjetividade no mundo contemporâneo. In: Viagens à Natureza. Serrano, C. M. T.; Bruhns, H. T. (Orgs.). Campinas, SP: Papyrus, 3ª edição, 2000.

RUDZEWICZ, L. **Ecoturismo em Reservas Particulares do Patrimônio Natural e seu papel na conservação dos ecossistemas brasileiros**. 2006. 175p. Dissertação (Programa de Pesquisa e PósGraduação, Mestrado em Turismo)–Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2006.

RUSCHUMANN, D. V. de M. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papyrus, 7 ed., 2001.

SALVATI, S. S. **Ecoturismo em RPPNs: oportunidades e desafios para um negócio responsável**. In: BORGES, M. E.; CASTRO, R. (Org.). RPPN: conservação em terras privadas, desafios para a sustentabilidade. Planaltina do Paraná: Edições CNRPPN, 2004.

SEABRA, L. **Monitoramento participativo do turismo desejável**: uma proposta metodológica preliminar. In: MARINHO, A., BRUHNS, H. T. (Orgs.). Turismo, Lazer e Natureza. Barueri , SP: Manole, 2003.

SEABRA, Giovanni. **Ecoss do Turismo, o Turismo Ecológico em Áreas Protegidas**. Coleção Turismo. Papyrus Editora. 2ª edição. Campinas-SP, 2004.

SERRES, M. **O contrato natural**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.

SOBRINHO, C. A. **Desenvolvimento sustentável**: uma análise a partir do Relatório Brundtland. 2008. 197 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2008.



SWIFT, B. et al. **Conservación Privada en Latinoamérica**: herramientas legales y modelos para el éxito. México: Environmental Law-Institute, Pronatura Asociación Civil, 2003.

TELES, R. **Fundamentos Geográficos do Turismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

URBAN, Teresa. **Saudade do Matão**: Relembrando a História do Conservacionismo no Brasil. Curitiba, UFPR/Fundação O Boticário/Fundação MacArthur, 1998.

WEARING, S. NEIL, J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. Barueri: Manole, 2001.

WIEDMANN, Sônia M. P. **As reservas particulares do patrimônio natural**. In Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Vol. II. Curitiba: IAP: UNILIVRE: Rede Nacional Pro Unidades de Conservação, 1997.

WWF-Brasil. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. MITRAUD, S. (Org.). Brasília, 2003.

## APÊNDICE A: Levantamento Bibliográfico sobre Ecoturismo em RPPNs.

ECOTURISMO E RPPNS
ALBERNAZ, P. C. <b>O ecoturismo como instrumento de conservação ambiental e viabilidade econômica para RPPNs: Um estudo de caso no SVS Vagafogo.</b> 2003. 86 p. Monografia (Especialização em Ecoturismo) – Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, Brasília, 2003
FONSECA, J.M.A.A.; Melo, S.M.C. de; Carvalho, W.G. <b>O Ecoturismo como alternativa sustentável para gestão da RPPN Catedral do Jalapão (TO).</b> Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.11, n.1, fev/abr 2018, pp.09-31.
FICAGNA, Alessandra Conci. <b>Reservas Particulares do Patrimônio Natural: Sustentabilidade pelo Turismo.</b> Revista Itinerarium, Rio de Janeiro, v.2, 2009.
OJIDOS, Flávio. <b>Conservação em ciclo contínuo:</b> Como gerar recursos com a natureza e garantir a sustentabilidade financeira de RPPNs. São Paulo: Essencial Idea, 2008. 197 p.
Neiman, Z., Cardoso-Leite, E., & Podadera, D. S. (2009). <b>Planejamento e implantação participativos de programa de interpretação em trilhas na “RPPN Paiol Maria”, Vale do Ribeira (SP).</b> <i>Revista Brasileira De Ecoturismo (RBEcotur)</i> , 2(1).
REED, P. <b>Pesquisa científica, educação ambiental e ecoturismo na sustentabilidade de RPPN:</b> pesquisa como incentivo a sustentabilidade: a experiência da RPPN Reserva Natural Serra das Almas na Caatinga do Ceará. In: BORGES, M. E.; CASTRO, R. (Org.). RPPN: conservação em terras privadas, desafios para a sustentabilidade. Planaltina do Paraná: Edições CNRPPN, 2004.
SALVATI, S. S. <b>Ecoturismo em RPPNs: oportunidades e desafios para um negócio responsável.</b> In: BORGES, M. E.; CASTRO, R. (Org.). RPPN: conservação em terras privadas, desafios para a sustentabilidade. Planaltina do Paraná: Edições CNRPPN, 2004.
<b>SOUZA, et al.</b> Gestão mercadológica estratégica do ecoturismo em RPPNs: Rio Sucuri – Bonito-MS. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) > 46th Congress, Rio Branco, Acre, 2008.
GONSALVES, Paulo Sergio Colares. <b>Inventário e diagnóstico ecoturístico RPPN Seringal Triunfo.</b> 2004. 71 f. Monografia (Especialização em Ecoturismo)-Universidade de Brasília, Brasília, 2004.
<b>CUNHA LUSTOSA, ISIS MARIA.</b> RPPN, Eco turismo, populações tradicionais e/ou residentes: dilemas de uma política de áreas particulares protegidas <b>Boletim Goiano de Geografia, vol. 25, núm. 1-2, enero-diciembre, 2005, pp. 62-74 Universidade Federal de Goiás Goiás, Brasil.</b>
LEUZINGER, Cláudio. <b>Funções de preservação ambiental e ecoturismo da Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN:</b> supressão por desapropriação. 2003. 80 f. Monografia (Especialização em Ecoturismo)-Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

BILHA, Ana Alice. **Avaliação da percepção do turista em relação ao ecoturismo em uma reserva particular - RPPN Fazenda cabeceira do prata - Jardim - MS** Universidade de Caxias do Sul, Campus da Região dos Vinhedos, Centro de Ciências Exatas, da Natureza e Tecnologia, Bento Gonçalves – RS, 2015.

LUSTOSA, Isis. **A apropriação da natureza pelo turismo: o caso da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)**. Boletim Goiano de Geografia, 2007.

ANTUNES, E. C. et al. Avaliação do arranjo das RPPNs do Estado de Goiás. In: jornada científica da engenharia, 1., 2003, Goiânia. Anais... Goiânia, Nupenge, 2003.

FERNANDES, R. V.; RAMBALDI, D. M.; OLIVEIRA, P. P. de. **Pesquisa científica, educação ambiental e ecoturismo na sustentabilidade de RPPN**: contribuições de pesquisas científicas para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e a sustentabilidade em RPPN. In: BORGES, M. E.; CASTRO, R. (Org.). RPPN: conservação em terras privadas, desafios para a sustentabilidade. Planaltina do Paraná: Edições CNRPPN, 2004. p. 106-116.

RUDZEWICZ, L. **Ecoturismo em Reservas Particulares do Patrimônio Natural e seu papel na conservação dos ecossistemas brasileiros**. 2006. 175p. Dissertação (Programa de Pesquisa e PósGraduação, Mestrado em Turismo)–Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2006.

RIOS, Rejaine Martins. **Ecoturismo em reservas particulares do patrimônio natural (RPPN's): alternativa econômica de conservação da biodiversidade?** Uma avaliação através do método custo de oportunidade. 2009. 177 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Econômica do Meio Ambiente)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

#### **ECOTURISMO E RPPNS DE MINAS GERAIS**

BARRETO, Clarissa de Araujo; MINEO, Marina Farcic. **Gestão de Reservas Particulares do Patrimônio Natural no Triângulo mineiro**. III Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental Goiânia/GO, 2012.

FREDERICO, I. B.; BRUHNS, H.T. **O Ecoturismo no Cerrado: reflexões e oportunidades na RPPN Santuário do Caraça (MG)**. Revista Brasileira de Ecoturismo, v. 5, p. 600, 2012.

PLASTINO, M. R., PEREIRA, D. DE C., MAIA, M. DA G. M., & LOPES, D. A. (2010). **Ecoturismo, cultura e comunidades: reflexões sobre o entorno da RPPN Santuário do Caraça (MG)**. *Revista Brasileira De Ecoturismo (RBEcotur)*, 3(3).

BELTRÃO, Carolina. **Educação Ambiental em RPPNs: O caso de Lima Duarte- MG**. Monografia, Universidade Federal de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, 2007.

Fonte: dados da pesquisa (2019).

**APÊNDICE B: Roteiro de entrevista semiestruturada**

Roteiro de entrevista
1. Na sua opinião, qual é o papel das RPPN's para a conservação da natureza?
2. Na sua opinião, qual o papel do Ecoturismo para as RPPNs?
3. O Ecoturismo é um instrumento para a conservação ambiental? Por que?
4. Quais atividades de ecoturismo poderiam ser utilizadas pelas RPPNs?
5. Quais as estratégias poderiam ser adotadas pelos proprietários das RPPNs para integrar as comunidades locais no planejamento turístico de suas unidades?
6. Na sua opinião, o Ecoturismo em UC's é uma modalidade elitista de turismo no âmbito brasileiro? Por que?  Se sim, como democratizar a atividade?
7. A forma como o Ecoturismo tem sido desenvolvido nas UC's brasileiras têm facilitado processos de sensibilização ambiental? Por que?  Como as RPPNs poderiam atuar nesse sentido?
8. Quais os principais desafios apresentados ao Ecoturismo no Brasil atualmente?

**APÊNDICE C: Questionário estruturado**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – DEPARTAMENTO DE TURISMO	
Prezado(a) Senhor(a): Estamos realizando um estudo sobre o papel do Ecoturismo em Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPNs, a ser apresentada como Pesquisa de Iniciação Científica e trabalho de conclusão de curso da graduação em Turismo na Universidade Federal de Ouro Preto/ MG. Sua participação é voluntária e de grande importância para esta pesquisa. Desde já, agradecemos sua colaboração.	
<b>1. Dados Gerais da RPPN</b>	
Nome da RPPN:	
Endereço da RPPN:	
Município / Estado:	
Contatos: Fone / fax: ( )	
E-mail: Página / Site:	
Bioma:	
Área total da propriedade:	ha
Área total da RPPN:	ha
Decreto/Ano de criação da RPPN:	
Localidade mais próxima:	Distância: km
<b>2. Considera que a unidade está inserida em uma região turística?</b> <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
Se sim, qual? _____	
<b>3. Existem outras unidades de conservação nas fronteiras da RPPN?</b> <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
Se sim, quais?	
<b>4. A RPPN possui Plano de Manejo?</b>	
<input type="checkbox"/> sim. Data de realização:	
<input type="checkbox"/> não. Qual o motivo?	
<b>5. Existe algum conselho consultivo na Reserva?</b>	
<input type="checkbox"/> sim, cite quais profissionais e/ou organizações são participantes:	

<input type="checkbox"/> não, existe algum interesse em criá-lo? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	
<b>6.A RPPN conta/contou com o apoio de alguma organização/entidade?</b> <input type="checkbox"/> sim. Qual(is) organização/entidade(s)? <input type="checkbox"/> não	
<b>7. Assinale que tipos de apoio a RPPN tem recebido:</b> <input type="checkbox"/> assessoria científica <input type="checkbox"/> assessoria técnica <input type="checkbox"/> assessoria financeira <input type="checkbox"/> doações <input type="checkbox"/> divulgação	<input type="checkbox"/> incentivos fiscais <input type="checkbox"/> apoio na criação da RPPN <input type="checkbox"/> apoio na elaboração de Plano de Manejo <input type="checkbox"/> apoio na implantação da RPPN <input type="checkbox"/> na gestão da RPPN <input type="checkbox"/> outros. Quais?
<b>8. Assinale os principais objetivos de criação da RPPN:</b> <input type="checkbox"/> conservação ambiental <input type="checkbox"/> ecoturismo <input type="checkbox"/> turismo científico <input type="checkbox"/> pesquisa científica <input type="checkbox"/> educação ambiental <input type="checkbox"/> contribuir com a relevância ecológica da localização da propriedade <input type="checkbox"/> galgar um status de responsabilidade socioambiental.	<input type="checkbox"/> turismo de eventos <input type="checkbox"/> turismo de aventura <input type="checkbox"/> agroturismo <input type="checkbox"/> agricultura orgânica <input type="checkbox"/> receber recursos por serviços ambientais <input type="checkbox"/> ser beneficiado com a isenção do ITR <input type="checkbox"/> garantir a perpetuidade da proteção da área. <input type="checkbox"/> satisfação pessoal <input type="checkbox"/> outros. Quais?
<b>9. Assinale as preocupações sócio-ambientais da gestão da RPPN e cite exemplos:</b> <input type="checkbox"/> consumo de energia: _____ <input type="checkbox"/> consumo de água: _____ <input type="checkbox"/> tratamento do esgoto: _____ <input type="checkbox"/> tratamento do lixo: _____ <input type="checkbox"/> informações ao visitante: _____ <input type="checkbox"/> educação ambiental: _____ <input type="checkbox"/> participação da comunidade local: _____	

- capacitação de funcionários: \_\_\_\_\_
- construções e instalações: \_\_\_\_\_
- utilização de veículos: \_\_\_\_\_
- tipo de alimento: \_\_\_\_\_
- controle de impactos ambientais: \_\_\_\_\_
- outras ações relevantes: \_\_\_\_\_

**10. Possuem um setor específico direcionado à gestão e conservação ambiental?**

- sim, desde quando? \_\_\_\_\_
- não

**11. Assinale as atividades desenvolvidas na RPPN e/ou na propriedade em que está inserida:**

Atividade	RPPN	Propriedade
Esportes de aventura (rapel, rafting, escalada, canoagem outros)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Educação ambiental	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trekking/ trilhas interpretativas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Arvorismo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pesca	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Caça	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Observação de animais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ciclismo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cavalgadas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Eventos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cursos/ treinamentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pesquisa científica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Campismo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outras. Quais?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

<b>12. Assinale os equipamentos e serviços existentes na RPPN e/ou na propriedade em que está inserida:</b>		
<b>Equipamentos e serviços</b>	<b>RPPN</b>	<b>Propriedade</b>
hospedagem. Que tipo?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
instalações de alimentação. Que tipo?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
serviços de guia ou condutores locais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
monitores para atividades		
centro de interpretação ambiental / centro de visitantes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
centro de eventos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
alojamento para pesquisadores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
áreas de contemplação (mirantes, belvederes)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
comércio de produtos locais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
área de recreação infantil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
estacionamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
sanitários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
outros. Quais?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<b>13. Nas áreas adjacentes à reserva, existem comunidades locais, tradicionais e/ou rurais?</b>		
<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		
Se sim, existe algum tipo de relação/cooperação com elas? <input type="checkbox"/> sim, quais?		
<input type="checkbox"/> não		
Elas participam em algum momento dos processos decisórios e/ou conselhos consultivos da unidade? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não		



<p><b>14. Qual o número de funcionários da RPPN?</b></p> <p>Existe algum funcionário específico para a área de conservação e gestão ambiental?</p> <p><input type="checkbox"/> sim                      <input type="checkbox"/> não</p> <p>Existe algum funcionário específico para a área de Turismo? <input type="checkbox"/> sim      <input type="checkbox"/> não</p> <p>Se sim, o profissional tem formação superior em Turismo? <input type="checkbox"/> sim      <input type="checkbox"/> não</p> <p>Se não, qual é a formação do profissional? _____</p>	
<p><b>15. Se existem pessoas da comunidade local trabalhando na RPPN, assinale em que funções:</b></p> <p><input type="checkbox"/> guias / condutores locais</p> <p><input type="checkbox"/> serviços gerais (manutenção, hospedagem, alimentação)</p> <p><input type="checkbox"/> venda de artesanato e outros produtos</p>	<p><input type="checkbox"/> técnicos de manejo</p> <p><input type="checkbox"/> voluntários</p> <p><input type="checkbox"/> monitores</p> <p><input type="checkbox"/> pesquisadores</p> <p><input type="checkbox"/> outros. Quais?</p>
<p><b>16. Quais os principais problemas enfrentados pela RPPN?</b></p> <p><input type="checkbox"/> quanto aos limites da propriedade e da reserva</p> <p><input type="checkbox"/> dificuldades na divulgação</p> <p><input type="checkbox"/> caça</p> <p><input type="checkbox"/> falta de apoio institucional</p> <p><input type="checkbox"/> desmatamento</p>	<p><input type="checkbox"/> dificuldades financeiras</p> <p><input type="checkbox"/> queimadas</p> <p><input type="checkbox"/> Invasões/furtos/roubos</p> <p><input type="checkbox"/> relação com a comunidade local</p> <p><input type="checkbox"/> estradas sem manutenção</p> <p><input type="checkbox"/> turismo</p> <p><input type="checkbox"/> outros. Quais?</p>
<p><b>17. Existe na área alguma espécie bandeira?</b></p> <p><input type="checkbox"/> sim. Qual?    <input type="checkbox"/> não</p> <p><b>É usada na divulgação turística?</b></p> <p><input type="checkbox"/> sim    <input type="checkbox"/> não</p>	
<p><b>18. Possuem pesquisas científicas sendo realizadas na reserva?</b></p> <p><input type="checkbox"/> sim, são de quais áreas? _____</p> <p><input type="checkbox"/> não</p>	
<p><b>19. Desenvolve atividades de educação ambiental?</b></p> <p><input type="checkbox"/> sim, quais?</p>	<p><input type="checkbox"/> não, existe o interesse em desenvolver?</p>

<p>Quem é o principal público?</p> <p><input type="checkbox"/> turistas</p> <p><input type="checkbox"/> alunos de escolas</p> <p><input type="checkbox"/> alunos de universidade</p> <p><input type="checkbox"/> moradores da região</p> <p><input type="checkbox"/> outros, quais?</p>	<p><input type="checkbox"/> sim, qual a principal dificuldade e/ou desafio encontrado?</p> <p><input type="checkbox"/> não</p>
<p><b>20. Assinale os atrativos turísticos existentes na área</b></p> <p><input type="checkbox"/> lago / lagoa / represa</p> <p><input type="checkbox"/> rio</p> <p><input type="checkbox"/> pântano</p> <p><input type="checkbox"/> quedas-d'água (cachoeiras, saltos e cascatas)</p> <p><input type="checkbox"/> fontes hidrominerais / hidrotermais</p> <p><input type="checkbox"/> fauna</p> <p><input type="checkbox"/> sítios (arqueológicos, históricos, científicos)</p> <p><input type="checkbox"/> manifestações e usos tradicionais e populares</p>	<p><input type="checkbox"/> flora</p> <p><input type="checkbox"/> grutas / cavernas</p> <p><input type="checkbox"/> áreas de caça</p> <p><input type="checkbox"/> áreas de pesca</p> <p><input type="checkbox"/> relevo montanhoso</p> <p><input type="checkbox"/> chapadas / tabuleiros</p> <p><input type="checkbox"/> monumentos históricos</p> <p><input type="checkbox"/> instituições culturais de estudo, pesquisa e lazer (bibliotecas, arquivos, outros)</p> <p><input type="checkbox"/> outros. Quais?</p>
<p><b>21. A Reserva está aberta à visitação turística?</b></p> <p><input type="checkbox"/> sim</p> <p>Em que ano se deu a abertura ao Turismo? Quais dias são abertos à visitação?</p>	<p><input type="checkbox"/> não, por quais motivos:</p> <p><input type="checkbox"/> não há interesse</p> <p><input type="checkbox"/> dificuldades de gestão</p> <p><input type="checkbox"/> pouca infraestrutura</p> <p><input type="checkbox"/> dificuldade financeira</p> <p><input type="checkbox"/> outros, quais? _____</p>
<p><b>22. O Ecoturismo é o principal segmento realizado na RPPN?</b></p> <p><input type="checkbox"/> sim    <input type="checkbox"/> não</p> <p>São realizados outros segmentos?</p> <p><input type="checkbox"/> sim, quais?</p> <p><input type="checkbox"/> não</p>	
<p><b>23. Está estipulada a capacidade de carga ou limitação para a entrada de visitantes?</b></p>	

<input type="checkbox"/> sim. Qual? <input type="checkbox"/> não	
<b>24. Há controle de visitação na RPPN?</b> <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Se sim, quantos visitantes a unidade recebeu no último ano?	
<b>25. De quais localidades recebem o maior número de visitantes?</b> <input type="checkbox"/> Outros países <input type="checkbox"/> Outros Estados <input type="checkbox"/> Municípios vizinhos	<input type="checkbox"/> Outros municípios da região <input type="checkbox"/> Do próprio município <input type="checkbox"/> Comunidade do entorno <input type="checkbox"/> Outros: _____
<b>26. Quanto a sazonalidade da visitação, indique os meses de:</b> Alta temporada: Baixa temporada:	
<b>27. É cobrado uma taxa de visitação?</b> <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Se positivo, qual preço do ingresso: R\$ _____ adulto / R\$ _____ criança Preço diferenciado: R\$ _____. Tipo de público: _____	
<b>28. Acesso ao local?</b> <input type="checkbox"/> Vias de asfalto <input type="checkbox"/> Vias de terra com boa manutenção <input type="checkbox"/> Vias de terra sem manutenção adequada	
<b>29. Tempo necessário para conhecer a RPPN:</b> <input type="checkbox"/> Horas <input type="checkbox"/> Pernoite <input type="checkbox"/> Mais de 1 dia <input type="checkbox"/> Mais de 2 dias	
<b>30. Quanto ao desenvolvimento do ecoturismo na RPPN:</b> Tem demonstrado ser economicamente lucrativo para a reserva? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não O valor investido em equipamentos/serviços foi recuperado com as atividades desenvolvidas na reserva? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não	

A RPPN é considerada um atrativo ecoturístico do município ou região?  sim  não

**31. O ecoturismo desenvolvido na unidade congrega também os elementos culturais da região onde a reserva está inserida?**

sim, como? \_\_\_\_\_

não

**32. O que significa o ecoturismo para esta RPPN?**

**33. Para esta RPPN o ecoturismo tem sido uma estratégia de:**

conservação ambiental

viabilidade econômica

disseminar o desenvolvimento sustentável

envolvimento da comunidade local

receber apoio de instituições

Outros Quais? \_\_\_\_\_

**34. A perspectiva em relação ao desenvolvimento do ecoturismo da RPPN é de:**

Grande expansão

Expansão

Pouca expansão

Estagnação

Declínio

**Comentários e sugestões:**

## APÊNDICE D: Termo de consentimento livre e esclarecido



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP

DEPARTAMENTO DE TURISMO - DETUR



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Neste ato, e para todos os fins em direito admitidos, autorizo expressamente a utilização da minha imagem e voz, em caráter definitivo e gratuito, constante em fotos, filmagens e entrevistas decorrentes da minha participação na **pesquisa de iniciação científica “O papel do Ecoturismo para as RPPNs no contexto de Minas Gerais”** (DETUR – UFOP), desenvolvida por **Ana Luz Guerra** (RG: MG 16522263), aluna da Universidade Federal de Ouro Preto e orientanda dos professores Msc. Isabela Frederico e Dr. Ricardo Eustáquio Fonseca Filho.

As imagens, a voz e os relatos poderão ser exibidos: nos relatórios parcial e final da referida pesquisa, no trabalho de conclusão de curso da pesquisadora em questão, na apresentação audiovisual da mesma, em publicações e divulgações acadêmicas, em congressos, festivais e premiações nacionais e internacionais, assim como disponibilizadas no banco de imagens resultante da pesquisa e na Internet, fazendo-se constar os devidos créditos.

A responsável do vídeo fica autorizada a executar a edição e montagem das fotos, filmagens e entrevistas, conduzindo as reproduções que entender necessárias, bem como a produzir os respectivos materiais de comunicação, respeitando sempre os fins aqui estipulados.

Por ser esta a expressão de minha vontade, nada terei a reclamar a título de direitos conexos a minha imagem, voz ou qualquer outro.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Nome: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Telefone: ( ) \_\_\_\_\_ Celular: ( ) \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Email: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assinatura

**APÊNDICE E: Carta Convite****MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO****UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP****DEPARTAMENTO DE TURISMO - DETUR****Carta Convite**

Prezado(a) Sr(a),

Nós da Universidade Federal de Ouro Preto, na figura da aluna Ana Luz Guerra e dos professores Msc. Isabela Frederico e Dr. Ricardo Eustáquio Fonseca Filho, viemos por meio desta carta, convidá-lo a participar da pesquisa de iniciação científica “O papel do Ecoturismo para as RPPNs no contexto de Minas Gerais”, realizada no Departamento de Turismo da UFOP.

O objetivo da pesquisa se constitui em uma análise quali-quantitativa sobre o papel do ecoturismo nas RPPNs mineiras, através da realização de um diagnóstico no contexto de Minas Gerais e de estudos de caso nas RPPNs Fazenda Nascer (Ouro Preto/MG) e RPPN Santuário do Caraça (Santa Bárbara e Catas Altas/mg). Vislumbramos através da mesma, uma oportunidade ímpar de amadurecimento do olhar científico e empírico sobre as potencialidades do ecoturismo para as RPPNs. Os resultados possibilitarão que as presentes e futuras iniciativas nesse âmbito e, em particular no estado de MG, possam ser aperfeiçoadas, contribuindo para cenários viáveis do compartilhamento da conservação ambiental com o setor privado.

Além disso, essa pesquisa é uma forma de colaboração dos gestores e proprietários de RPPNs para uma melhor adequação da atividade ecoturística em suas respectivas áreas, identificando assim o cenário atual e fomentando debates sobre as possibilidades de inovação e desenvolvimento da mesma no futuro.

Sua participação, portanto, é fundamental. Ela se dará através de um questionário estruturado que em breve estaremos enviando por email. Após a conclusão de nossa pesquisa, estaremos divulgando com todos os participantes os resultados. De antemão, agradecemos muito a sua colaboração e nos colocamos à disposição para eventuais dúvidas e/ou esclarecimentos.

Atenciosamente, Ana Luz Guerra

## ANEXO 1: Resumo dos currículos dos entrevistados

### **Profa. Dra. Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues**

Professora e pesquisadora do Departamento de Administração e Turismo e do Programa de Pós-graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. É professora colaboradora do Mestrado Profissional em Ecoturismo e Conservação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Pós-doutoranda em Administração Pública e Governo pela Fundação Getúlio Vargas/São Paulo. Doutora em Políticas e Gestão Ambiental pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (2009), Mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2001) e Bacharel em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1996). Sua trajetória profissional e acadêmica envolve as seguintes áreas: análise dos aspectos socioeconômicos do turismo; planejamento e gestão da visitação em áreas protegidas, com foco nas parcerias entre as esferas pública e privada; políticas públicas na área ambiental e de turismo; desenvolvimento e sustentabilidade. Participou da elaboração e implementação de políticas relacionadas à implementação de áreas protegidas durante oito anos de atuação no Ministério do Meio Ambiente. É autora de artigos e capítulos de livros na área ambiental e de turismo.

### **Prof. Dr. Lucio Flávio Marini Adorno**

Atual presidente da CNRPPN, concluiu o doutorado em Geografia (Gestão e Organização territorial) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2000. É professor adjunto da Universidade Federal do Tocantins, vinculado ao curso de Engenharia Ambiental. Publicou 11 artigos em periódicos especializados e 29 trabalhos em anais de eventos. Possui 3 livros publicados: "Conhecendo o Tocantins", livro de estudos sociais da editora Ática, e "Ferrovia norte sul: na trilha da questão regional" e "Jalapão: Turismo consciente". Apresentou seus trabalhos em eventos internacionais como Cuba, Argentina, Portugal e México. Orientou 9 trabalhos de iniciação científica e 7 dissertações de mestrado nas áreas de meio ambiente e turismo, com ênfases respectivamente em avaliação ambiental e turismo sustentável. Coordena desde 2004 o núcleo de estudos estratégicos em turismo e de avaliação ambiental em turismo sustentável - NEATUS/UFT. Atuou como presidente do fórum estadual de turismo do Tocantins (2008/10) e conselheiro da CONACER/MMA (2008/10). Foi subsecretário de turismo e presidente da agência de desenvolvimento turístico do estado do Tocantins (2011-2012).

### **Prof. Dr. Luiz Afonso Vaz de Figueiredo**

Possui graduação em Licenciatura em Ciências Naturais/ Habilitação Plena em Química pelo Centro Universitário Fundação Santo André (1982). É mestre em Educação (Área de Educação, Sociedade e Cultura) pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (2000) e doutor em Geografia Física (Linha de Paisagem e Planejamento Ambiental) pela FFLCH-DG-Universidade de São Paulo (2010). Atualmente é Professor Doutor (docente desde 1986) das disciplinas de Educação Ambiental e Práticas Interdisciplinares; Ciências Ambientais, Estudos de Legislação e Impactos Ambientais, História das Ciências Naturais, Metodologia de Pesquisa e Metodologia do Ensino de Química, entre outras. Tendo sido professor-pesquisador em tempo integral de 2000 a 2018. É também professor responsável do Curso de Especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade do Centro Universitário Fundação Santo André (FSA), desde 1993. Foi professor



convidado da disciplina Poéticas das Imagens e Narrativas Visuais em Educação Ambiental do Curso de Especialização em Educação Ambiental e Recursos Hídricos (CRHEA/EESC/USP)(2006-2010). Participa desde 2011 como membro pesquisador do Grupo de Pesquisa Geografia, Literatura e Arte (GEOLITERART) (DG-USP) e como membro colaborador do Laboratório de Estudos do Lazer (LEL/UNESP-Campus Rio Claro). Foi Professor Mestre de Espeleologia do Curso de Turismo (Área Ecoturismo) do Departamento de Geografia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP)(2003-2008). Diretor da Sociedade Brasileira de Ecoturismo (SBEcotur). Foi presidente da Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE) (gestão 2009-2011) e Vice-presidente (Gestão 2007-2009); coordenador da Seção de Educação Ambiental e Formação Espeleológica (1992-2015), coordenador da Seção de História da Espeleologia (1994-2007) e membro da Seção de Espeleoturismo. Foi secretário adjunto da Federación Espeleológica de América Latina y del Caribe (FEALC) (2010-2018). Membro atuante de Redes de Educação Ambiental (REPEA, REBEA, RUPEA), desde 1990. Tem experiência na área de Educação e Ciências Ambientais, atuando principalmente nos seguintes temas: multirreferencialidade, fenomenologia da imaginação poética (Bachelard); educação ambiental e formação socioambiental; ecologia humana, geopética e paisagens simbólicas, ecoturismo e gestão de áreas protegidas; espeleoturismo; espeleologia; percepção ambiental; imaginário da aventura; representações sociais de ciência, saúde e meio ambiente; fotografia, narrativas visuais e antropologia visual; práticas e poéticas pedagógicas e metodologia do ensino de ciências naturais.

#### **Prof. Dr Zysman Neiman**

Doutor em Psicologia (Psicologia Experimental com pesquisa em Educação Ambiental) (2007), passagem pelo programa de doutorado em Ciência Ambiental (2000-2004), mestre em Psicologia (Psicologia Experimental, com ênfase em Ecologia Comportamental) (1991), licenciado em Ciências (1986), licenciado em Biologia (1986), e Bacharel em Ciências Biológicas (1986), todos pela Universidade de São Paulo (USP). É eletrotécnico formado pela Escola Técnica Federal de São Paulo (ETFSP) e Técnico em Energia Nuclear pelo Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN). Atualmente é Pesquisador e Professor Associado do Departamento de Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), onde foi coordenador (2014-2016) e atua como professor no curso de Bacharelado em Ciências Ambientais. É pesquisador e professor do Programa de Pós-Graduação em Análise Ambiental Integrada - PPGAAl, e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática - PECMA, ambos no campus Diadema da Unifesp. Foi coordenador do Comitê de apoio à implantação do Instituto das Cidades - Unifesp câmpus Zona Leste (2017-2019). Teve grande atuação como Educador no Ensino de Ciências e Biologia (1985-1996). Foi Professor Adjunto da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) lotado no Centro de Ciências e Tecnologias para a Sustentabilidade (CCTS), onde coordenou o Laboratório de Ecologia, Percepção e Educação Ambiental - LEPEA. Foi Vice-Coordenador, docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade na Gestão Ambiental - PROSGAM-UFSCar. Também atuou no Programa de Pós-Graduação em Educação do CCTS - UFSCar e é colaborador do Programa de Pós-Graduação em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável da Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade (ESCAS). Foi eleito para o Comitê Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de São Paulo (CIEA-SP). Exerceu a função de Presidente do Instituto Physis - Cultura & Ambiente, é líder da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS), e é Diretor da Sociedade Brasileira de Ecoturismo (SBEcotur). Foi um dos redatores do Tema Transversal "Meio Ambiente", dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental do MEC (1998). É autor de diversos livros na área de Ecologia, Educação, Meio Ambiente e Sustentabilidade, e é Editor Chefe da Revista Brasileira de Ecoturismo (Qualis B1), e da Revista Brasileira de Educação Ambiental (Qualis B2). Tem experiência na área de Educação Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: Sustentabilidade, Políticas Públicas,

Educação Ambiental, Ecoturismo, Ética e Meio Ambiente, Ecologia Humana, Unidades de Conservação, Terceiro Setor, e Ambientalismo.

Fonte: Plataforma Lattes – CNPQ

## ANEXO 2: Parecer do Comitê de Ética da UFOP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
OURO PRETO



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O papel do Ecoturismo para as RPPNs no contexto de Minas Gerais

**Pesquisador:** RICARDO EUSTAQUIO FONSECA FILHO

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 09841019.3.0000.5150

**Instituição Proponente:** Universidade Federal de Ouro Preto

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.318.620

#### Apresentação do Projeto:

O ecoturismo é um segmento turístico que tem a proposta de integrar os princípios da sustentabilidade, em todas as suas instâncias (ecológica, econômica e sociocultural), sendo o mais adequado para ser desenvolvido em Unidades de Conservação (UC). As Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) são a categoria de UC de uso sustentável, criadas pelo ato voluntário do proprietário privado e destinadas à conservação dos ecossistemas, em caráter perpétuo. A pesquisa proposta se constitui em uma análise quanti-qualitativa sobre o papel do ecoturismo nas RPPNs mineiras, através da realização de um diagnóstico no contexto de Minas Gerais e de estudos de caso nas RPPNs Fazenda Nascer (Ouro Preto/MG) e RPPN Santuário do Caraça (Santa Bárbara e Catas Altas/mg). Os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa são pesquisa bibliográfica e de campo, através de visitas in loco, entrevista semiestruturada com gestores e aplicação de questionários estruturados a visitantes e comunidades locais. Espera-se com esse estudo contribuir para o aprofundamento teórico e sistematização de dados acerca das RPPNs mineiras e sua inter-relação com o turismo, possibilitando verificar a importância da inclusão e do reconhecimento da perspectiva privada e do ecoturismo no cenário da conservação ambiental.

#### Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Realizar um levantamento e um diagnóstico sobre o papel do ecoturismo nas RPPNs de Minas

**Endereço:** Morro do Cruzeiro-Centro de Convergência  
**Bairro:** Campus Universitário **CEP:** 35.400-000  
**UF:** MG **Município:** OURO PRETO  
**Telefone:** (31)3559-1368 **Fax:** (31)3559-1370 **E-mail:** cep.propp@ufop.edu.br

Continuação do Parecer: 3.318.620

#### Gerais.

#### Objetivo Secundário:

- 1) Identificar a percepção dos gestores em relação ao ecoturismo nas RPPNs;
- 2) Analisar como o ecoturismo vem sendo desenvolvido e quais as perspectivas a curto e longo prazo;
- 3) Discutir o papel do ecoturismo como estratégia de aperfeiçoamento de conservação ambiental;
- 4) Comparar duas RPPNs em estágios diferentes de desenvolvimento;
- 5) Verificar as tendências, necessidades e as limitações das RPPNs para o desenvolvimento do ecoturismo.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Relação riscos-benefícios adequada.

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um projeto de Iniciação Científica do curso de Turismo da UFOP.  
Fundamentação teórica e desenho adequado ao que se propões.

#### Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos apresentados e adequados.

#### Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Todas as pendências foram sanadas.

Sugere-se aprovação.

#### Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFOP, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12 e/ou Res. CNS 510/16, manifesta-se pela **APROVAÇÃO** deste protocolo de pesquisa. Ressalta-se ao pesquisador responsável pelo projeto o compromisso de envio ao CEP/UFOP, um ano após o início do projeto, do relatório final ou parcial de sua pesquisa, encaminhado por meio da Plataforma Brasil, informando, em qualquer tempo, o andamento da mesma, comunicando também eventos adversos e eventuais modificações no protocolo.

#### Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
----------------	---------	----------	-------	----------

Endereço: Morro do Cruzeiro-Centro de Convergência  
 Bairro: Campus Universitário CEP: 35.400-000  
 UF: MG Município: OURO PRETO  
 Telefone: (31)3559-1368 Fax: (31)3559-1370 E-mail: cep.propp@ufop.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
OURO PRETO



Continuação do Parecer: 3.318.620

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1314827.pdf	09/05/2019 16:17:18		Aceito
Outros	declaracao_anuencia_caraca.pdf	09/05/2019 16:15:38	RICARDO EUSTAQUIO FONSECA FILHO	Aceito
Outros	carta_justificativa_pendencias.pdf	26/03/2019 19:35:46	RICARDO EUSTAQUIO FONSECA FILHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	26/03/2019 19:20:45	RICARDO EUSTAQUIO FONSECA FILHO	Aceito
Outros	declaracao_custos.pdf	26/03/2019 19:08:03	RICARDO EUSTAQUIO FONSECA FILHO	Aceito
Outros	declaracao_anuencia_fazenda.pdf	26/03/2019 19:07:02	RICARDO EUSTAQUIO FONSECA FILHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	1_Projeto_de_Pesquisa.pdf	14/03/2019 23:43:47	RICARDO EUSTAQUIO FONSECA FILHO	Aceito
Cronograma	7_Cronograma.pdf	14/03/2019 23:34:21	RICARDO EUSTAQUIO FONSECA FILHO	Aceito
Folha de Rosto	8_Folha_de_rosto.pdf	14/03/2019 19:05:44	RICARDO EUSTAQUIO FONSECA FILHO	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

OURO PRETO, 10 de Maio de 2019

Assinado por:  
**EVANDRO MARQUES DE MENEZES MACHADO**  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Morro do Cruzeiro-Centro de Convergência  
**Bairro:** Campus Universitário **CEP:** 35.400-000  
**UF:** MG **Município:** OURO PRETO  
**Telefone:** (31)3559-1368 **Fax:** (31)3559-1370 **E-mail:** cep.propp@ufop.edu.br